

FÔRÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nº

Estado de Goiás
ACADEMIA DE P. M. MILITAR
BIBLIOTECA

ou seu amigo
um frate-me
em corinho.
O LIVRO.

HISTÓRIA

DA

FÔRÇA PÚBLICA

BCFA



Outros Esperam-me
Eles também precisam
de mim.
Devolva-me
e.

CAPITÃO LUIZ SEBASTIÃO MALVASIO

Elas também precisam
de mim

Devolva-me

Sim

O Livro

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi elaborado no ano de 1964 e somente não foi trazido a lume do público em virtude de circunstâncias alheias à vontade da Administração da Fôrça Pública, e do autor.

Trata-se de assunto pertinente ao Histórico da Fôrça Pública de forma sucinta, despertando interesse pela forma em que é exposta, facilitando a assimilação e entendimento.

Esta matéria fará parte de um trabalho de vulto: ANAIS HISTÓRICOS DA FÔRÇA PÚBLICA.

O autor, Capitão Luiz Sebastião Malvasio, é professor de História Militar na Escola de Cadetes da Corporação há quase 10 anos.

Culto, inteligente e amante de História realizou êste magnífico trabalho.

É com prazer que autorizamos a impressão desta obra, na Tipografia da Milícia, por ocuparmos o cargo de Chefe do Gabinete do Comando.

356.35 (815.6.) (095) São Paulo, dezembro de 1967

M1262

00007859

obra 5511 ex. 2

Coronel Geraldo Profício

Chefe do Gabinete do Comando

Biblioteca do CFA

Sou seu amigo

Biblioteca



00007859

To o Rm
L. al Rm
Pitanga Alameda
oferece, em nome da
com grande admiração,
Sergio Del Del
Ten. al 20. F. P. 2.52.
25-VIII-1968

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

PREFÁCIO

A Fôrça Pública existe há 136 anos, prestando bons e leais serviços ao Estado de São Paulo e ao Brasil.

Notava-se a falta de sua história, pois desde o «Esbôço Histórico» de autoria do Sr. 1.º Ten. Hely F. de Câmara e Sr. Euclides de Andrade, que foi publicado no centenário da Corporação, nada mais havia sido apresentado.

No decorrer do ano de 1964, fomos designados por ordem do Exmo. Sr. Comandante Geral para escrevermos a História da Milícia.

A tarefa era difícil e trabalhosa. Tomamos, então, como base, o mencionado trabalho, para que pudéssemos dar corpo à missão e do qual extraímos grande parte da presente obra.

Agradecemos a gentileza do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Arquivo do Estado e de inúmeras coleções particulares, que nos permitiram levar avante a tarefa.

Sabemos que há inúmeras falhas, mas contamos com a boa vontade dos leitores para que, no futuro, sejam elas sanadas.

Procuramos demonstrar ao povo paulista o que é a Fôrça Pública, pois sua história é a história de São Paulo e do Brasil.

Em todos os rincões, desde os tempos do Império, ela esteve presente, respondendo ao apêlo da Pátria.

São Paulo, dezembro de 1967

CAPITÃO LUIZ SEBASTIÃO MALVÁSIO

OL

DEDICATÓRIA

**AOS QUE TOMBARAM, NA PAZ COMO NA GUERRA, PELA
FÔRÇA PÚBLICA EM NOME DE SÃO PAULO E DO
BRASIL**

O AUTOR

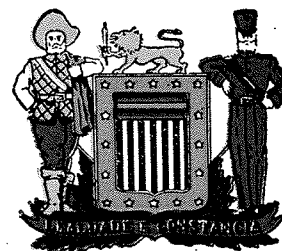
A 15 de dezembro de 1958, subia à sanção do Governador do Estado o projeto que, convertido em decreto, ganhou, a 17 do mesmo mês, o número 34.244, instituindo o brasão de armas da Força Pública, fruto da concepção artística do então 1.º Ten. Olavo Soares.

Sua simbologia heráldica tem os seguintes significados:

METAIS: — O ouro simboliza riqueza, força, fé, pureza e constância. Na prata estão representadas inocência, candura e lisura.

ESMALTES: — O vermelho significa valor, intrepidez, ânimo valoroso, espírito decidido e guerra. O azul é a cor da magestade, nobreza, serenidade e formosura. A ciência, modéstia, a abundância, a fertilidade e estoicismo estão representados no preto.

PEÇAS — A estrela é o símbolo da vitória. Na bordadura do escudo, 16 delas históricas da Corporação representam datas históricas da Corporação: criação (1831), revolução liberal de Sorocaba (1842), retirada da Laguna (1866), guerra do Paraguai (1867), revolução federalista no Paraná (1893), luta dos Protocolos em São Paulo (1896), revolta dos (1897), revolta contra a vacina obrigatória no então Distrito Federal (1904), revolta da Armada (1910), a greve de 10 de julho (1917), revolta em Mato Grosso (1922), rebelião no Mato Grosso (1924), campanha do Norte (1926), campanha de Goiás (1926), revolta de outubro (1930) e revolução constitucionalista (1932).



O escudete encerra as cores da bandeira paulista e o leão pas-sante é o símbolo da magestade, soberania, autoridade, vigilância e bravura. Ao empunhar o sabre, representa; ainda; a justiça; enquanto o carvalho é força, nobreza, poder conspícuo, longevi-dade e ânimo forte. Com as figuras de Jorge Velho e do soldado de milícia, homenagea-se nossos bravos antecessores. Por fim; o listel, em sua divisa, caracteriza um dever sempre cumprido: Lealdade e constância!

CONSELHO DA PRESIDÊNCIA
DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO
9.^a SESSÃO ORDINÁRIA
A 15 DE DEZEMBRO DE 1831

«Reunido o Exmo. Conselho pelas dez horas da manhã, o Exmo. Snr. Presidente declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O mesmo Exmo. Snr. fêz presente a carta de Lei de 10 de outubro do corrente anno, pela qual he authorisado para em conselho crear hum Corpo de Guardas Municipaes voluntários a pé e a cavallo, quando assim julgue necessário, marcando em tal caso o número de praças proporcionado, e o Decreto de 22 do referido mez em que o Governo igualmente o authorisa para propor o vencimento das praças de que se compozer o corpo que for creado, e fazê-lo abonar até definitiva resolução, e expoz que julgava conveniente a criação de huma Companhia de Infantaria de 100 praças, os officiaes competentes, e 30 soldados de cavallaria, comandadas por hum Tenente, numero este indispensavel para a manutenção da tranquillidade pública, e auxilio da justiça, visto que se tem dado baixa á maior parte dos soldados de 1.^a linha, e que o mesmo se praticará com os que restão em completando o tempo da lei, e quanto ao vencimento dos soldados das ditas guardas attentas as circumstancias do paiz lhe parecia sufficiente o de 12\$ rs. por mez, o Capitão 1.^o commandante 50\$ rs. de soldado por mez, e 7\$200 rs. de forragem para hua cavalgadura, o Tenente 2.^o commandante 40\$ rs. e hua cavalgadura, os Sargentos 15\$ rs. o Furriel 14\$ rs. e os Cabos 13\$ rs. O Exmo Conselho se conformou com tudo quanto foi proposto, e deliberou que se puzesse em execução na forma do referido Decreto.

Levantou-se a sessão a huma hora. (a) Joaquim Floriano de Toledo, Secretário do Governo a fez escrever/

(aa) RAPHAEL TOBIAS DE AGUIAR
JOSÉ MANOEL DE FRANÇA
FRANCISCO ALVARES FERREIRA DO AMARAL
JOSÉ MATHIAS FERREIRA d'ABREU
JOSÉ PEDRO GALVÃO DE MOURA E
LACERDA».

CAPÍTULO I

Origem e Evolução

O estudo que se faz do Brasil colonial, na parte referente às forças militares incumbidas da manutenção da sua integridade territorial e da ordem interna, revela, desde logo, a precariedade da disciplina e a nenhuma eficiência dêsse órgão tão indispensável na vida de um povo ou de uma nação.

Os corpos militares de então eram constituídos de caçadores, fuzileiros, «sertanejos» e voluntários — um aglomerado de gente fadada, sem a responsabilidade dos deveres de um compromisso ou juramento firmados. Obedeciam aos chefes que os congregavam e marchavam com êles em defesa da Colônia.

Em São Paulo, por volta do século XVII surgem os «Quadrilheiros» e a Legião Paulista, formas embrionárias de nossa Corporação.

Foram as legiões consolidadoras do nosso vasto patrimônio territorial. Mercenários, embora, lembram os efeitos extraordinários das guerras e expulsão dos invasores estrangeiros. O progresso da terra, com a sua incipiente civilização do século XIX, transformou aquelas regiões, dando-lhes missões concretas dentro da designação de «milicianos».

O fato histórico de 1822 reclamava tal medida asseguradora da ordem. Nação independente já, o Brasil carecia de tropas nacionais. Da Independência até 1831, foram os milicianos os soldados a quem o novo Império confiou a tranquilidade de suas Províncias, conquanto se ressentissem da ausência dos necessários conhecimentos profissionais.

O regime centralizador do Império encontrava nêles o sustentáculo de sua soberania. Daí a necessidade de ampará-los, ao mesmo tempo de fortalecê-los em sua disciplina e espírito nacional, necessidade que se impunha pelas divergências do sentimento político resultante da separação do Brasil do velho Portugal.

Os fatos sucedem-se, até que a abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara e a consequente escolha de uma Regência Provisória oferecem a oportunidade para a reorganização das forças armadas do país, recentemente libertado da tutela lusitana.

Essa remodelação teve início com a Lei de 18 de agosto de 1831, sancionada a 20 do referido mês, e que mandava criar no império as Guardas Nacionais, esboçava seu regula-

mento e ordenava a extinção de todos os Corpos de Milícias, Guardas Municipais e Ordenanças.

Criadas para defender a Constituição, a Liberdade e a Integridade do Império, para manter a obediência às leis, ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, auxiliar o Exército de Linha, na defesa das fronteiras e costas, às Guardas Nacionais incumbia prestar serviços dentro dos municípios e fora dêstes ou auxiliar o Exército de Linha, quando fossem chamadas. Contudo, elas eram como se não existissem, visto não possuírem eficiência militar, não terem disciplina e carecerem de aparelhamento bélico.

Essas milícias, tendo por objetivo, desde a sua criação, a defesa da ordem pública e da integridade territorial, deveriam substituir, na Côrte e nas Províncias, os Corpos de Milicianos, as Guardas Municipais e as Ordenanças. Mas, tais foram as dificuldades encontradas pelos poderes públicos para darem execução à lei que as criara, tantos foram os obstáculos que se lhes depararam, que, desde logo, se verificou a urgência de se organizarem novas forças com o objetivo principal de exercer serviço de polícia nos centros povoados do país.

Além do mais, na Côrte haviam surgidos graves dissensões políticas após o 7 de abril. Elementos alienígenas, que aqui haviam permanecido após o «grito do Ipiranga», prevaleciam-se da situação mais ou menos caótica do novel Império e conspiravam abertamente contra as suas instituições.

A Regência, precavida ou receosa, chamou à capital do país as tropas regulares. Nas Províncias restaram apenas as Guardas Nacionais, inativas e desapealhadas para o cumprimento de qualquer missão militar.

Assim, pleiteou o poder central a medida patriótica tendente a dotar a nação de elementos armados, puramente nacionais, capazes de defender a ordem e restabelecer a tranquilidade pública.

Surgiu, então, a lei de 10 de outubro de 1831, em virtude da qual tivemos, pouco depois, o primeiro núcleo da corporação militar, que devia cuidar da manutenção da ordem interna. Essa lei não foi feita apenas para a Côrte. Ela previa às necessidades de policiamento das Províncias do Império e era a seguinte:

«A Regência, em nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a Lei seguinte:

«Art. 1.º — O Governo fica autorizado a criar nesta cidade um corpo de Guardas Municipais voluntários a pé e a cavalo, para manter a tranqüilidade pública e auxiliar a Justiça, com vencimentos estipulados, não excedendo, o número, a seiscentos e quarenta pessoas, e a despesa anual, a cento e oitenta contos de réis.

«Art. 2.º — Ficam igualmente autorizados os Presidentes em Conselho para criarem iguais Corpos, quando assim julgarem necessário, marcando o número de praças proporcionado.

«Art. 3.º — A organização do Corpo, o pagamento de cada indivíduo, a nomeação e despedida dos Comandantes as instruções necessárias, para a boa disciplina, serão feitas provisoriamente pelo Governo, que dará conta na futura sessão, para aprovação da Assembléia Geral.

«Manda, portanto, a tôdas as autoridades, a que o conhecimento execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela contém. O secretário do Estado dos Negócios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

«Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos dez dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do império».

aa) «Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz, Diogo Antônio Feijó».

A 15 de dezembro de 1831, reunia-se em sessão ordinária o Conselho do Governo da Província de São Paulo, sob a presidência do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, estando presentes os demais membros — José Manoel de França, Francisco Almeida Ferreira do Amaral, José Matheus d'Abreu, José Pedro Galvão de Moura Lacerda e o Secretário do Governo, Joaquim Floriano de Toledo.

O Presidente da Província, Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, apresentou então ao Conselho a Carta de Lei de 10 de outubro e o Decreto de 22 do mesmo mês, em que o seu governo era autorizado a criar um Corpo de Guardas Municipais voluntários, a pé e a cavalo, e a propor os vencimentos das praças.

Tobias de Aguiar, expôs então que julgava conveniente a criação de uma Companhia de Infantaria, com o efetivo de

100 praças e os oficiais competentes, e uma secção de Cavalaria, com 30 soldados, comandada por um tenente.

Sòmente em março de 1832, no dia 1.º, reuniu-se novamente o Conselho do Governo. Nessa reunião, o Presidente da Província deu conta da execução da incumbência que lhe fôra confiada.

Para o cargo de comandante da Companhia de Infantaria da Guarda Municipal Permanente, resolvera o ilustre paulista nomear, interinamente, o alferes ajudante do 6.º Batalhão de Caçadores, José Gomes de Almeida, a respeito do qual obtiveram boas referências, que julgava justificadas pela maneira como dito oficial se havia desempenhado da missão que lhe fôra dada, de proceder ao alistamento das praças para a nova unidade.

O Conselho do Governo aprovou essa nomeação.

Mas, nem os esforços do alferes ajudante José Gomes de Almeida, comissionado no pôsto de capitão, nem os do presidente da Província conseguiram vencer as inúmeras dificuldades surgidas para completar a organização da Guarda Municipal Permanente de São Paulo.

O parco soldo proposto não era atrativo suficiente para levar às fileiras o número preciso de voluntários.

Tobias de Aguiar fêz ver isso aos seus colegas do Conselho, na reunião realizada a 8 de maio de 1832, e propôs, então, que se aumentasse mais 3\$000, mensalmente, no vencimento de cada soldado, de superior para baixo, ficando, porém, a seu critério pôr ou não em prática essa majoração.

Reconhecida como útil e necessária a medida proposta, foi ela aprovada pelo Conselho.

A 5 de julho do mesmo ano estava concluída a organização da Secção de Cavalaria, faltando-lhe apenas o comandante.

A verba destinada à manutenção da nova milícia não era, porém, tão grande que permitisse vultosas despesas.

Foi escolhido, pelo Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, para essa missão, o capitão do extinto Corpo de Voluntários de Milícia a Cavalo, Pedro Alves de Siqueira, pelas boas referências que tivera a seu respeito, aliás plenamente justificadas por aquêlê oficial durante o período do alistamento das praças engajadas.

O ato do presidente da Província foi aprovado pelo Conselho do Governo, ficando assim definitivamente organizada a Guarda Municipal Permanente que, embora modesto núcleo deu origem à Fôrça Pública de São Paulo, corporação policial-militar a qual, desde então, confia o Estado a guarda da Lei e a manutenção da ordem.

CAPÍTULO II

Novos Oficiais e Aumento do Efetivo

Os 130 homens de que se compunham as duas armas da Guarda Municipal Permanente já não bastavam, pouco depois da sua criação para atender às necessidades do serviço.

A Província contava, então, cerca de quinhentos mil habitantes e a população da capital orçava por vinte mil almas.

As praças de primeira linha, que até então faziam serviço na capital, haviam sido dispensadas; os milicianos, depois de abandonarem as armas, voltaram à lavoura, que ainda assim lutava com falta de braços para o seu desenvolvimento.

O reduzido efetivo da novel Guarda Municipal Permanente foi logo julgado insuficiente para o cumprimento da sua árdua missão.

Raphael Tobias de Aguiar isso mesmo fêz ver aos seus colegas do Conselho, aos quais expôs a situação:

«Apesar da economia dos dinheiros destinados ao custeio da Fôrça Pública, deixando até de nomear os respectivos primeiros comandantes da infantaria e da Cavalaria e de haver reduzido o número de cavalos ao estrito necessário, a quantia consignada na Lei já fôra absorvida, antes mesmo de estar completa a organização».

Era, porém, indispensável aumentar a Guarda Municipal Permanente, alistando mais 20 praças, porque o efetivo existente não podia atender ao serviço público, restando poucos soldados para a guarnição da capital, os quais tinham que dobrar a própria tarefa, quando havia necessidade de se enviarem diligências para o interior». A Guarda Nacional, sem disciplina, sem soldados e sem instrução, difficilmente poderia atender aos reclamos do governo.

A imigração para São Paulo aumentava. Santos precisava de um destacamento, em substituição à Guarda Nacional, que naquela vila litorânea fazia o serviço de polícia. As crite-

rias alegações do Brigadeiro Raphel Tobias de Aguiar foram atendidas e, a 23 de outubro de 1834, o Conselho do Governo autorizava o aumento de 20 homens no efetivo de Infantaria, que ficou assim com 140 homens, pois anteriormente recebera outro reforço de igual número de praças. Já então havia deixado o comando da fôrça o ajudante do 6.º Batalhão de Caçadores, José Gomes de Almeida, que poucos meses permanecera no cargo, sendo substituído pelo capitão Boaventura do Amaral Camargo.

Este oficial ocupou o cargo de 2.º comandante até 5 de junho de 1834, quando foi demitido, nomeando-se para substituí-lo o tenente de caçadores Francisco de Paula Lobo.

Aumentado, embora, o efetivo da Guarda Municipal Permanente, verificou-se a necessidade de promover a criação de uma polícia que se ocupasse exclusivamente do serviço do interior.

Originou-se daí a formação da Guarda Policial milícia destinada a auxiliar aquela fôrça militarizada.

A Guarda Policial foi criada por uma Lei geral de 12 de outubro de 1834, devendo ser constituída por indivíduos que, sem renda própria, não podiam fazer parte da Guarda Nacional, mesmo quando fôssem para esta sorteados.

Não havia sido fixado, até 1842, o efetivo dessa nova milícia. Todos os cidadãos considerados isentos do serviço das armas eram incluídos na Guarda Nacional.

Em 16 de abril de 1842, o Barão de Monte Alegre, então Presidente da Província, baixou um regulamento em virtude do qual a Guarda Nacional ficaria sujeita, em cada termo, ao respectivo delegado de polícia.

A estas autoridades incumbia fazer as nomeações interinas de comandantes, propô-los para a nomeação efetiva e suspender por tempo determinado os que não cumprissem os seus deveres.

Os subdelegados, em seus distritos, comandavam as companhias, cabendo às Câmaras Municipais a missão de alistar e distribuir os soldados da Guarda Policial em companhias, secções e esquadras.

O Comando geral de tôdas as companhias era exercido, de fato, por delegados, com jurisdição no termo em que elas tinham suas sedes.

Esse regulamento foi revogado por um outro, publicado três anos após, em 1845, e que dava às Câmaras Municipais dos distritos o encargo de fazer o alistamento dos homens destinados à Guarda Policial e a sua distribuição em companhias e esquadras.

Foi fixado em 80 o máximo do efetivo para cada companhia em 40 o mínimo.

Cada campanha tinha um comandante e um segundo comandante, com os postos, respectivamente de capitão e tenente.

A secção podia ter de 11 a 39 guardas, cabendo o comando a um alferes ou sargento. O efetivo da esquadra era de 8 a 10 soldados e um cabo.

Em 22 de junho de 1850, o então presidente da Província, Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, sancionou a Lei n.º 22, retirado às Câmaras Municipais a faculdade de alistar e distribuir as guardas policiais e revogando o regulamento precedente, que em muito pouco fôra alterado.

Por esse regulamento, ficou estabelecido que cada distrito de delegacia seria sede de uma companhia, cabendo às subdelegacias uma secção e aos distritos de inspetores de quarteirão, uma esquadra.

— Competia aos capitães nomear e demitir os sargentos e conceder licenças a oficiais e praças até o prazo de 2 meses, mesmo quando precisassem se ausentar das respectivas circunscrições.

Esse regulamento foi modificado pela Lei n.º 11, de 14 de abril de 1863, e foi revogado em 1868, porém, mais tarde, em 10 de abril de 1870, a Lei n.º 64, restabeleceu-o, em parte.

Sobre a organização da Guarda Policial falou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, o Dr. José Antônio Saraiva, que, em seu discurso, pronunciado a 15 de fevereiro de 1855, demonstrou que as providências tomadas em obediência ao regulamento n.º 22, de 1851, não davam resultados práticos, por defeitos inerentes à organização anterior, os quais difficilmente poderiam ser sanados.

E o ilustre parlamentar apontou alguns desses defeitos:-

— Ausência de vantagens que prendessem aos comandos da Guarda Policial cidadãos idôneos, capazes de exercer com acerto e critério o difficil cargo; poucos recursos dos guardas,

para se armarem e fardarem, pois isso deveria ser feito à própria custa; necessidade de ser feita a centralização dos guardas na capital, a fim de que pudessem ser melhor organizados e disciplinados.

A opinião do Dr. José Antônio Saraiva era que, a não se poder remediar os males indicados, o melhor seria dissolver a Guarda Policial.

Além disso, o serviço daquela corporação desviava da lavoura numerosos homens válidos necessários aos trabalhos rurais e os fazendeiros começavam a reclamar providências tendentes a minorar sua aflictiva situação.

O governo, atendendo, em parte, às queixas da lavoura, pôs em execução a Lei n.º 35, de 28 de abril de 1858, que dispensava do serviço da Guarda Policial os indivíduos que estivessem contratados por três anos para serviços agrícolas.

Mas, era indiscutível que a Guarda Policial não contava com a simpatia dos dirigentes da administração da Província.

Em 24 de setembro concretizou-se essa antipatia no relatório apresentado ao presidente da Província, Dr. Amaral Gurgel, pelo Dr. João Jacinto de Mendonça.

O povo, por seu lado, também não votava à Guarda Policial simpatia alguma. Constantes rixas e violências por ela provocadas explicavam essa ojeriza dos paulistas pelos soldados daquela unidade, que, afinal, foi extinta em 26 de março de 1866, quando foi criada a Guarda Municipal da Província.

CAPÍTULO III

Campanhia de Guardas Municipais

O minguaado efetivo com que foi organizado o Corpo Policial Permanente obrigou, desde logo, o governo a dar a essa milícia tropas auxiliares, destinadas a serviços a serem efetuados principalmente no interior da Província.

Daí a organização da Guarda Policial que, como já vimos, redundou num quase fracasso, pelos motivos anteriormente apontados.

As estradas e os sertões paulistas apresentavam para os que os percorriam a negócios, graves riscos, pois eram frequentados por indígenas e malfetores que, à falta de policiamento, tornavam-se dia a dia, mais audazes.

Ao governo provincial chegavam constantes queixas contra as tribos habitantes das matas virgens, que bordavam as péssimas estradas de rodagem então existentes, uma das quais, a que ligava a província ao Rio Grande do Sul, tinha intenso tráfego, sendo freqüentada principalmente por tropeiros.

Para reduzir o número de crimes que se registravam nessa estrada, resolveu o governo policiá-la; mas sendo insignificante o número de soldados com que contavam o Corpo Policial Permanente e a Guarda Policial, foi criada uma Companhia de Guardas Municipais, constituídas por um comandante e 50 praças.

O objetivo dessa nova unidade era evitar os assaltos aos viajantes na estrada São Paulo-Rio Grande, incumbindo-lhe também o patrulhamento de outras zonas do sertão paulista.

Essa companhia prestou relevantes serviços ao povoamento do nosso sertão, evitando ataque de indígenas aos antigos posseiros. Mais tarde ela se localizou na Mata, onde os seus componentes receberam muitas datas de terra.

CAPÍTULO IV

Regulamento dos Serviços do Corpo Policial Permanente

Voltemos, porém, ao Corpo Policial Permanente, que é, efetivamente, a célula-mater da Força Pública de São Paulo.

O seu primeiro quartel foi instalado numa das dependências do Convento do Carmo, localizado na rua do mesmo nome.

No seu período de organização, lutou o Corpo Policial Permanente com a falta de voluntários. A corporação não tinha ainda regulamentos que lhe discriminassem os serviços e que orientassem a aceitação dos que nas suas fileiras procurassem servir à Pátria.

Era mister selecionar os candidatos, visto como a maioria de voluntários procedia de classes sociais mais baixas e dificilmente se submetia ao rigor da disciplina.

A 2 de março de 1837, foi baixada a Lei n.º 11, determinando que somente fôssem aceitos nas fileiras do Corpo Policial Permanente os cidadãos que apresentassem atestado de idoneidade moral; preenchessem requisitos políticos e fôssem julgados aptos para o serviço, à vista de exames e averiguações feitas pelo respectivo comandante.

Mas essas condições para o assentamento de praça na milícia não constituíam ainda um regulamento e este só surgiu em 17 de junho de 1840, trazendo a assinatura do Dr. Manoel Machado Nunes, presidente da Província.

Dizia esse regulamento, o primeiro feito para a milícia:

«Serviços que cumpre ao Corpo Policial Permanente executar :-

«1.º — O da guarda do quartel do mesmo, e tudo o que diz respeito à economia interna do Corpo, conservação do material do serviço do mesmo Corpo, da mesma sorte que se pratica nos quartéis dos Corpos de linha;

«2.º — Cumulativamente com a tropa de linha ou com a Guarda Nacional destacada, o serviço da guarda da Cadeia, da Casa de Prisão com trabalhos, da mesma Capital, do Palácio do Governo e das repartições aí colocadas;

«3.º — O serviço da guarda das prisões ou trabalhos públicos em qualquer ponto da Província, a que o governo remeter presos condenados às galés, ou quaisquer outros, em número maior de seis, para cumprirem sentença;

«4.º — O da condução de presos por crimes, de um termo para outro;

«5.º — O da captura de quaisquer indivíduos, em virtude de mandados judiciais, e o de auxílio para buscas, sequestros, penhoras e outras quaisquer diligências da Justiça, ou para a manutenção da ordem pública, ou para desempenho de quaisquer outras atribuições policiais marcados no decreto de 29 de março de 1833, tanto no município da cidade, como em outras, onde se julgue necessário um destacamento do Corpo, às ordens do Chefe de Polícia, ou do juiz policial mais graduado, tanto na capital como nos lugares em que estiverem destacados;

«6.º — O de destacamento nas barreiras e registros onde se arrecadam dinheiros provinciais e o da escolta para condução do mesmo dinheiro».

Este regulamento foi revogado por um outro, publicado a 31 de outubro de 1844, mas que só foi aprovado 4 anos mais tarde, pela lei n.º 4, de 16 de setembro de 1848. O terceiro regulamento do Corpo Policial Permanente surgiu em 18 de dezembro de 1851, nele figurando diversas disposições concernentes ao serviço de destacamentos, que então se iniciava em algumas localidades da Província.

Os destacamentos ordinários, isto é, das comarcas, deviam ser comandados por oficiais e constituídos da 30 a 50 praças, cada um, de acôrdo com a importância política da respectiva sede.

Ficavam adidos a esses destacamentos os guardas policiais que faziam serviço no município da mesma comarca.

Já então sofrera o Corpo Policial Permanente completa reorganização e tivera o seu efetivo elevado para 40 homens.

Esse aumento data de 1850.

A cidade de São Paulo dispunha de 97 praças disponíveis para o seu policiamento, encontrando-se as restantes espalhadas em diligências no interior ou destacadas em várias localidades.

Esse terceiro regulamento teve origem na necessidade de remover inconvenientes decorrentes da disseminação das praças do Corpo Policial Permanente pelo interior da Província, inconveniente apontado em relatório apresentado pelo presidente Dr. Joaquim Nabuco de Araujo.

Espalhados pelo interior, com reduzido efetivo, comandados por inferiores sem força moral para manter a disciplina, alheados completamente do comandante e oficialidade do Corpo, esses pequenos destacamentos não inspiravam confiança alguma, à população e tampouco podiam desempenhar com eficiência a missão que lhes fôra confiada.

O nôvo regulamento determinou, pois, a concentração dos pequenos destacamentos, em pontos mais centrais das comarcas, facilitando-se a transmissão de ordem, assim como a sua pronta execução.

Conseguia-se, dêsse modo, eficaz fiscalização e mais perfeita manutenção da disciplina.

CAPÍTULO V

Uniforme do Corpo dos Guardas Municipais Permanentes

Criadas as Guardas Municipais Permanentes para a Côrte, em 10 de outubro de 1831, sòmente a 29 de dezembro do mesmo ano, por decreto da Regência, estabelecem-se o uniforme por oficiais e praças daquela corporação.

Esse, decreto que recebera a assinatura dos membros da Regência, Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, determinava;

«Art. 1.º — O uniforme do Corpo de Guardas Municipais será:— fardeta azul com muito pequena aba, rodeada de um vivo verde, com as pontas da aba voltadas, da mesma, côr; botões pretos, e sôbre os ombros um trancelim largo, também preto; boné de pano azul; e os oficiais o terão cingido de galão largo de ouro.

«Art. 2.º — A Cavalaria terá a diferença nos vivos, e volta da aba da fardeta, e botões que serão amarelos, sôbre os ombros trarão uma corrente de metal também amarelo, e o boné de pano azul terá o fundo preto, com o tope nacional em frente e circulado por detrás com duas correntes amarelas, que servirão para prendê-lo quando convier. O correame será preto, e a Cavalaria usará de um só, que estará segura a canana, e da qual penderá a espada. Usarão de calça branca no verão, e azul no inverno, e de botins, por baixo.

«Art. 3.º — Os oficiais e oficiais inferiores, usarão do distintivo de galões como se pratica na Tropa de Linha, mas só os oficiais usarão de banda.

«Art. 4.º — As patrulhas rondarão de pistola e espada, quer seja de Infantaria, quer de Cavalaria.

«Art. 5.º — O figurino junto mostra o uniforme de Cavalaria».

O tope nacional, a que se refere o artigo 2.º do decreto acima transcrito, fôra criado por decreto de 18 de setembro de 1822 e o seu padrão fixado por um ato da Regência, em 5 de outubro de 1831, que assim rezava:—

«Acontecendo que o Decreto de dezoito de setembro de mil oitocentos e vinte e dois, que criou o Tope Nacional Brasileiro, não tivesse apresentado o tipo que prometia, e sendo muito conveniente e até necessário, que êste determine e marque, a fim de que sua alteração e diferença se não siga algum princípio de distinções e discórdias entre os súditos de um só e mesmo Império como desgraçadamente já hoje se observa: A Regência, em nome do Imperador, querendo acabar com uma semelhante ofensa da União Brasileira, e fixar de uma vez o padrão do Tope Nacional, vem por bem, esclarecendo o referido Decreto, determinar o seguinte:—

«Art. 1.º — O Tope Nacional será de hora em diante composto de uma superfície circular verde, com uma estrêla de cinco ponta, amarela no centro, e colocado do meio da copa do chapéu para cima, sendo redondo, e nos outros, no lugar de costume.

«Art. 2.º — O cidadão que contrariar a disposição do artigo antecedente, fica sujeito às penas do Art. trezentos e um, do título sétimo do Código Penal, impostas aos que usam de um distintivo que não lhes compete.

«José Lino Coutinho, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em cinco de outubro de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência do Império.

Francisco de Lima e Silva,
José da Costa Carvalho,
João Braúlio Muniz,
José Lino Coutinho».

CAPÍTULO VI

A Criação de uma Companhia de Pedestres

Em 1850, o efetivo do Corpo Policial Permanente havia sido aumentado para 400 homens, mas dificilmente se conseguiam voluntários para preencher as vagas existentes, que eram em número de 74.

Os homens válidos de São Paulo, em condições de servir nas fileiras da milícia, preferiam permanecer em seus lares ou trabalhar em outros misteres a se sujeitarem à vida de caserna, cingidos à disciplina militar.

Cogitou, à vista disso, o governo da província de criar a Companhia de Pedestres, destinada a auxiliar o Corpo Policial Permanente, oferecendo maiores vantagens aos voluntários para atraí-los ao quartel.

A lei n.º 22 de junho de 1850, autorizou o governo a criar uma nova companhia com a denominação de pedestres e constituída de 25 homens, cujas atribuições ficaram definidas em regulamento pôsto em execução a 18 de dezembro de 1851.

Elementos cuidadosamente selecionados, constituíam essa tropa, que grandes serviços prestou ao policiamento da capital.

Os guardas pedestres usavam fardamento de pano preto, sem vivos, com botões de metal branco e boné preto sem enfeite.

O seu armamento era constituído de espada e pistola.

A Companhia estava sujeita à direção do Chefe de Polícia, a quem competia engajar as praças e organizar a escala de serviço.

Além das atribuições comuns ao policiamento da cidade, aos guardas pedestres competia a missão de prender escravos fugidos, acorrer aos locais de incêndio e efetuar diligências ordenadas pelo Chefe de Polícia.

Essa unidade era encostada ao Corpo Permanente e tinha como comandante um sargento.

Dois anos após a sua criação, a Companhia de Pedestres foi dissolvida por não haver sido consignada no orçamento da província verba para sua manutenção.

CAPÍTULO VII

Reorganização do Corpo de Permanentes

Durante largos anos permaneceu o Corpo Municipal Permanente com o minguado efetivo de 400 homens, que mal dava para o serviço comum, na capital, além do que lhe cumpria fazer em cinquenta municípios da província.

Era então muito precária a sua disciplina, achando-se a corporação em lamentável estado de decadência. A embriaguês era constante motivo de atos de rebeldia no quartel e os soldados já eram apontados pelo povo como elementos perigosos, pelos contínuos tumultos que provocavam.

O governo atribuía a decadência do Corpo ao seu comandante e, por isso, resolveu em 1864 substituí-lo por um oficial mais enérgico e disciplinador.

O Tenente Coronel José Maria Gavião Peixoto, foi nomeado para aquêle cargo pelo então Presidente da Província, Coronel Homem de Mello.

Agindo com firmeza e critério, conseguiu dentro em pouco reorganizar as desmanteladas fileiras do Corpo Municipal Permanente e fazer entrar na ordem a soldadesca indisciplinada.

Um ano depois, quando foi declarada guerra ao governo paraguaio, o bravo oficial ofereceu os seus serviços e da corporação que comandava ao governo imperial, que os aceitou, partindo então para a campanha a tropa paulista.

Tendo seguido para a campanha do Paraguai o Corpo Municipal Permanente, com um efetivo de 265 praças e respectiva officialidade, ficou a província completamente privada de elementos para manutenção da ordem pública.

Era mister que se tratasse imediatamente de substituir os elementos militarizados que partiram para a luta, por outros que se encarregassem do serviço de polícia na capital e no interior da província. A mesma lei que autorizava a partida do Corpo Municipal Permanente para a guerra, deu poderes ao governo de São Paulo para organizar um Corpo Policial Provisório, cuja missão era de prestar os mesmos serviços de que estava incumbida a unidade que seguira para a campanha.

CAPÍTULO VIII

Corpo Policial Provisório

O Corpo Policial Provisório foi organizado com um efetivo de 80 praças e respectivos oficiais.

Os oitenta homens desse efetivo foram retirados das Guardas Nacional e Municipal, ainda em serviço nessa época.

O pessoal alistado mal deu para a formação de 1.ª Companhia, cujo comando foi confiado ao Tenente Manuel Ornellas, tendo como auxiliares ou segundos comandantes, os oficiais João Gomes Ramalho e Francisco Xavier de Mattos Salles, ambos com o posto de tenente. O comando do Corpo Policial Provisório coube ao Tenente Coronel Antonio Fernandes Braga, cujo Estado Maior era assim constituído: Tenente Ajudante — João Augusto Pinto de Almeida; Alferes quartel-mestre, José Cândido Braga Mello; Alferes secretário, Ernesto Pompeu e Prado.

Com tão reduzido efetivo, era impossível à nova unidade desempenhar a missão que lhe confiara o governo da província e, por isso, a 3 de abril de 1866, uma lei provincial autorizava o alistamento de praças até que fôsse conseguido o total de trezentas.

A campanha contra Lopes estava, em 1867, no seu auge.

O Exército Brasileiro, lutando bravamente contra as tropas aguerridas do tirano paraguaio, via rapidamente rearem as suas fileiras.

O governo central constantemente apelava para o patriotismo dos brasileiros, solicitando reforços para o exército combatente. São Paulo mais uma vez demonstrou o seu patriotismo, pondo à disposição do governo imperial o efetivo do Corpo Policial Provisório, a fim de lutar nos campos do Sul pela honra nacional.

Em 1867, após uma tocante cerimônia religiosa, seguiram para a campanha sangrenta os elementos disponíveis da milícia paulista. Antes, porém, de receber ordem de partir para a guerra, o Corpo Policial Provisório, obtivera um precioso auxiliar com a criação da Guarda Municipal da Província.

A missão dessa força era auxiliar o Corpo Provisório, fornecendo destacamentos para o interior da província e policiamento na capital. O prazo para o alistamento das praças era de 5 anos, podendo ingressar na unidade os guardas policiais que desejassem ser transferidos.

O Corpo Policial Permanente, que havia seguido para os campos do Paraguai, não dispunha de suficiente número de praças para cumprimento da missão que lhe competia, executando o serviço de policiamento nas comarcas do interior.

A vista disso promulgou-se em 26 de março de 1866, a lei n.º 23, criando a Guarda Municipal da Província, com um efetivo de 653 praças, 10 alferes, 52 sargentos e 95 cabos, corporação essa que tinha por missão, auxiliar no serviço do Corpo Policial Provisório.

A 5 de julho do mesmo ano, era baixado o regulamento da nova unidade, o qual facultava o aumento do efetivo da Guarda Municipal da Província, logo que o serviço o reclamasse, até o total de 1.600 homens.

A missão principal dessa Guarda era fornecer destacamentos aos municípios e freguesias da província, a fim de fazerem o policiamento local. O tempo de serviço era, para as praças, de 5 anos, podendo obter transferência para a referida corporação os soldados do Corpo Policial Provisório.

Alferes comandavam os destacamentos, cuja nomeação era feita pelo Presidente da Província, mediante proposta do Chefe de Polícia.

A Guarda Municipal da Província foi extinta pela lei n.º 11 de 22 de fevereiro de 1868, quando foi restabelecido o Corpo Policial Permanente, que na campanha do Paraguai prestara relevantíssimos serviços aos paíes.

CAPÍTULO IX

Restabelecimento do Corpo Policial Permanente

Ao ser reorganizado, após regressar da guerra, o Corpo Policial Permanente teve novos regulamentos.

O efetivo da força foi fixado em 300 homens, competindo-lhe, como anteriormente, fazer o serviço de policiamento na capital e fornecer destacamentos para o interior.

Nesse corpo foram aproveitados quase todos os oficiais que pertenciam ao Corpo Provisório, que havia sido extinto.

Mais tarde, em obediência à lei n.º 44, de abril de 1871, a dotação da unidade foi elevada a 429 praças, visto ser insuficiente o efetivo existente. Ainda assim não bastavam esses homens para executar a sua árdua missão e, por isso, simultaneamente com a elevação do número de praças, criou-se a Polícia Local, milícia composta de 500 praças e que deveria auxiliar aquêle Corpo nos serviços de policiamento.

Apesar de toda a boa vontade dos seus dirigentes, a Polícia Local jamais conseguiu alistar o número de praças fixado por lei. Em vista disso, o Corpo Policial Permanente continuou a destacar contingentes para as localidades mais próximas da capital e a fazer o policiamento da cidade.

A Polícia Local era composta de voluntários alistados nas próprias localidades onde tinham de servir.

Se nas sedes dos destacamentos as autoridades eram enérgicas e cumpridoras dos seus deveres, os guardas desempenhavam satisfatoriamente sua missão, mas nem sempre isso acontecia e, daí, a oposição levantada contra essa organização, que, por ter os seus elementos dispersos, carecia de disciplina e de instrução técnica. Além disso, poucos eram os civis que acorriam ao alistamento na Guarda Local, pois os vencimentos eram poucos, e mal lhes dava para se fardarem e armarem à própria custa. Somente tempos depois é que o governo tomou a seu cargo as despesas com o fardamento e equipamento das praças.

Essa medida, porém, somente foi posta em execução após repetidas reclamações apresentadas ao governo pelo Chefe de Polícia. Dr. Antônio Joaquim Rodrigues, que em officio, datado de 15 de janeiro de 1873, afirmava:-

«Ou ter soldados fardados, convenientemente armados e com indispensável disciplina, ou não tê-los!».

No ano de 1877, a Guarda Local já estava na mais lamentável decadência.

Um ano depois, as reclamações contra a Guarda multiplicavam-se, procedentes de quase todas as sedes dos destacamentos. Lavrara a indisciplina entre os seus componentes. O desleixo era cada vez maior. As deserções aumentavam e ninguém mais queria alistar-se para preencher os claros existentes, pois o emprego na lavoura era muito mais remunerador.

A Lei n.º 27, de 10 de março de 1888, extinguiu a Guarda Local, sendo os destacamentos do interior rendidos, no dia 1.º de julho do mesmo ano, por outros enviados pelo Corpo Policial Permanente.

CAPÍTULO X

Novo aumento do efetivo policial

Em 1873, o Corpo Policial Permanente dispunha ainda de 429 homens no seu efetivo, número este reconhecidamente insuficiente para a missão que lhe cumpria desempenhar.

A capital da província era mal policiada e no interior os destacamentos continuavam desfalcados nos seus contingentes.

Dispersos os elementos da milícia em múltiplos destacamentos, não podia ser mantida rigorosamente a disciplina. A tropa continuava com muitos claros, sem que houvesse probabilidade de serem preenchidos.

A falta de voluntários para as fileiras do Corpo Policial Permanente devia-se a vencimentos mínguados, falta de conforto nas casernas, castigos corporais, e os inúmeros percalços em que tropeçavam aquêles que desejavam servir à sua terra.

Por esta ou aquela razão a verdade é que o Corpo Policial Permanente necessitava ter aumento em seu efetivo.

Esse aumento só veio com a lei de fixação de forças que devia vigorar nos exercícios de 1878-1879.

O Corpo Policial Permanente teve, então, o seu efetivo elevado para 1.000 homens. Havia, porém, uma anomalia na fixação dessa força:- para um tão elevado número de praças dispunha o Estado Maior do Corpo, apenas de um Tenente Coronel Comandante e de um capitão fiscal, o que muito prejudicava a disciplina.

Cada companhia dispunha de um capitão e três oficiais subalternos, cabendo a um destes inspecionar, de três em três meses, os destacamentos do interior.

Mas, naquela época, ao contrário do que se verifica atualmente, os voluntários não apareciam nos quartéis.

Assim é que, o efetivo marcado pela lei de 1878, em dezembro do referido ano ainda não havia sido completado. O Corpo Policial Permanente estava então com 810 praças nas suas fileiras. Em 1881, esse número subira a 987.

Já então se tomara o alvitre de selecionar cuidadosamente os poucos voluntários que se apresentavam, exigindo-lhes documentos comprovantes de bom comportamento, tanto civil como moral. Com essa medida visava o governo a moralizar a corporação, tornando-a tão disciplinada quanto possível.

Apesar do seu insignificante efetivo (987 homens) a milícia paulista fornecia, em 1881, 123 destacamentos, muitas vezes, com prejuízo para o serviço da capital.

Em 3 de maio de 1885 foi publicada a Lei n.º 73, restaurando a Polícia Local e, conseqüentemente, surgiu, a 24 de março de 1887, uma outra lei, a de n.º 29, reduzindo para 508 praças e 22 oficiais o efetivo do Corpo Policial Permanente.

Ridículo efetivo para guarnição de uma cidade que, de dia para dia, alargava a sua zona povoada. Isso mesmo compreendeu o governo, pouco depois, tanto assim que conseguiu a aprovação da lei n.º 27 de 10 de março de 1888, em virtude da qual foi extinta a Polícia Local e fixado em 1.500 homens o efetivo do Corpo Policial Permanente, cujo armamento passou a ser o fuzil «Comblain».

Ora, se anteriormente era difícil preencher os claros existentes na corporação, muito maiores foram as dificuldades para se completar o total de 1.500 homens fixado por lei em 1888.

As anteriores exigências de «Curriculum-vitae» para alistamento na Força tiveram que ser abandonadas. Receber nas suas fileiras os soldados da polícia extinta foi uma solução.

Verifica-se que, em 1888, o Corpo Policial Permanente continuava no mesmo pé em que se achava anteriormente, com as suas fileiras desfalcadas, falta de disciplina e sem instrução militar suficiente para bem cumprir a sua missão, em que pesem tôdas as reformas e disposições legais votadas anteriormente pela Assembléia Provincial com o escopo de dar-lhe eficiência.

Extinta a Polícia Local, muitas das suas praças, sem qualquer seleção, ingressaram nas fileiras do Corpo Policial Permanente, a fim de regressar aos antigos destacamentos.

Era necessária uma completa reorganização, o que somente se fez após a proclamação da República.

CAPÍTULO XI

Guarda Urbana

Em 1873, a cidade de São Paulo exigia, pelo seu grande desenvolvimento e pelo aumento de sua população, um serviço de segurança que o Corpo Policial Permanente não podia executar, não somente por deficiência de pessoal, como pela precariedade da sua disciplina. O chefe de Polícia dessa época, Dr. Antônio Joaquim Rodrigues, lembrou, então, em officio ao presidente da província, datado de 15 de janeiro, que urgia criar-se uma secção de companhia, com um efetivo de 40 ou 50 praças, sob o comando de um official subalterno, a fim de encarregar-se exclusivamente do policiamento da capital.

As praças deveriam ser cuidadosamente escolhidas e ganhariam um pouco mais do que as do Corpo Policial Permanente, gozando ainda de outras regalias, de maneira a se obterem homens aptos para o serviço, tanto moral como fisicamente.

Essa proposta ainda não havia sido aceita pelo governo em 1874, embora a houvesse reiterado nesse ano o Dr. Joaquim José do Amaral, em relatório que apresentou, como Chefe de Polícia, justificando-a com o extraordinário desenvolvimento industrial de São Paulo, o aumento da sua população, as construções ferroviárias que aqui se faziam e a chegada de contínuas levas de imigrantes europeus.

A proposta do Dr. Joaquim José do Amaral visava à criação de uma companhia de guardas urbanos, constituída por 55 praças, 5 inferiores e 1 comandante. O nosso povo, sempre irônico e brincalhão, alcunhou-os posteriormente de «morcegos». Ainda há pouco ouvia-se cantar, em certas rodas, a modinha de antanho em que os operosos soldados da Guarda Urbana eram alvo de chocarrice popular. A letra dessa modinha é atribuída a Álvares de Azevedo e diz, em uma das suas quadrinhas: «Sou guarda urbano, pelas ruas vago, de espada à cinta, por não ter emprêgo. E os transeuntes, quando vou passando, dizem rosnando — sai daqui «morcego».

Somente a 4 de março de 1875, a lei de fôrça n.º 3 autorizava a organização da referida unidade, conforme sugestão do Chefe de Polícia, sob cuja dependência ela deveria ficar.

Amesma lei, naturalmente para compensação do aumento de despesas, reduziu o efetivo do Corpo Policial Permanente.

Ao Chefe de Polícia cabia nomear o Comandante e oficiais para a Guarda Urbana, cujo uniforme era constituído por túnica e calça de côr preta, com botões de metal branco.

Exigia-se dos alistados na corporação atestados de bom comportamento e de aptidão física, assim como que soubessem ler e escrever.

As 60 praças da Guarda Urbana foram distribuídas por quatro postos policiais instalados em zonas mais convenientes das freguesias paulistanas. Cada posto dispunha de um contingente de 10 raças, inclusive o comandante. As 20 praças restantes ficavam na Séde do Comando Central.

Além do serviço de policiamento, aos guardas urbanos competia auxiliar a extinção de incêndios, para o que recebiam a necessária instrução.

O tempo de engajamento era de quatro anos, percebendo os soldados 1\$600 diários; os sargentos 1\$800; 100\$000 mensais o comandante.

O regulamento da Guarda Urbana foi expedido pelo governo da Província, a 30 de junho de 1876, havendo sido nomeado seu primeiro comandante o major honorário do Exército, Tristão Firmino de Almeida. Essa Guarda, que iniciou o serviço no dia 5 de outubro de 1876, tinha seu quartel na Casa do Trem.

Em 1877, verificando-se que o efetivo da Companhia de Urbanos, não era suficiente para a missão que lhe cumpria, foi êle aumentado para 120 praças, que ficaram sob o comando de um capitão, o qual tinha por auxiliares dois oficiais subalternos.

A companhia de Urbanos já em 1881 conquistara definitivamente as simpatias da população da Capital, pelo zelo que demonstrava no serviço, merecendo também, por isso, os elogios das altas autoridades civis.

Em 1886, o efetivo da corporação foi novamente majorado para 150 homens, mas mesmo assim era preciso que o Corpo Policial Permanente fornecesse contingentes para o serviço de ronda das freguesias do Brás e Ponte Grande, ao mesmo tempo que a guarnição do Exército se encarregava de patrulhar, com praças de Cavalaria, Santa Ifigênia e outros bairros mais afastados do centro urbano.

São Paulo pregredia rapidamente, graças à intensificação da corrente imigratória. Ao mesmo passo, porém, que nos chegavam novos braços operosos para a lavoura, desembarcavam em Santos maus elementos sociais, em sua maioria, procedentes do Prata e da capital do país, e que em nosso grande centro cosmopolita vinham exercer sua perniciosa atividade.

Visando a combater êsses péssimos elementos, o governo provincial resolveu aumentar, ainda uma vez, o efetivo da Companhia de Urbanos.

A lei n.º 29, de 24 de março de 1887, autorizou o alistamento de mais 60 homens para o serviço da Companhia de Urbanos, determinando o restabelecimento da prática adotada por ocasião da sua organização, isto é, que os guardas andassem armados de revólveres.

A Estação Central de Urbanos, que estava instalada primitivamente na rua das Flores, foi mais tarde transferida para a rua do Quartel.

Em 1886 a Companhia de Urbanos foi transferida para um grande prédio assobradado da rua do Carmo.

A 15 de março de 1890, por decreto do governo provisório do Estado, o efetivo da Companhia de Urbanos, foi elevado a 340 homens, 11 segundos sargentos, 4 primeiros sargentos, 4 alferes, 1 tenente e 1 capitão comandante.

O mesmo governo mandou a 1.º de julho de 1890, por proposta do Chefe de Polícia, executar um novo regulamento para os guardas urbanos.

Por decreto de 23 de janeiro de 1891, assinado pelo governador do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá, a Companhia teve o seu efetivo majorado, ficando então com 461 homens para o policiamento da capital, que progredia vertiginosamente, estendendo grandemente a sua área habitada. Para maior eficiência do serviço, foi anexada à Companhia uma secção de Cavalaria com 60 praças, ficando esta incumbida da ronda dos subúrbios.

CAPÍTULO XII

Fôrça Policial Urbana

Havendo, pois, nessa época, em São Paulo, duas fôrças de armas diferentes, criadas para a segurança pública, foi necessário dar-lhes um comando único e organização apropriada. Foi assim constituída a Fôrça Policial Urbana, da qual faziam parte a Companhia de Urbanos e a Secção de Cavalaria, dando-lhes a seguinte officialidade; 1 major comandante, 1 capitão, 1 tenente, 5 alferes. Os comandos auxiliares eram exercidos por 5 primeiros sargentos e 13 segundos sargentos, sendo de 500 o número de guardas.

Pouco tempo, porém, durou essa organização, pois a 14 de novembro de 1891, o Presidente do Estado, Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, por lei de n.º 17 da mesma data, que fixava o efetivo da Fôrça Pública de São Paulo, extinguiu aquela corporação e o Corpo Policial Permanente, criando, em substituição, 5 Corpos Militares de Polícia e uma Companhia de Cavalaria.

O Corpo Policial Urbano passou, então a denominar-se 5.º Corpo Militar de Polícia.

Vai abaixo transcrita, na íntegra, a Lei n.º 17 de 14 de novembro de 1891, que fixava o efetivo da Fôrça Pública Estadual para o ano seguinte:—

«Faço saber que o Congresso do Estado decretou e eu promulgo a Lei seguinte:—

«Art. 1.º — A Fôrça Pública do Estado, para o ano de 1892, compor-se-á de três mil novecentos e quarenta homens, distribuídos em quatro Corpos Militares de Polícia, uma Companhia de Cavalaria, um Corpo de Urbanos e um Corpo de Bombeiros.

«§ Único — O atual Corpo de Urbanos terá a denominação de 5.º Corpo Policial de Polícia, e continuará obrigado ao serviço, na forma da legislação em vigor, sem poder sair da Capital para destacamentos locais.

«Art. 2.º — A organização destas fôrças será a que consta dos quadros anexos.

«Art. 3.º — Os corpos de fôrça militar de polícia estacionarão onde o governo determinar, conforme exigirem as necessidades do serviço.

«§ Único — A Companhia de Cavalaria será agregada a qualquer dos corpos militares, sempre que o governo entender conveniente.

«Art. 4.º — Os vencimentos dos officiaes e praças e mais despesas com a Fôrça Pública do Estado serão, no exercício desta lei, os que constam das tabelas anexas.

«§ Único — Quando o Corpo de Bombeiros tiver por comandante um engenheiro militar, poderá o governo arbitrar-lhe um gratificação mensal até 200\$000, sem prejuízo dos vencimentos que perceber pela tabela desta lei.

«Art. 5.º — O governo providenciará para que o pessoal da Fôrça Pública, destacado fora da sede do respectivo corpo, não permaneça em cada localidade por mais de seis meses.

«Art. 6.º — Fica o governo autorizado a:—

«1.º — Nomear, quando entender oportuno, um Inspetor Geral das fôrças militares do Estado, arbitrando gratificação não excedente de 600\$000 mensais; e expedirá regulamentos para os corpos e companhias, sujeitando-os, na parte penal, a aprovação do Congresso.

«Art. 2.º — Aproveitar os serviços dos officiaes reformados de polícia nos corpos do Estado, se nova inspeção de saúde demonstrar que êsses officiaes ainda estão em condições de servir.

«Art. 7.º — Continuam em vigor as disposições do decreto n.º 29, de 15 de março de 1890, na parte não alterada pela presente lei.

«Art. 8.º — Ficam indultados os crimes de 1.a e 2.a de-seção das praças do corpo policial, se se apresentarem em uma das comarcas da República dentro de três meses, contados da data da promulgação desta lei. É extensivo o indulto não só as praças já processadas, como também àquelas que não estiverem ainda sentenciadas pelos aludidos crimes.

«Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

«Mando, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

«O secretário do Estado a faça imprimir, publicar e correr.

«São Paulo, 14 de novembro de 1891, 3.º da República dos Estados Unidos do Brasil.

(a) Américo Brasiliense de Almeida Mello

Carlos Augusto de Freitas Villalva.»

A lei n.º 97-B, de 21 de setembro de 1892, fixou o efetivo da Fôrça Pública para o ano de 1893.

Essa lei, promulgada pelo sr. Dr. Bernardino de Campos, estabelecia que a fôrça para o referido ano compor-se-ia de 3.933 homens, distribuído em 5 Batalhões de Infantaria e um Corpo de Bombeiros.

Cada Batalhão de Infantaria ficava com 664 homens, quando completo o respectivo efetivo.

A fim de facilitar o breve preenchimento das vagas existentes nas fileiras da milícia, resolveu o govêrno do Estado, então ainda chefiado pelo Dr. J. A. de Cerqueira César, enviar uma comissão de oficiais a outras unidades da Federação, com incumbência de engajar voluntários para a Fôrça.

Para ocorrer as despesas com a ida dessa comissão aos Estados do Norte, foi aberto, por decreto de 14 de março de 1892, um crédito especial de 80:000\$000.

Na presidência do Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, sendo secretário da Justiça o Dr. Carlos de Campos, a Corporação teve sensível aumento de efetivo nas suas fileiras, pois poderia dispor de 5.178 homens, distribuídos em 3 batalhões de infantaria, 1 regimento de cavalaria, 1 corpo de bombeiros, 1 companhia de guardas-cívicos para o serviço da capital, e 1 corpo com a mesma denominação para policiamento do interior do Estado e 1 banda de música.

A Fôrça passou, em 1897, a ter a denominação de Brigada Policial e tinha a seguinte organização:—

3 batalhões de infantaria com um total de 1.992 homens ou 664 praças cada um, 1 regimento de cavalaria, dividido em 4 esquadrões, com 350 homens, 1 corpo de bombeiros, com 2 companhias e 373 homens, Guarda Cívica do Interior, com um efetivo de 2.295 praças.

A Brigada Policial ficava sob o comando de um tenente coronel com a denominação de Inspetor Geral.

A Lei n.º 491 de 29 de dezembro de 1896 criou o lugar auditor da Fôrça Pública com as vantagens inerentes ao pôsto de major.

Para êsse cargo só poderiam ser nomeados bacharéis em direito, diplomados em faculdades oficiais ou livres, quer da República quer do Estado, mas que tivesse pelo menos 3 anos de prática de administração ou de fôro, adquirida no exercício da judicatura ou da advocacia.

AÇÕES DE GUERRA

São Paulo, graças ao patriotismo e à perfeita compreensão dos deveres cívicos de que têm dado sobejas provas os seus estadistas, jamais deixou de dar a sua contribuição de sangue à pátria, quando ela reclama o seu auxílio.

A Fôrça Pública paulista, coesa e bem preparada para o cumprimento da árdua missão que lhe compete, nunca, por certo, traiu a confiança que na sua eficiência, na sua disciplina e na sua bravura indômita depositam os paulistas, que dela muito justamente se orgulham.

Os fatos históricos aí estão para comprovar o amor dos paulistas pela pátria. Em 1842, no combate de Venda Grande, sob o comando de Caxias, a Fôrça Pública teve seu batismo de fogo.

Em 1865, quando o govêrno imperial brasileiro, revidando a uma inominável afronta aos brios nacionais, es empenhou numa tremenda luta armada contra o ditador Solano Lopes, do Paraguai, a província de São Paulo foi uma das primeiras a atender ao apêlo da pátria.

Aqui se organizaram batalhões de voluntários, que, nos campos do Sul do continente, se mostraram dignos do renome e da bravura dos gloriosos desbravadores dos sertões, erguendo bem alto na admiração das demais províncias o nome de São Paulo.

O Corpo Policial Permanente foi um dos primeiros a oferecer os seus serviços à pátria, por intermédio do seu bravo comandante, o tenente coronel José Maria Gavião Peixoto, que, em março do referido ano, se apresentou para deixar a capital paulistana, conduzindo para a campanha sanguinolenta todo o efetivo da corporação policial militar, cerca de 265 homens, dispostos a lutar bravamente contra o inimigo.

Destinava-se êsse contingente à província de Mato Grosso, onde deveria reforçar a coluna incumbida de invadir o território do país, cujo ditador tão indignamente nos insultara.

Essa coluna foi a que empreendeu mais tarde a retirada de Laguna, que o ilustre escritor e bravo militar, Visconde de Taunay, testemunha ocular dessa odisséia, com tanta verdade descreveu em uma obra que se tornou célebre e que está hoje vertida para vários idiomas. Circunstâncias, para nós desconhecidas, detiveram o Corpo Policial Permanente durante algum tempo na cidade de Campinas, de onde, posteriormente, regressou para a capital, a fim de tomar o rumo de Santos, embarcando naquele pôrto para o Sul, num transporte de guerra.

Mais tarde, a êsse contingente de tropas policiais paulistas acrescentou-se um outro, constituído pelo Corpo Policial Provisório.

O Brasil reclamava o sacrifício de todos os seus filhos e São Paulo, mais uma vez, lhe atendeu o apêlo, demonstrando assim o seu patriotismo.

São Paulo dava em holocausto a pátria todo o efetivo do seu Corpo Policial Provisório, trezentos homens, que partiram para a luta, sob delirantes aclamações populares, «ao som de hinos marciais, depois de uma tocante manifestação de sua fé religiosa e levantando vivas à grandeza da nação».

Os arquivos da época guardam alguns nomes desses bravos paulistas, Ten. Cel. Antonio José Fernandes Braga, Cmt. do Corpo; Tens. Manoel Ornellas, João Augusto Pinto de Almeida; Alferes quartel-mestre José Cândido Braga Mello; alferes José Sarmento e Francisco Alves do Nascimento Pinto, êste último promovido anos depois a general honorário do Exército como prêmio à sua brilhante atuação na campanha do Paraguai.

Taunay refere-se com muita simpatia, em sua obra «Visões do Sertão», a um oficial do Corpo Policial Permanente de São Paulo, o alferes Prado Mineiro, exímio tocador de rabeca e que fôra seu dedicado amigo e compartícipe das agruras por que passou ao regressar do território do país inimigo, como membro do serviço de engenharia da Coluna Brasileira que realizou a grande retirada de Laguna e que fôra cruelmente acossado pelo minaz e traiçoeiro adversário.

A presença desse oficial paulista na infortunada coluna retirante faz crer que, se não o efetivo completo, pelo menos um contingente do Corpo Policial Permanente, tenha tomado parte na invasão do Paraguai pela fronteira desse país com Mato Grosso.

Quanto às forças policiais paulistas que partiram para a campanha via Santos, tudo leva a crer que tenham sido incluídas nas fileiras dos dois batalhões de Voluntários da Pátria, organizados na nossa província e que naquela tremenda guerra com tanta bravura se bateram, despertando o entusiasmo dos próprios veteranos do Exército regular e conquistando para São Paulo louros imarcessíveis em inúmeros combates em que estiveram empenhados.

REVOLTA DA ARMADA

Ensanguentavam-se os pampas sulinos em 1892, em consequência da luta fratricida travada entre «castilhistas» e federalistas gaúchos, aquêles chefiados por um pugilo de bravos amigos do então presidente do Estado do Rio Grande e êstes dirigidos por um dos mais ousados e valentes guerrilheiros das campanhas e coxilhas, o caudilho Gumerindo Saraiva.

A nação inteira, de Norte a Sul, em todos os quadrantes, acompanhava com o coração confrangido e a alma enlutada esse entrecocar de armas, empunhadas por filhos da mesma terra.

A luta prosseguia feroz e sanguinária, quando a 4 de julho de 1893, Eduardo Wandenkolk, almirante reformado da nossa Armada, antigo ministro da Marinha, rebelando-se contra o governo do país, armou em Buenos Aires um navio mercante, o «Júpiter», pertencente à frota de uma empresa frigorífica brasileira, a fim de tentar um desembarque em qualquer pôrto de sua pátria, nêle estabelecendo uma base de operações para os exércitos federalistas do Rio Grande do Sul.

A aventura do almirante Wandenkolk pouco durou, pois o «Júpiter», foi capturado no pôrto de Destêrro, hoje Florianópolis, em Santa Catarina, pelo cruzador «República», enviado do Rio com a missão de lhe dar caça.

No pressuposto de que o improvisado navio, de guerra atacaria o nosso pôrto de Santos, o govêrno do Estado, chefiado pelo paulista Dr. Bernardino de Campos, guarneceu a vizinha cidade litorânea, para lá enviado o 3.º Batalhão de Infantaria da Fôrça Pública, sob o comando do coronel Antônio Eugênio Ramalho.

Essa unidade partiu em agôsto para cumprir a missão, bem armada e equipada, transportando copiosa munição.

Na manhã de 6 de setembro de 1893, quando irrompeu na baía da Guanabara a rebelião dos vasos de guerra nacionais, chefiada pelo contra-almirante Custódio José de Melo, já o 3.º Batalhão de Infantaria da Fôrça Pública recebia na sua guarnição em Santos o seguinte telegrama do Presidente Bernardino de Campos:

«Coronel Ramalho — Santos — Esteja muito vigilante e com gente de prontidão».

Durante êsse lúgubre transcorrer de tempo, São Paulo cumpriu mais uma vez o seu dever, pondo à disposição do govêrno constitucional da União, não sômente a sua Fôrça Pública, então constituída de 5 batalhões de infantaria, um corpo de cavalaria e outro de bombeiros, mas também recursos financeiros, víveres, equipamentos, e vários batalhões patrióticos.

A zona litorânea do Estado, assim como a fronteira com o Paraná foram fortemente guarneçadas pelas tropas milicianas, que não poucas vêzes enfrentaram galhardamente os navios rebeldes ou fôrças revolucionárias.

Na campanha realizada no território paranaense, a Fôrça Pública paulista brilhou pela sua valente atuação, tendo constituído a 2.a Brigada da 1.a Divisão do Corpo de Exército, comandada pelo general Ewerton Quadros, conforme se verifica da ordem do dia, n.º 11, daquele comando-em-chefe.

ORDEM DO DIA N.º 11

«Quartel General do Corpo de Exército em operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, e do 5.º Distrito Militar, São Paulo, vila do Itararé, 14 de abril de 1894.

«De ordem de S. Exa. o Sr. General Comandante do Corpo de Exército, publico para conhecimento do mesmo, o seguinte:-

«ORGANIZAÇÃO DO CORPO DE EXÉRCITO

«Compõe-se êste Corpo de Exército de duas divisões e quatro brigadas e do comando-geral de artilharia.

«A 1.a Divisão, sob o comando do senhor coronel Firmino Pires Ferreira, é composto das 1.a e 2.a brigadas, e a 2.a divisão sob o comando do sr. coronel Manuel Eufrázio dos Santos Dias, das 3.a e 4.a brigadas.

«A 1.a brigada, comandada pelo sr. coronel Braz Abrantes, compõe-se dos seguintes corpos:- 3.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional (batalhão campineiro), batalhões n.º 6 (Frei Caneca), 39.º e 20.º batalhões de infantaria de linha e 13.º regimento de cavalaria de linha.

«A 2.a brigada, comandada pelo sr. coronel João Teixeira da Silva Braga, compõe-se dos 1.º, 2.º e 4.º batalhões de polícia, de São Paulo, e do batalhão n.º 7 (Silva Telles).

«A 3.a brigada comandada pelo sr. coronel José Maria Marinho da Silva é constituída dos 9.º e 37.º batalhões de infantaria de linha, batalhões «Francisco Glycério» e «Operário» e do 1.º regimento de cavalaria de linha.

«A 4.º brigada comandada pelo sr. coronel José Delgado Dias de Carvalho, compõe-se do 1.º batalhão de artilharia de posição, do 2.º regimento de cavalaria e do 15.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da Capital Federal.

«O comando geral da artilharia é exercido pelo sr. coronel Ricardo Fernandes da Silva — comandando a artilharia da 1.a divisão o major Celestino Alves Bastos, e da 2.a divisão, o tenente Manoel José dos Santos Barbosa.

«Dirige os trabalhos de engenharia o sr. capitão Augusto Ximenes Villeroy. E chefe do serviço sanitário o sr. major José Inocêncio de Miranda. Coronel Ricardo Fernandes da Silva».

Da eficiente atuação da polícia militar paulista naquela grande e penosa campanha, tão bem descrita em seu «Revolta

de 6 de Setembro», pelo ilustrado oficial da milícia — Coronel Pedro Dias de Campos, dão eloquentes testemunhos as ordens do dia baixados pelos chefes do Exército que a tiveram sob suas ordens:

«Devo declarar-vos, possuído da maior satisfação, que o 2.º Batalhão de polícia de São Paulo, não sendo uma corporação do Exército, sujeita aos rigores das nossas leis, soube entretanto colocar-se na altura da sua missão, como força pública de um grande Estado, já pela disciplina com que se houve, já pela correção do seu procedimento.

«O pessoal desse distinto batalhão, que honra ao Estado de São Paulo, sente, pelo que observei, essa paixão que leva o soldado aos mais arrojados cometimentos militares e por isso tornou-se digno da minha inteira confiança, logo nos primeiros dias da sua incorporação às forças desta brigada.

«Sua oficialidade distingue-se em geral pela educação civil e militar, pelo conhecimento dos seus deveres, pelo amor ao seu Estado e à causa que defende.

«À frente desse batalhão acha-se o tenente-coronel Alberto Júlio Ribeiro de Barros, que nunca me opôs dificuldade alguma no serviço.

«Habituada à vida penosa da guerra, porquanto é um daqueles brasileiros distintos que lutaram valorosamente pela honra da Pátria nos campos do Paraguai — é o mais seguro elemento da sua disciplina, da sua moralidade e correção.»

Do general Quadros:-

ORDEM DO DIA N.º 85

«Publico, de ordem do S. Exa. o Sr. General comandante deste Corpo de Exército, as seguintes disposições e ocorrências, para conhecimento do mesmo e devidos fins:-

«Em cumprimento de ordem superior, deixa nesta data o comando da 2.ª brigada, a fim de assumir o do 1.º Batalhão de polícia de São Paulo, com o qual se deve recolher à Capital desse Estado, o sr. coronel João Teixeira da Silva Braga.

«Determino assumo o comando da dita brigada o sr. ten. cel. Raphael Tobias e o do 9.º batalhão de infantaria o sr. major Victorino dos Santos e Silva, que atualmente comanda o 39.º.

«Nesta ocasião cabe-me agradecer ao sr. coronel Braga os inolvidáveis serviços que prestou à Pátria neste Estado e louvá-lo pelo modo correto por que se portou sempre, e pelo patriotismo e amor à disciplina que patenteou durante o seu co-

mando. A todos os oficiais do seu Estado Maior e do batalhão, aos inferiores e praças do mesmo também louvo pelo eficaz auxílio que se prestaram na espinhosa missão de que estou incumbido, devendo esse louvor constar dos assentamentos de cada um deles.

«Ao sr. major Cândido José Mariano, que ora deixa o comando do batalhão e cujo nome já por mais de uma vez tem sido citado como de um entusiasta defensor da República, louvo por sua energia, inteligência e subida dedicação à causa da lei e da Justiça.

«O general de brigada Francisco Raymundo Ewerton Quadros, Comandante do Corpo de Exército.»

CANUDOS

A campanha de Canudos contra os fanáticos chefiados por Antônio Conselheiro não se fez também sem o concurso da Força Pública de São Paulo, sempre pronta a acudir ao apelo dos poderes públicos do país, quando se trata de restabelecer a ordem ou defender a integridade da pátria.

Antonio Conselheiro, um rude sertanejo baiano, que se arvorara em pastor de almas, reunindo em torno de sua pessoa centenas de jagunços, transformara em cidadela quase inexpugnável o arraial de Canudos, situado em plena região das caatingas baianas, à margem do rio Vasa Barris.

Reduzido, a princípio, o núcleo de fanatizados sertanejos se foi avolumando com o decorrer do tempo, ganhando o respectivo chefe cada vez maior prestígio entre as populações vizinhas, após cada derrota que infligia às forças policiais, enviadas pelo governo do Estado nortista.

Em meados de 1897, depois de ter sido derrotada a expedição chefiada pelo coronel Moreira César, que morreu nas mãos dos jagunços de Antônio «Conselheiro», decidiu o governo da União organizar um verdadeiro exército incumbido de pôr fim aos desmandos dos sertanejos, destruindo-lhes para sempre o poderio no sertão baiano.

Chefiava essa nova expedição o general Arthur Oscar de Andrade Guimarães, militar de grande prestígio no Exército.

A expedição compunha-se de tropas do Exército, e das forças públicas baiana, paraense, amazonense e paulista.

São Paulo, logo após a morte do coronel Moreira César oferecera o seu auxílio ao governo central, que o aceitou.

A 1.º de agosto de 1897, embarcava para São Salvador o 1.º batalhão de infantaria da Fôrça Pública paulista, a fim de reunir-se à expedição que naquela capital se organizava para invadir os sertões dominados por Antônio «Conselheiro».

Comandava a garbosa unidade paulista o major José Pedro de Oliveira, militar muitíssimo querido na corporação miliciana, valente e enérgico, geralmente apontado com um dos mais capazes para cumprir a árdua e perigosa missão. Da atuação que tiveram as tropas paulistas na campanha de Canudos, onde inúmeras vezes afrontaram bravamente a morte, nos dão conta os boletins publicados pelo alto comando da expedição, chefiada pelo General Arthur Oscar.

Euclides da Cunha, em seu livro «Os Sertões» transcreve algumas ordens do dia do comandante Arthur Oscar, em que a atuação do 1.º Batalhão de polícia paulista é justamente elogiada.

Vencida a resistência dos jagunços, morto Antônio Conselheiro e destruída a sua cidadela de Canudos, regressou o 1.º B.I., para São Paulo, aqui chegando a 26 de novembro de 1897, tendo sido recebido festivamente pelos habitantes da capital.

A sua gloriosa bandeira hoje guardada no Museu do Ipiranga, atesta nas cicatrizes que apresenta o seu desbotado tecido, a rudeza da luta em que o 1.º B.I., se empenhou nos sertões baianos.

QUEBRA-LAMPIÃO

Em 1904, por ocasião dos motins populares registrados na capital do país e que ficaram conhecidos sob a denominação de «Revolta do Quebra-Lampião», a Fôrça Pública paulista mais uma vez foi posta à disposição do governo federal para o restabelecimento da ordem.

Foi destacado para desempenhar essa missão, em coadjunção com o Exército e a Brigada Policial do Rio, o 1.º Batalhão de Infantaria, que partiu para a então capital brasileira, a 15 de novembro daquele ano, sob o comando do tenente-coronel Pedro Arbues Rodrigues Xavier.

1910

Em 1910, quando irrompeu na baía da Guanabara a rebelião da maruja nacional, chefiada pelo marinheiro João Cândido, uma ala do 1.º B.I., teve ordem de seguir para a vizinha cidade de Santos, a fim de guarnecer aquêle porto, evitando um provável desembarque das guarnições dos couraçados «São Paulo» e «Minas Gerais».

A partida realizou-se a 23 de novembro, tendo o comando da fôrça destacada sido entregue ao então major Pedro Dias de Campos.

1922

Em 1922, no mês de julho, a Fôrça Pública destacou para as divisas do Estado com o de Mato Grosso, um contingente do 2.º B.I. e outros de diversas unidades, com a incumbência de evitar a invasão do nosso território por fôrças revolucionárias chefiadas pelo general Clodoaldo da Fonseca.

O general Tertuliano Potyguara, que comandava as tropas legalistas na fronteira paulista-mato-grossense, teve ocasião, em ordem do dia, de elogiar a nossa Fôrça Pública, pondo em destaque a competência dos seus oficiais, notadamente do major Januário Rocco, pela perfeita organização que dera à defesa do pôsto de combate que lhe fôra confiado.

O contingente do 1.º Batalhão, foi enviado para as margens do Paraná na mesma ocasião e pelo mesmo motivo, sob o comando do então capitão João Ferreira Leal.

Em tôdas as vezes que teve de agir em defesa da República ou da ordem pública, a milícia paulista sempre se revelou à altura da confiança que nela deposita o Estado, de cuja segurança é ela o baluarte.

1924

A infiltração revolucionária em meio da oficialidade paulista desde os acontecimentos de Copacabana em 1922, encontra fervorosos adeptos, onde se destaca o vulto do então major Miguel Costa, fiscal do Regimento de Cavalaria, militar êsse que se torna de início a figura central de tôda a conspiração.

No dia 5 de julho de 1924, a unidade montada da Fôrça Pública, com a totalidade de seu efetivo (600 homens), tendo à frente o seu major fiscal, Miguel Costa, iniciou o movimento.

Dado o primeiro grito de Revolução, estabeleceu-se a natural confusão nos demais quartéis da Milícia, que se vão transformando em centros revolucionários ou pontos de apôio do governo.

Comandava a Fôrça Pública, o coronel Quirino Ferreira, que foi logo pela manhã preso em sua residência.

O bairro da Luz transforma-se em inexpugnável reduto da Revolução; as suas casernas ficam logo em poder dos insurretos, com exceção do 4.º Batalhão da Fôrça, que suportava, com heróica resistência, os ataques do Major Miguel Costa.

Iniciando o plano revolucionário e preso o coronel Comandante Geral da Fôrça, viu-se inicialmente o dismantêlo do apôio armado do governo.

As esperanças de adesão de muitos oficiais e de bons efetivos de tropas de todos os corpos da Luz ocasionaram nas esferas oficiais governamentais uma difícil arregimentação para aparar a violência e a surpresa da primeira arremetida.

Em meio da desorganização reinante, os elementos fiéis ao governo procuram agrupar-se, e o fazem em torno da pessoa do Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Dr. Bento Pereira Bueno, o qual começou a agir em defesa da legalidade. Para orientar-se, nomeou Comandante Geral da Força Pública, em substituição ao coronel Domingos Quirino Ferreira, o coronel Pedro Dias de Campos, que logo assume o novo cargo, já sob a fuzilaria intensa das tropas que da Luz convergem para o centro da cidade.

Transferida a sede do governo, no dia 8 para Guaiaúna, opera-se, então, na capital, o domínio da revolução.

As tropas revolucionárias, obedecendo ordens dos seus principais chefes, general Isidoro Dias Lopes e major Miguel Costa, ocupam a Paulicéia, estabelecendo-se o governo da autoridade militar.

Por ocasião da retirada do governo, já dispunham os revolucionários de efetivos de mais de cinco mil homens, com as adesões recebidas e a incorporação de civis, enquanto que o governo, dispunha, de comêço, de menos de quinhentos soldados e, por ocasião da retirada, de aproximadamente mil e seiscentos, em Guaiaúna e na frente de combate, que abrangia Vila Mariana, Cambuci, Brás e margens do Tietê.

Além das causas de ordem puramente militar, e quando a rica e febricitante capital paulista, com o seu milhão de habitantes, já era ameaçada pelo bombardeio da artilharia pesada e dos aviões de Guaiaúna, os chefes revolucionários, para impedir a destruição da grande e histórica cidade de Anchieta, deliberaram a retirada das forças revolucionárias.

Com a retirada das tropas revolucionárias da capital paulista, inicia-se outra fase da luta, a qual chamaremos de Campanha do Interior, e que se prolonga por três anos mais, nos sertões brasileiros, até a internação da coluna reivindicadora em território boliviano, após o seu retorno do Norte do país, em 1927.

Constituindo uma coluna de 2.000 homens, mais ou menos, procuraram os chefes revolucionários levar os seus combatentes de São Paulo para os Estados do Sul.

Era aquela coluna composta de cinquenta por cento de elementos da Força Pública paulista, arrastados pela vontade

combativa do seu chefe, o major Miguel Costa.

O governo do Estado, prosseguindo em sua tarefa de fazer frente às hostes que se insurgiram, organizou duas expedições para aquêle fim, confiando-as aos 1.º e 2.º batalhões da milícia. Assim, a 1.º de outubro de 1924, o 2.º Batalhão, sob o comando do tenente-coronel Afro Marcondes de Rezende, embarcou na Sorocabana, com destino a Ponta Grossa, no Estado do Paraná, a fim de incorporar-se às forças do Exército que ali já operavam.

O batalhão contava um efetivo de 22 oficiais e 375 praças.

Com idêntica incumbência, seguiu para Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, o 1.º Batalhão, comandado pelo coronel Joviniano Brandão, levando 23 oficiais e 339 soldados.

A ação desta unidade estendeu-se pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, de onde regressou à capital a 4 de agosto de 1925.

A unidade do comandante Afro Marcondes destacou-se nos combates da Serra do Medeiros, Rocinha, Adelaide, Catanduvás e Formigas. Com a violência desses reencontros, o batalhão teve mortos e feridos.

Logo depois do combate de Catanduvás, o batalhão seguiu pela cidade de Foz do Iguaçu, com destino ao Porto de São Francisco, pelo Rio Paraná, permanecendo naquela região, estabelecido em defensiva, por espaço de mais de três meses, recebendo a 12 de agosto ordem de regresso à capital. No dia 4 de setembro o 2.º Batalhão aquartelava na capital.

1926

A coluna revolucionária continuava percorrendo o interior, rumando agora para o Norte do país, após combates em território paranaense.

Em princípios de 1926, a coluna atingia o Estado do Maranhão, resolvendo ainda o governo do Estado, por solicitação do governo federal, organizar nova expedição para operar no Nordeste brasileiro. Assim, são enviados dois batalhões da Força Pública, os 3.º e 5.º, os quais embarcaram no porto de Santos no dia 15 de janeiro de 1926, com destino à Capital do Estado do Ceará.

Comandavam as unidades, respectivamente, o tenente-coronel Arthur Godóy e coronel Arthur da Graça Martins.

Partiu a expedição paulista, com ordem de desembarque na Capital do Maranhão, onde ficaria sob o comando do general João Gomes Ribeiro, alta patente do nosso Exército que, naquelas regiões do país, dirigia a ação legalista contra as hostes revolucionárias, arrastadas àqueles rincões brasileiros

pelos chefes Miguel Costa, Luís Carlos Prestes, João Alberto, Cordeiro de Faria e tantos outros que deixaram seus nomes gravados nas páginas da história da Revolução Brasileira.

No Ceará, permaneceu pelo espaço de três meses, entrando no seu interior e depois voltou a Fortaleza, o destacamento Paulista.

Após alguns dias de permanência naquela capital, segue o Destacamento para São Salvador, para, como fizera no Ceará, internar-se em território baiano.

Na Bahia, as tropas da Fôrça Pública permaneceram por espaço de quatro meses. No dia 7 de agosto, de regresso à Paulicéia, embarcaram no pôrto de São Salvador, chegando a Santos a 15 do referido mês.

A expedição teve a lamentar a morte de leais e bravos camaradas, entre os quais, o Ten. Cel. Arthur de Godóy, Cap. Joaquim Pires de Souza e Tens. José Ferreira da Silva e Pedro Ferreira Lopes.

Encontravam-se ainda os dois batalhões no Estado da Bahia, e já era organizada nesta capital uma outra expedição, a mais importante de tôdas até então enviadas a agir contra os revolucionários.

Davam vulto a êsse novo cometimento militar não só o seu grande efetivo, como também a pessoa que o comandava, o próprio comandante geral da Fôrça Pública, o coronel Pedro Dias de Campos, e isso após entendimentos havidos entre os governos da União e do Estado, que confiaram ao coronel paulista a ação independente, em território goiano, das tropas de São Paulo.

Êsse compromisso foi posteriormente rompido, pelo ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, ficando o coronel comandante geral da Fôrça Pública, sob as ordens do general Guilherme Mariante, que se achava no Norte do país.

Formando uma brigada mista, composta de infantaria, cavalaria, aviação e sapadores, com o efetivo de 2.400 homens, iniciou a coluna o deslocamento da capital paulista a 21 de julho de 1926, com a partida do 2.º Regimento de Cavalaria, sob o comando do major Azarias Silva.

Após a partida do 2.º Regimento e do Serviço Geral de Intendência, êsse sob a direção do Major Elizário de Faria Paiva, embarcaram na estação da Luz com destino a Goiás, as unidades da infantaria, procedidas por uma companhia de sapadores.

No dia 25 do mesmo mês, embarcou com igual destino o 1.º batalhão de guerra, pertencente ao 1.º Regimento de infantaria montada, sob o comando do coronel Jovinião Brandão.

O 6.º batalhão de guerra, do mesmo Regimento seguiu a 31, sob o comando do major Arthur de Almeida.

O 3.º Regimento de infantaria montada, comandado pelo coronel Eduardo Lejeune e composto dos 4.º e 8.º batalhões, sob os comandos, respectivamente, dos Majores Antenor Pereira e Antônio Inojosa, iniciou o seu embarque com o Hospital de Sangue, êste sob a direção do Major médico Ulysses Fagundes.

Tôdas essas unidades, embarcadas na estação da Luz, viavam a cidade goiana de Vianópolis, ponto terminal da Estrada de Ferro Goiás.

No dia 3 de agosto, o coronel Pedro Dias de Campos partiu da capital paulista para o Planalto Central, acompanhado do seu Estado-Maior, chegando à cidade de Vianópolis no dia 5, onde estabeleceu provisoriamente o seu P.C., deslocando-se depois, no dia 14 do referido mês, para a cidade de Formosa, onde dirigiu a fase mais importante da campanha.

Iniciadas as operações, o comando geral da coluna legista reparte as unidades, escalonando-as numa linha de barragem, que se constituiu em posição de espera e isolando a parte Norte do Planalto pela ocupação das cidades de São Domingos e Posse, pelo 2.º Regimento de Cavalaria; Arraias, Conceição, Natividade e Palma, pelo 1.º Regimento de Infantaria montada; e Peixe e Pôrto Nacional pelo 3.º Regimento de Infantaria.

No dia 6 de setembro, as fôrças ocupantes do Norte do Planalto, entram em contacto com os revolucionários, na região de Arraias.

Todo o 2.º Regimento de Cavalaria se movimenta.

A segunda quizena de setembro se inicia com os golpes e estratagemas dos grupos revolucionários, na extensa zona compreendida entre Palma, Conceição, Arraias e Cavalcante.

A coluna revolucionária, perseguida por perto de três mil combatentes, desfilou da região do Duro, ao Norte do Estado, à fronteira de Mato Grosso, numa extensão de 480 léguas, aproximadamente, internando-se em território mato-grossense, pela Serra do Cafezal.

Nesse movimento o coronel Pedro Dias de Campos, deu como terminada a missão que o levava ao território goiano.

Querendo, porém, o governo de São Paulo, prosseguir na campanha encetada, o coronel Pedro Dias ainda ali organizou um destacamento composto de três batalhões, para operar em Mato Grosso. Uma daquelas Unidades internara-se naquele Estado, sob o comando do major Herculano de Carvalho, dirigindo-se para Campo Grande, enquanto que o 2.º Batalhão era enviado para Três Lagoas, por via férrea, sob o comando do major Antenor Pereira e o terceiro, com igual destino, comandado pelo Major Joaquim de Araújo e Souza.

Chegando a campanha de Goiás àquela fase, foi mantida ainda uma guarnição na região Sudoeste goiana, na previsão de um retorno dos revolucionários, e logo providenciada a evacuação para São Paulo de todos os elementos da Fôrça Pública, que ali se conservavam.

Iniciado o regresso, na cidade de Jataí, a 24 de outubro, e não sendo mais necessária a presença do coronel Pedro Dias de Campos em terras de Goiás, veio êle para a capital, juntamente com o seu Estado Maior, chegando no dia 8 de novembro.

1930

No dia 3 de outubro de 1930, quando chegou à capital a notícia do grande movimento revolucionário que irrompera simultaneamente nos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, a Fôrça Pública foi logo posta em rigorosa prontidão, por ordem das autoridades superiores e no mesmo dia destacava o 2.º Batalhão de Infantaria para guarnecer a fronteira com o Estado do Paraná, em Itararé.

O embarque daquela unidade foi feito na mais perfeita ordem, partindo o batalhão sob o comando do ten. coronel Herculano de Carvalho e Silva, nomeado posteriormente, para comandar tôdas as fôrças policiais destacadas na fronteira sul do Estado.

Em menos de 3 dias, a Fôrça Pública, que já então se achava subordinada diretamente ao Quartel General da II Região Militar, mobilizou tôda a sua tropa, chamando, ao mesmo tempo, às armas, os oficiais inferiores e praças reformadas.

O cobertura das fronteiras com os Estados de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso foi feita rapidamente.

Os primeiros embates entre tropas revolucionárias e elementos da Fôrça Pública registraram-se no setor de Cruzeiro.

Essa tropa, à qual se juntaram posteriormente fôrças do Exército, foi mais tarde violentamente contra-atacada por grandes efetivos dos revolucionários de Minas.

No setor de Itararé, a Fôrça Pública demonstrou mais uma vez a sua bravura e eficiência bélica, combatendo leoninamente em Sengés e Morungava.

Na zona da Ribeira, em Ourinhos, e no litoral Sul paulista, a brava Milícia bateu-se com o costumado heroísmo, perdendo vários homens.

Dos seus oficiais dois foram vitimados em consequência de ferimentos recebidos em combate: o bravo e ardoroso ten.-cel. Pedro Arbues Rodrigues Xavier, que comandava um pequeno contingente de legionários e soldados do Destacamento Policial de Santos, no setor de Iguape (o ten. cel. Pedro Arbues ao ser intimado a entregar-se respondeu «Um velho soldado da Fôrça Pública morre, mas não se entrega»), e o tenente Francisco Martins, que tombou herôicamente no combate de Morungava.

A 24 de outubro de 1930, a Junta Militar Pacificadora fêz irromper na Capital da República o movimento revolucionário que derrubou o governo Wahington Luiz.

REVOLUÇÃO DE 1932

Aos 25 de janeiro de 1932, São Paulo, comemora a efeméride do seu nascimento com enorme comício contra a Ditadura, realizado na Praça da Catedral.

Aumenta-se a tensão dos espíritos, na capital e no interior. Conspira-se abertamente. O Ditador não se mostra capaz de impedir o movimento contra a sua pessoa e o seu regime, que corrompem e amesquinham o Brasil, criando dentro das suas fronteiras um caudilhismo extemporâneo. Os próprios elementos getulistas não se entendem, acabando o General Miguel Costa por indispor-se com o General Góis Monteiro, um dos baluartes do Ditador e comandante da 2.ª Região Militar.

Pedro de Toledo desiste de reunir São Paulo em torno da Ditadura. Agora, já se preocupa mais com os altos destinos da sua própria terra.

A 22 de maio, o povo é tomado de furor indescritível contra Getúlio Vargas, que envia ao Estado — e está prestes a entrar na capital o Ministro da Justiça, Osvaldo Aranha. Alia-se à multidão exaltada grande parte da oficialidade do Exército e da Fôrça Pública. Durando até o dia seguinte, coroa-se de glória a explosão popular, logrando afastar a intervenção indébita de Osvaldo Aranha e conseguindo fazer organizar um novo Secretariado da sua confiança. Merecem

ficar gravados os nomes dos seus componentes: Waldemar Ferreira, Paulo de Moraes Barros (que substitui Armando de Sales Oliveira), F.E. Fonseca Teles, e J.A. Sampaio Vidal. No dia 23 de maio, morrem os 5 moços paulistas, criando-se a mística do M.M.D.C..

Aos 4 de junho, o Clube Comercial, que está tomando parte notável no preparo da Revolução, oferece um banquete de grande ressonância ao governador Pedro de Toledo, seguido de outro ao Coronel da Fôrça Pública, Marcondes Salgado, Comandante da Corporação.

O Partido Democrático encerra, na noite de 8 de julho, um dos seus congressos mais quentes. Os ânimos, exaltadíssimos, manifestam-se pela nova Revolução, embora Francisco Morato tencione evitá-la, providenciando uma reunião em Belo Horizonte, sob os auspícios do Presidente Olegário Maciel. Mas, simultaneamente, na casa da rua Rússia, 32, residência de Tito Pacheco, alguns chefes militares e civis (Isidoro, Coronel Salgado, Tenente Adacto, representando o General Bertoldo Klinger, chefe da Região de Mato Grosso, Sílvio de Campos e outros) resolvem antecipar o movimento e deflagrá-lo no outro dia. Toma o nome de Guerra Constitucionalista, adotando propósitos rigorosamente nacionalistas.

Pela tarde de 9 de julho, assume interinamente a chefia da ação militar o Coronel Euclides Figueiredo, que recebe ordens do General Isidoro Lopes. O levante oficial ocorre, na Chácara do Carvalho, para onde o Coronel Manuel Rabêlo, momentaneamente ausente, no Rio, mudara a sede da 2.ª Região Militar. Tudo se passa, de modo rápido, minutos antes da meia-noite. Algumas horas depois, corpos militares e organizações civis estão quase todos sob o «contrôle» da Revolução. Aquêles dois militares lançam, em seguida, o primeiro manifesto do movimento.

A M.M.D.C. invade e ocupa o vasto e velho casarão da Faculdade de Direito e fornece o primeiro contingente de paisanos armados, que começam a operar ao lado do Exército e da Fôrça Pública. Ao lado da M.M.D.C., prestam serviços de guerra, entre outras, a «Cruz Vermelha», «Cruzada Pró-Infância», «Conferência São Vicente de Paulo», «Assistência aos Mendigos», «Associação Comercial», «Federação das Indústrias», «Liga das Senhoras Católicas», «Clube Comercial» etc..

Pela tarde de 10 de julho, o povo e a tropa comparecem à frente do antigo Palácio da cidade — Pátio do Colégio — e, sob iniciativa do Secretário Waldemar Ferreira, aclamam delirantemente o Interventor Pedro de Toledo como Governador de São Paulo.

O Cel. Marcondes Salgado divulga o seguinte manifesto:

«PAULISTAS

«Na mais vibrante manifestação de civismo, na mais pujante prova de amor ao Brasil e a São Paulo, na mais heróica atitude de abnegação e de renúncia, na madrugada de hoje, o Exército, a Fôrça Pública e o povo de São Paulo lançaram aos quatro ventos da terra bandeirante o grito de revolta pela Pátria redimida.

«Na primeira arrancada, a vitória foi imponente.

«Tôdas as unidades da II Região Militar de todo o Estado, e Fôrça Pública cohesa ampararam o primeiro impulso da estupenda mocidade de Piratininga.

«Hoje, em São Paulo, amparada pelas armas e pela vontade indomável da população paulista, a idéa reivindicadora não poderá mais sofrer os vesgos imperativos de uma Ditadura de anarquia e de descrédito para o Brasil.

«A República que naufragava, está, nesta hora bendita, salva.

«Paulistas!

«Para diante! Continuai a cruzada redentora

«O vosso sangue não valerá tanto como a glória de tombardes por São Paulo e pelo Brasil.

«São Paulo, 10 de julho de 1932.

«Coronel Júlio Marcondes Salgado

«Comandante Geral da Fôrça Pública».

Organizam-se rapidamente batalhões de civis, que, enquadrados em regimentos do Exército e da Fôrça Pública, acompanham as tropas regulares, as quais investem, não só sobre o Vale do Paraíba, como também sobre o sul e diversas faces de Minas Gerais. No Vale do Paraíba, auxiliam o Coronel Euclides, comandante-em-chefe, os Coronéis Palmércio de Resende, Abílio de Resende e os Coronéis da Fôrça Pública, Virgílio Ribeiro dos Santos, Herculano de Carvalho, Teófilo Ramos, Otaviano da Silveira e Otávio Azeredo, que, com as tropas do 1.º e 2.º Batalhões (êste o «Dois de Ouro») da Milícia, defenderam o setor do Túnel, estabilizando a frente de Cunha.

A distribuição das tropas da Fôrça Pública em 12 de julho era a seguinte:-

a) — Vale do Paraíba:- 1.º B.C.P., 2.º B.C.P. e 5.º B.C.P.;

b) — Campinas:- 7.º B.C.P. (1 Cia.);

c) — Itararé:- 8.º B.C.P., 9.º B.C.P. e 1 esquadrão do Regimento de Cavalaria;

d) — Ribeirão Preto:- 7.º B.C.P.;

e) — Santos:- 1 Cia. do 6.º B.C.P.;

f) — No alto da Serra de Cubatão:- Elementos do 6.º B.C.P.;

g) — Baurú:- 4.º B.C.P.;

h) — O restante, na capital de São Paulo, aguardando ordens.

Em 23 de julho, ao experimentar-se a eficiência de um morteiro nôvo, nos subúrbios da capital, morrem, vítimas de arrebetamento antecipado do projétil, o Coronel Júlio Marcondes Salgado, Comandante da Fôrça Pública, e o inventor do morteiro, Capitão José Marcelino da Fonseca.

Com a morte do Cel. Salgado, o govêrno de São Paulo baixou o seguinte decreto:-

«O doutor Pedro de Toledo, governador do Estado de São Paulo, por aclamação do Povo Paulista, do Exército Nacional e da Fôrça Pública.

«Considerando que o Coronel Júlio Marcondes Salgado, comandante geral da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, no decorrer de sua vida militar, através de todos os postos e de tôdas as armas, sempre se revelou um militar exímio, sereno cumpridor de seus deveres, o que lhe valeu a estima de seus comandados e de todo o povo paulista;

«Considerando que, neste momento histórico da vida paulista, representou papel de singular relevância, pelo que bem mereceu as considerações e honras, com que foi distinguido, prêmio de um trabalho realizador e fecundo, no qual revelou a têmpera do velho caráter bandeirante;

«Considerando que encontrou a morte, no dia de hoje, quando cuidava de dar às fôrças do Exército Constitucionalista novos meios de eficiência e de garantia da vitória da nobre causa por São Paulo abraçada;

«— resolve, nos têrmos do decreto n.º 5.602, de 23 de julho de 1932, considerar promovido ao pôsto de GENERAL DA FÔRÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO O CORONEL JÚLIO MARCONDES SALGADO».

A 24 de julho, é nomeado comandante da Fôrça Pública o Coronel Herculano de Carvalho, Comandante do «Dois de ouro» no setor do Túnel.

Durante o decorrer da luta a Fôrça Pública batalhou em tôdas as partes com heroísmo e denôdo, perdendo inúmeros de seus filhos.

Ao terminar a luta a Corporação recolheu-se aos seus quartéis, tendo sido a entidade que deu, proporcionalmente, a maior contribuição de sangue à causa constitucionalista.

DE 1932 A NOSSOS DIAS

Ao terminar a Revolução Constitucionalista de 1932, os efetivos da Milícia que foram empenhados em tôdas as frentes, regando com seu sangue o solo paulista, retornaram aos seus quartéis, continuando com o seu serviço de manutenção da ordem e segurança.

Em 1935, foi designado, no govêrno do saudoso Dr Armando de Sales Oliveira, o coronel Milton de Freitas Almeida, para o Comando Geral da Corporação, que, com larga visão remodelou seus quadros e instrução profissional e intelectual.

Dêste período em diante, Unidades e Serviços foram criados, visando a que a Fôrça Pública melhor cumprisse sua missão de baluarte das instituições.

Em 1940, por decreto baixado pela presidência da República, a Milícia teve seu nome mudado par Fôrça Policial.

Com a queda da ditadura e o advento da Constituição paulista de 1947 pasou a denominar-se, outra vez, Fôrça Pública.

Durante o movimento de 31 de março de 1964, mais uma vez, cerrou fileiras, de acôrdo com seu passado e tradição, no sentido de lutar pela redemocratização do país.

Damos a seguir a constituição atual da Corporação, de acôrdo com a lei de fixação par o ano de 1966:

I — De Comando e Administração Quartel General

- a) — Comando Geral
Gabinete do Comando
- b) — Inspetorias: 1. Administrativa
2. Geral de Formação
3. De Bombeiros
4. De Saúde
5. De Assistência Social
- c) — Estado Maior
- d) — Ajudância Geral
- e) — Diretoria de Planejamento

II — De Tropa de Policiamento e Guarda

- 1) 19 (dezenove) Batalhões Policiais
- 2) 2 (dois) Grup. de Policiamento Independentes
- 3) 1 (um) Batalhão de Guardas
- 4) 1 (um) Regimento de Cavalaria
- 5) 1 (um) Corpo de Policiamento Florestal
- 6) 1 (um) Corpo de Policiamento Rodoviário
- 7) 1 (um) Grup. de Policiamento de Estrada de Ferro
- 8) 7 (sete) Companhias de Policiamento Independentes
- 9) 1 (uma) Companhia de Guarda Governamental

III — SERVIÇOS DE BOMBEIROS

- 1) 1 (um) Corpo de Bombeiros
- 2) 2 (dois) Grupamentos de Bombeiros
- 3) 1 (uma) Companhia Independente de Bombeiros

IV — SERVIÇOS AUXILIARES:

Um Serviço de Transporte e Manutenção (S.T.M.)
Um Serviço de Material Bélico (S.M.B.)
Um Serviço de Fundos (S.F.)
Um Serviço de Engenharia (S.E.)
Um Serviço de Intendência (S.I.)
Um Serviço de Comunicações (S. Com.)
Um Serviço Médico (S.M.)
Um Serviço de Odontológico (S. Odont.)
Um Serviço Farmacêutico (S. Farm.)
Um Serviço de Subsistência (S. Subs.)
Um Presídio Militar «Romão Gomes» (P.M.R.G.)
Um Corpo Musical (C.M.)

V — ÓRGÃOS DE ENSINO

Um Centro de Formação e Aperfeiçoamento (C.F.A.)
Uma Escola de Educação Física (E.E.F.).

GABINETE DO COMANDO GERAL

Uma das mais importantes parcelas de responsabilidade pelo conjunto da Cúpula da Corporação está entregue ao

GABINETE DO COMANDO GERAL.

É o mesmo formado pela Consultoria Jurídica, Setor de Relações Públicas e pela Ajudância de Ordens.

Incumbe-se a CHEFIA DO GABINETE DO COMANDO as audiências públicas do Comando Geral; da elaboração de boletins comemorativos e especiais; da organização do relatório anual das atividades da Milícia; da redação das correspondências protocolar e social; do arquivo dos documentos reservados e privativos do Comando; de supervisionar e organizar as solenidades realizadas na Fôrça Pública, além do estudo de assuntos que mereçam a atenção especial do Comando Geral.

A CONSULTORIA JURÍDICA emite pareceres sobre os mais variados e complexos assuntos, além de ser o órgão responsável por um sem número de anteprojetos de decretos necessários à vida administrativa da Fôrça.

O SETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS, por sua vez, é de sobêjo conhecido, sendo o responsável pela aproximação da Milícia com os diversos públicos a ela ligados, direta ou indiretamente.

Promovendo a inúmeras demonstrações públicas do pessoal da Corporação, procura o GABINETE DO COMANDO estreitar os laços de amizade existentes entre o público paulista e a Fôrça Pública. Para isso e buscando levar ao povo uma fiel imagem da variada gama de serviços prestados pela Milícia Bandeirante, são realizadas demonstrações do grau de disciplina e eficiência dos Cadetes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento; dos atletas da Escola de Educação Física; do arrôjo dos componentes do Pelotão de Motociclistas; da Escola de Volteio do Regimento «Nove de Julho»; da equipe de demonstração do Corpo de Bombeiros; do garbo e marcialidade do Corpo Musical; e do adiestramento e obediência dos cães pastores do Canil do Departamento de Polícia Militar.

AJUDÂNCIA GERAL

A Ajudância Geral foi criada pelo Decreto n.º 42.266, de 30 de julho de 1963, que regulamentou o Quartel General da Força Pública do Estado de São Paulo.

ORGANIZAÇÃO

- 1 — Assistente Secretaria
- 2 — Salário-Família e Contagem de Tempo
- 3 — Boletim Geral e Fichário
- 4 — Correio e Arquivo
- 5 — Alteração do Pessoal
- 6 — Justiça e Disciplina
- 7 — Secretaria das Comissões de Promoções.

COMPETÊNCIA

- 1 — Assessorar o Comandante Geral no planejamento e coordenação das atividades referentes a direitos e deveres do pessoal da Corporação.
- 2 — Orientar e controlar essas atividades propondo ordens e normas de execução.

ATRIBUIÇÕES

- 1 — O planejamento e coordenação das atividades relativas aos direitos, deveres e vantagens do pessoal da Corporação, controlando mediante ordens e normas, essas atividades, de modo a estabelecer exatidão e brevidade na tramitação dos documentos.
- 2 — Estudar e propor soluções relativas à Justiça e Disciplina.

Teve como primeiro Ajudante Geral o Tenente Coronel Renato Ourique de Carvalho.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

A Diretoria de Planejamento foi criada em 26-III-1965. Foi seu primeiro Diretor o Ten. Cel. EDMUR MOURA SALES.

São atribuições da Diretoria de Planejamento:

- a — estabelecer diretrizes gerais às diferentes atividades da Força Pública para os planos das Inspetorias, do

Estado Maior e da Ajudância Geral, segundo normas do Comando Geral;

- b — propor modificação no funcionamento, organização,
- c — atualizar e uniformizar a legislação da Força Pública; e,
- d — coordenar os dados e planos oriundos das Inspetorias, Estado Maior e Ajudância Geral para aprovação e atribuições ou dotação de quaisquer órgãos da Força Pública; subsequente execução, de modo a imprimir uniformidade às decisões do Comando Geral.

INSPETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO

Com a denominação de Diretoria Geral de Instrução, foi criada pela Lei n.º 2892, de 13-1-1937. Foi regulamentada em 13 de janeiro de 1938.

Sofreu modificações em sua estrutura, em 28-5-1963, com novo Regulamento, passando a denominar-se Inspetoria de Treinamento e Instrução.

Posteriormente, em 30-7-1963, recebeu e denominação atual de Inspetoria Geral de Formação.

— Organização Primitiva:

Direção Geral, exercida pelo Diretor Geral de Instrução, assistido por um Capitão Adjunto.

Órgãos Auxiliares:

- a — Secretaria;
- b — Biblioteca;
- c — Secção de Desenho e Cartografia;
- d — Protocolo e Arquivo.

Direção de Instrução de Infantaria.

Direção de Instrução de Cavalaria.

Direção de Ensino do C.I.M.

Direção de Ensino da E.E.F.

Linhas de Tiro.

— Organização Atual:

- 1 — Inspetoria, exercida por um Coronel;
- 2 — Assistente e Secretaria;
- 3 — D.O.F.F.I.
- 4 — D.A., compreendendo:

Secção de Alistamento — Secção de Seleção e Orientação — Secção de Identificação.

5 — Departamento de Desportos, compreendendo:
Secção de Desportos Terrestres e Aquáticos — Secção de Tiro e Secção de Desportos Equestres.

— Finalidade:

Assessorar o Comandante Geral no planeamento e coordenação das atividades de seleção, formação, aperfeiçoamento e desportos, na Corporação.

O primeiro Diretor Geral de Instrução foi o Ten. Cel. Armando Villanova Pereira de Vasconcelos.

INSPETORIA ADMINISTRATIVA

A Inspetoria Administrativa foi criada por Decreto n.º 7213, de 18 de junho de 1935, tendo sido designado como o primeiro Inspetor Administrativo o Cel. Arlindo de Oliveira, que, na mesma data, havia sido exonerado das funções de Comandante Geral da Corporação.

Segundo o mesmo diploma legal, as finalidades da Inspetoria são:

- exercer ação fiscalizadora sobre a vida administrativa dos corpos e serviços;
- assegurar a uniformidade e regularidade do funcionamento de tais órgãos no que tange à sua administração.

INSPETORIA DE BOMBEIROS

Originariamente «Diretoria de Incêndios e Salvamentos», criada pelo Decreto n.º 29.996, de 28 de outubro de 1957, com a finalidade de promover a coordenação, supervisão e incentivo das atividades de prevenção e extinção de incêndios. Foi o primeiro diretor de Incêndios e Salvamentos da Força Pública o Ten. Cel. Plínio Rolim de Moura.

Pelo Decreto n.º 32.781, de 17 de junho de 1958, passou a ter a denominação de Diretoria de Bombeiros. Em 1963, com a aprovação do Regulamento de Bombeiros, adquiriu a denominação de Inspetoria de Bombeiros, com a seguinte estrutura:-

- 1 — Assistente e Secretaria;
- 2 — Departamento de Estudos e Planejamentos;
- 3 — Departamento Técnico; e,
- 4 — Departamento de Informações e Estatísticas.

Foi o seu 1.º Inspetor o Ten. Cel. Élio Afonso da Cunha.

Sua finalidade é:—

1 — Assessorar o Comandante Geral no planeamento e coordenação das atividades de Bombeiros, no Estado de São Paulo;

2 — Elaborar convênios de Bombeiros e fiscalizar seu cumprimento, nos termos da legislação vigente;

3 — Baixar ordens e normas técnicas relativas às atividades de Bombeiros, controlando e fiscalizando sua execução, em harmonia com as leis municipais.

INSPETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPELANIA MILITAR

É a primeira Capelania Militar, desde o advento da República, no Brasil.

A 5 de junho de 1942, o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, por meio de um Decreto curial, criou a Capelania de Nossa Senhora da Conceição dos Militares.

Em 1944 foi criado o cargo de Capelão Militar.

O primeiro Capelão Militar foi o Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, com o posto de 1.º Tenente.

Em 1963 criou-se o Serviço de Assistência Social (S.A.S.), cuja finalidade é promover as atividades de Assistência Social da Corporação, tais como: proporcionar, assistência espiritual, moral e material aos elementos da Força Pública e seus familiares, em estreita colaboração com as demais entidades assistenciais do Estado e da Força Pública.

A Inspetoria de Assistência Social, foi criada pelo Decreto n.º 45.394-A, de 14-X-1965, e tem por finalidade:

1 — Planejar, organizar e supervisionar todo o serviço de Assistência Social da Corporação;

2 — fiscalizar as atividades dos Centros Sociais das Unidades do Interior;

3 — proporcionar, com prioridade, assistência espiritual, moral e material aos elementos da ativa e seus familiares (parentesco direto), sempre em caráter supletivo aos trabalhos das demais Entidades Assistenciais existentes na Força Pública.

Na sede da I.A.S. funciona o «Centro Social da Guarnição», com os seguintes Departamentos:

Departamento da Capelania Militar
Departamento Jurídico

Departamento de Assistência aos Acidentados
Departamento de Saúde
Departamento de Transportes e Suprimentos
Departamento Educacional
Departamento do Cerimonial
Departamento de Finanças

Cada Comando de Unidade Administrativa do Interior mantém um «Centro Social Regional», abrangendo Assistência: Médica, Hospitalar, Farmacêutica, Odontológica, Jurídica, Funerária, Esportiva e Recreativa.

O Coronel Capelão Militar, Monsenho Paulo Aurisol Cavaleiro Freire é o Inspetor de Assistência Social.

INSPETORIA DE SAÚDE

A Inspetoria de Saúde foi criada pelo Decreto n.º 42.683, de 19 de novembro de 1963 e instalada em janeiro de 1964, sendo o Ten. Cel. Méd. Jefferson Santos Martins da Costa o primeiro Inspetor de Saúde da Corporação.

Tem como funções a fiscalização e o controle de todas as atividades relativas ao setor de saúde da Corporação, realizando inspeções nas várias dependências do Hospital Militar, dos Serviço Médico, Farmacêutico, Odontológico e Formações Sanitárias das demais Unidades.

A Inspetoria também estão afetas as atividades de controle e direção do Departamento de Juntas, de controle do Departamento Médico de Alistamento e Seleção, e de direção do ensino da Escola de Sargentos de Saúde.

CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Com introdução na então Força Pública (1891) de métodos modernos de instrução militar e com eles o princípio de que, em todos os postos de hierarquia militar, o chefe é o instrutor da unidade que lhe fica subordinada, foi julgado imprescindível exigir, para a promoção ao posto de alferes, a soma de requisitos indispensáveis para comandar convenientemente uma seção.

Esse sistema de formar oficiais do primeiro posto, embora justificável no momento, não podia, evidentemente, eternizar-se, máxime quando se passou a exigir de um recruta uma escola regular de três meses de instrução para ser considerado soldado e mais quatro meses de escola a um aluno-cabo, para ser elevado a esta graduação.

A praxe de submeter os inferiores a um exame era já agigantado passo, verificou-se, porém, pelos resultados obtidos que, como antes, só vinha beneficiar os que passaram pelas escolas de recrutas e alunos-cabos (isto é, os mais modernos). Era, pois, indispensável a adoção de uma medida que facilitasse o acesso de posto a todos os inferiores que se esforçassem por fazer carreira e a solução outra não podia ser senão a criação de uma escola para alunos-oficiais, o que em breve se realizou.

Pela Lei n.º 1244, de 27 de dezembro de 1910, que dispôs sobre a organização da Força Pública e que abaixo se transcreve, foram criados os seguintes cursos:—

Art. 1.º — Sob a denominação de Companhia Escola fica criada na Força Pública uma companhia que terá a seu cargo a instrução militar dos recrutas e dos candidatos a cabos, na arma de infantaria.

.....

«Art. 4.º — Fica criado um Curso de Instrução Geral, para os oficiais e inferiores da Força Pública, a cargo de um professor contratado pelo governo.

«Art. 5.º — Fica também criado um Curso Especial de Instrução Militar, obrigatório, para os inferiores que frequentaram o Curso de Instrução Geral.

«§ único — O ensino será ministrado pela oficialidade da Companhia Escola, de conformidade como programa adotado pelo governo.

.....

«Art. 7.º — Fica criada na Força Pública uma Seção de Esgrima, com o seguinte pessoal, um 1.º mestre de armas, dois mestres de armas, dois mestres adjuntos e quatro cabos monitores.»

Havia, entretanto, necessidade de mais amplitude das instruções sobre o assunto e, assim, foi baixado o Decreto n.º 2350, de 14 de fevereiro de 1913 que regulamentou a Lei n.º 1244, de 27-12-1910, dando mais desenvolvimento, e que abaixo se transcreve: —

«Art. 1.º — Fica criado na Força Pública do Estado, um curso literário e científico, o qual compreende:—

a) — Curso preliminar, para inferiores;

b) — Curso geral, para os inferiores;

c) — Curso complementar para os oficiais (obrigatório para os alferes e tenentes, facultativo para os demais postos).»

A evolução da Fôrça exigia novos empreendimentos, conforme a prática demonstrava, para àquêles que se destinavam a modificar normas já enraizadas, de longa tradição.

Não era de estranhar que a Escola Militar da Fôrça progredisse lentamente, visto que as Escolas de Recrutas e de Alunos-Cabos necessitaram de alguns anos de experiência, aplicação e de programa para que chegassem a possuir a autonomia e a organização que constituíam o justo motivo de orgulho da Fôrça Pública e uma glória do Estado e do Brasil.

Em janeiro de 1911, foi nomeado o primeiro comandante da Companhia Escola da Fôrça Pública, o Cap. Francisco Júlio César Alfieri.

Transformada a Companhia Escola em Corpo Escola, em 1912, tinha a nova Unidade encarregada do ensino os seguintes cursos:—

Escola de Recrutas — A Escola de Recrutas era encarregada de ministrar aos recrutas o ensino preliminar militar, isto é, tudo quanto o soldado devia saber para manobrar e combater, a fim de poder ser incorporado nas fileiras dos próprios corpos, retirando dêstes os cuidados do ensino individual elementar.

Escola de alunos-Cabos — Essa escola tinha por fim formar os cabos para os corpos a pé, ministrando-lhes conhecimentos de escrituração, uma forte educação moral e instrução militar suficiente.

Curso Especial de Instrução Militar — Esse curso era obrigatório para todos os oficiais inferiores da Fôrça, matriculados no Curso Geral literário e para os que, já diplomados naquele curso, dependiam de exame militar para a promoção a oficial.

Secção de Esgrima e Ginástica — Educação Física — Secção integrante da 2.a Companhia Escola e, como esta, sujeita disciplinarmente e administrativamente ao comando do Corpo.

Esgrima — Essa secção tinha por fim formar instrutores para ministrar o ensino da esgrima das três armas aos oficiais, inferiores e mesmo a outras praças, de todos os Corpos.

A sede do Corpo e a segunda companhia de alunos cabos achavam-se instaladas em diversas dependências do quartel da Luz; a primeira companhia, no quartel de Santo Agostinho (hoje B.G.).

Em 17 de dezembro de 1913, criou-se para o exercício de 1914, o Curso Especial Militar, nova entidade de ensino, destinada a ministrar à Fôrça Pública a instrução que esta recebia da Missão Instrutora.

Na lei observou-se o seguinte: —

«Art. 1.º — O Curso Especial Militar, tem por fim ministrar o ensino das matérias militares, científicas e literárias às praças da Fôrça Pública que se destinam à classe de oficial.»

As 08,00 horas do dia 15 de julho de 1914, foi o Curso Especial Militar inaugurado oficialmente, pelo Exmo. Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado, em exercício; acompanhado neste ato pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário da Justiça e da Segurança Pública, a Missão Francesa e o Comando Geral da Fôrça.

Por lei de 26 de dezembro de 1923, que reorganizou a Fôrça Pública do Estado, foi criado o Curso de Aperfeiçoamento para primeiros-tenentes e capitães habilitados à promoção.

Em 29 de janeiro de 1924, foi baixado para o Curso de Aperfeiçoamento, o seu regulamento.

Dividia-se em curso médio e curso superior, compreendendo este último o ensino do serviço do estado-maior.

A 31 de dezembro de 1924, reorganizou-se a Fôrça Pública do Estado para o ano de 1925, foi esta Unidade, então Corpo Escola, reorganizada com o nome de Batalhão Escola, com a seguinte constituição.

Estado maior — Estado menor — 1.a Companhia — 2.a Companhia — Secção de ginástica — Secção de esgrima — 3.a Companhia — 4.a Companhia — Pelotão de Inspeção — Secção de Capturas — Banda de Música.

Em 20 de março de 1931, foi criado na Fôrça Pública do Estado, o Centro de Instrução Militar, ficando extinto o Batalhão Escola e o Curso de Instrução Militar. As Escolas de sargentos e de cabos do B.E. transformaram-se na Escola de Sargentos, com seu Curso de Candidatos a Cabos (CCC). O Curso Especial Militar e o Curso de Instrução Geral passam a constituir a Escola de Oficiais propriamente dita e seu curso anexo, respectivamente.

O Curso de Aperfeiçoamento passa a denominar-se escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (E.A.O.).

Em 8 de julho de 1932, foi extinto o C.I.M., da Fôrça Pública, passando a funcionar, autônomas, as seguintes escolas:—

Escola de Recrutas, Escola de Cabos, Escola de Sargentos, sob a denominação de Corpo Escola, Escola de Educação Física, Escola de Oficiais e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Com o advento da Revolução Constitucionalista, devido às exigências daquele momento histórico, que não permitia o funcionamento regular das escolas de graduados e oficiais, só funcionou a Escola de Recrutas.

Todos os componentes das demais escolas prestaram seu concurso à escola de recrutas, formando novos soldados.

Cessado o movimento, começaram os trabalhos para descentralização das escolas, terminando somente em fins de outubro.

Do início até 25 de fevereiro de 1933, esta unidade funcionou com a denominação de Escola de Oficiais.

Em 25 de fevereiro de 1933, passou a denominar-se Centro de Instrução Militar.

A 28 de fevereiro de 1934, o C.I.M. teve nova regulamentação.

A duração dos diversos cursos do C.I.M. era então a seguinte:-

C.O.C. — 3 anos; C.O.A. — 2 anos; C.S. — 9 meses; C.C. — 9 meses.

Em 28 de maio de 1936, foi baixado novo Regulamento para o C.I.M., sendo a duração dos cursos a seguinte:

Oficiais combatentes (C.O.C.) — 3 anos; Oficiais de administração (C.O.A.) — 9 meses; Candidatos a Sargentos (C.C.S.) — 9 meses e Candidatos a cabo (C.C.C.) — 9 meses, sendo 2/3 para os candidatos a 2.º cabo e mais 1/3 para os candidatos a 1.º cabo; Recrutas (D.R.) — seis meses, podendo ser reduzido a um mês para os reservistas do E.N. e da própria Fôrça.

A 18 de abril de 1939, foi criado o Batalhão Escola Misto, no Centro de Instrução Militar da Fôrça Pública, com três companhias de fuzileiros e um esquadrão escola de cavalaria, de efetivos variáveis, em substituição ao Depósito de Recrutas.

Foi incorporado ao C.I.M., o Departamento de Equitação, continuando, porém, a reger-se pelo respectivo regulamento.

Em 20 de fevereiro de 1940, foi incorporado ao Centro de Instrução Militar, a Escola de Educação Física.

Em 24 de maio de 1940, após a brilhante solenidade da entrega de espadins à nova turma de alunos-oficiais, o Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal do Estado, acompanhado do Exmo. Sr. Cel. Mário Xavier, Comandante Geral da Fôrça Pública e altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, dirigiu-se para o Barro Branco, onde lançou a pedra fundamental do novo quartel, sendo chefe do Serviço de Engenharia da Fôrça Policial do Estado o dedicado e operoso Ten. Cel. Engenheiro Euclides Marques Machado.

Movimento Revolucionário de 1924 — Comandava internamente o Corpo Escola o Cap. Luiz de Faria e Souza, visto o Major Fiscal Januario Rocco se encontrar como professor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Vários oficiais do Corpo Escola, na manhã de 5 de julho, chegaram ao quartel da Luz, que já se encontrava em poder dos revolucionários, tendo alguns aderido, embora momentaneamente, para melhor orientação sobre o que realmente se passava; outros foram detidos.

No dia 6, o Capitão Antônio Gonçalves Barbosa e Silva, do Corpo Escola conseguiu conduzir 46 praças devidamente formadas e mais o Cap. Luiz de Faria e Sousa, para o edifício do Palácio dos Campos Elíseos, onde se encontrava o governo do Estado, e ali incorporou-se aos elementos de defesa.

Os componentes do Corpo Escola estavam assim dispersados, somente se reconstituindo o Corpo Escola após cessado o movimento.

Quartel do Barro Branco

Com a presença do Dr. Fernando de Souza Costa, General Luiz Gaudie Ley, Comandante Geral da Corporação, Dr. Alfredo Issa Assaly, Secretário de Estado e Negócios da Segurança Pública, foi inaugurado em 5-7-1944 o novo quartel do C.I.M., no Barro Branco.

Em 11-4-1950, foi dada nova denominação ao Centro de Instrução Militar, para Centro de Formação e Aperfeiçoamento, entrando em vigor nessa data o seu novo regulamento.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento (C.F.A.) é instituto destinado a formar e aperfeiçoar oficiais, sargentos, cabos e soldados para o desempenho de suas funções na Fôrça Pública, consoante as missões que lhes são conferidas pela legislação vigente.

Escola de oficiais compreende:-

Curso preparatório (C.P.) — destinado a ampliar a cultura geral dos alunos, habilitando-os ao ingresso no Curso de Formação de Oficiais, em 2 anos;

Curso de Formação de Oficiais (C.F.O.) — destinado a formar oficiais para o desempenho das funções de Tenentes e Capitães, em 3 anos;

As escolas de sargentos, de cabos e soldados têm por objetivo formar sargentos, cabos e soldados respectivamente, para o desempenho das missões que lhes são afetas.

O tempo destinado a formação de sargentos e cabos é respectivamente de 10 e 4 1/2 meses. As escolas de sargentos e cabos, atualmente funcionam no 5.º e 8.º B.P..

Em 26-3-1965, o governador do Estado de São Paulo decretou o seguinte:-

«Art. 1.º — Passa a denominar-se «cadete» o atual aluno-oficial matriculado no Curso de Formação de Oficiais, da Força Pública do Estado de São Paulo.»

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

De origem humilde, nascida de um ideal sadio e esportivo do então 1.º Ten. Pedro Dias de Campos, viu a luz pela primeira vez a 14 de julho de 1902, numa modesta sala do Quartel da Luz, recebendo o nome batismal de Escola de Espada, Sabre e Florete.

Abrigou, a partir de então, no aconchêgo dos seus ensinamentos e das suas reuniões, além dos jovens oficiais e sargentos de nossa Corporação, a mais fina flor da mocidade universitária paulistana.

Com a vinda, em 1906, da Missão Militar Francesa houve um hiato no funcionamento da Escola de Espada Sabre e Florete do Quartel da Luz, pois os oficiais gauleses, tendo necessidade de preparar elementos para adaptação da tropa aos novos exercícios físicos, arregimentaram entre os oficiais e sargentos frequentadores da Sala D'armas de Delfin Balancier, insigne mestre e atirador exímio.

Com características de uma escola, a primeira organizada na Força Pública, foi o Curso de Esgrima e Ginástica criado a 9 de março de 1910, tendo inicialmente, como comandante e diretor, o Cap. Delfin Balancier da Missão Militar Fran-

cesa; como instrutores de Esgrima, três Sargentos da F.P., recrutados entre os diplomados nos cursos anteriores e como instrutores de Ginástica, dois Sargentos e um Cabo, recrutados nos Corpos, entre os que revelassem aptidões especiais.

Contando apenas com aquele reduzido pugilo de idealistas, sofreu a Escola pequenas modificações na sua estrutura de efetivo, até 25 de março de 1912, quando chegou da França o Cap. Louis Lemaitre, diplomado pela Escola de Joinville Le Pont, que assumiu a direção do Curso de Ginástica, ficando o Cap. Delfin Balancier, dirigindo a Secção de Esgrima.

Com a criação do Corpo-Escola pela Lei n.º 1.343, de 17 de dezembro de 1912, o Curso de Esgrima e Ginástica passou a fazer parte dessa nova Unidade, deixando de pertencer ao Estado Menor da F.P. e à condição de adido ao 1.º Batalhão.

A regulamentação trouxe novos horizontes ao antigo curso de esgrima e ginástica. O próprio decreto que regulamentou o Corpo Escola estabeleceu a ginástica e a esgrima como disciplinas obrigatórias do programa dos cursos e escolas da F.P.: Curso de Instrução Geral, Curso Literário e Científico, Escola de Cabos e Escola de Recrutas.

A Lei n.º 1395-A, de 17 de dezembro de 1913, que fixava o efetivo da Força Pública para 1914, criou junto à Escola de Educação Física uma secção de «jiu-jitsu», com a finalidade de instruir em ataque e defesa os elementos da Guarda Cívica, encarregados do policiamento da capital.

Teve a secção de «jiu-jitsu», como seu organizador e primeiro comandante o Cap. Delbor, da Missão Militar Francesa, e era parte integrante da Escola de Educação Física.

Rebentara a grande conflagração mundial 1914/1919. A França chamava seus filhos ao campo de luta e a Missão Francesa, no dia 5 de agosto de 1914, deixava o Brasil. Com ela seguiram o Cap. Louis Lemaitre, comandante da Escola e Diretor da Secção de Ginástica e os Caps. Delfin Balancier e Delbor, chefes, respectivamente, das Secções de Esgrima e Jiu-Jitsu. Foram escolhidos, então, para o Comando da Escola, o Major Manoel Esteves Gamoeda; para Chefe da Secção de Ginástica o Alferes Antenor Gonçalves Muza, para chefe da Secção de Esgrima, o Alferes Faustino da Silva Lima, cabendo ao Chefe da Secção de Ginástica a direção cumulativa da Secção de Jiu-Jitsu. A situação da Escola permaneceu a mesma, disciplinar e administrativamente subordinada ao Corpo Escola, e tecnicamente, ao seu Diretor e novo Comandante Major Manoel Estêves Gamoeda.

Por mais de uma década estêve a Escola de Educação Física sob o comando e direção dêsse insigne oficial e brilhante esgrimista, que no setor das belas armas deu à Escola e à F.P. inúmeras glórias, quer pelas suas vitórias pessoais em embates memoráveis, quer pela sábia orientação que imprimiu aos instrutores e alunos da E.E.F.

Trepidantes e multiplas atividades tem desenvolvido a Escola nos seus anos de existência. Preparando e instruindo fisicamente a Milícia, formou uma legião de especializados para prolongar a sua obra nos corpos de tropa. Tem franqueado os seus cursos aos camaradas das Polícias Militares de outros Estados da Federação, da Guarda Civil e das organizações esportivas de São Paulo e tem promovido competições memoráveis que marcaram época na vida desportiva de nossa terra. Dela têm saído campeões em tôdas as modalidades que elevaram o nome da Milícia, no Brasil e no estrangeiro; por intermédio de seu atleta Joaquim Gonçalves da Silva, foi a única entidade desportiva a conquistar a inigualável façanha do tricampeonato da corrida de S. Silvestre. Participou de congressos especializados em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre; seus professores levaram as luzes do seu saber e a glória de seu renome aos congressos internacionais do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Estocolmo. Tem participado ativamente da organização das entidades esportivas especializadas de São Paulo. Fêz da planície do Canindé, circundada pelas correntes do Tamanduateí e do Tietê, uma espécie de Campo de Marte Bandeirante, onde a mocidade militar sempre recebeu ao lado do preparo físico, inspiração e alento para servir mais e melhor à terra de Piratininga.

MISSÃO FRANCESA DE INSTRUÇÃO MILITAR

O Estado de São Paulo impulsionado para o progresso de suas instituições sempre tratou com especial carinho a sua Força Pública.

Não vai nisso um propósito de constituir-se no seio da Federação, uma unidade fortalecida e respeitada pelo seu poder militar.

O traço característico da atividade do paulista avulta-o perante a grandiosidade de suas obras, e quando essas se revestem do sentimento cívico e patriótico, vemos São Paulo perfeitamente identificado com a unidade e grandeza da pátria comum.

Abrangendo, com o seu espírito penetrante, o ciclo histórico da nacionalidade, já afirmava o Visconde de São Leopoldo que a História de Piratininga, desde os seus primórdios, com a penetração, e desbravamento e a conquista do sertão, até nossos dias, representava tôdas as jornadas da vida nacional brasileira, vencidas com admirável serenidade e extraordinária bravura pelo espírito intemorato do paulista.

A obra grandiosa de tôda essa dinâmica civilização, que hoje faz o orgulho dos descendentes daqueles pioneiros do ouro e da esmeralda, sempre foi acompanhada pela Força Pública.

Missão social, humana e patriótica como essa atribuída à corporação armada do Estado, certamente que bem merecia dos governos estaduais atenções especiais. Em 1906, nosso Estado, já em marcha franca de progresso, constituia-se em potência agrícola e industrial e recebia o influxo imigratório, estando sob a presidência do Dr. Jorge Tibiriçá. Esse ilustre paulista, lançando suas vistas para todos os ramos da atividade governamental, ao mesmo tempo que tratava no convênio de Taubaté, dos vultosos interesses econômicos do Estado, procurava equiparar a Força Pública paulista ao surto de trabalho que já engrandecia as instituições da terra do café.

Fazendo frente à campanha da imprensa, que se manifestava contrária às missões instrutoras estrangeiras, o Dr. Jorge Tibiriçá, encarando tão somente a eficiência da Força Pública, entrou no princípio daquele ano em negociações com o governo francês, pleiteando a vinda de oficiais do exército daquela nação amiga para instruir os nossos batalhões.

A crítica dos jornais paulistanos e cariocas da época, ao ato do governo paulista, foi das mais violentas.

Técnicos militares de reputação firmada nos grandes centros do país insurgiam-se, com veemência, contra a intromissão de estrangeiros na instrução da tropa paulista, ora alegando falta de patriotismo na resolução governamental, ora a sua inconstitucionalidade.

A imprensa paulistana chegou a manifestar-se, sobre o ato do governo, nestes termos:-

«A primeira impressão que se tem ao ver tão empenhado luxo de arregimentação, é a de São Paulo que se arma para alguma guerra. Não sabemos como os legisladores da Constituição Federal compreenderam a Polícia, quando a deram aos Estados, guardando para a União o Exército e a defesa na-

cional. Ninguém ousará, porém, dizer que para os misteres usuais de guardar ruas e meter relapsos no xadrez, os nossos policiais carecem de instrução de oficiais vindos da escola de Saint-Cyr ou de Saumur».

E a verve, também da imprensa, a serviço da mesma empreitada, retumbava metrificada pelas colunas diárias para regalo do leitor sempre ávido de curiosidades:-

«Que regalo! Que delícia!
Vai ser coisa de escachar
Ver entrar nossa polícia
nessa instrução de além-mar!
Mas, que arrelia! Que alarme!
Nas fileiras, que rebate!
— Armes sur l'épaule... droite!
— Reposez... reposez... z'armes!
— Faites assez d'attention:
Bayonnettes... Bayonnettes... z'an!
— Position... tireur debout!
— Position... tireur genoux!
— Tireur... couché!
— Très bien! Chargez!
— En joue messieurs!
— Tonnerres! Feu!
Ai que coisa de encantar
ver depois disto a polícia
dessas vozes sem pescar
patavina! Que arrelia!
E a brava oficialidade,
mais tarde repetindo essa instrução,
gritará para o batalhão:-
Avant quatre de massade!»

Lido o primeiro jornal, o leitor logo encontrará no segundo:-

«La bien venue»

«Os oficiais franceses tiveram feliz viagem,
que vai dar à reportagem
um prato para muitos meses.
Agora o vocabulário

no quartel, é desta vez,
à custa do dicionário,
feito somente em francês.

Falar francês é chic
num quartel como o daqui,
pois soldado com tic
deve dizer:- bien merci.

Ê lingua muito delicada
e muito melhor que a inglesa
e para as damas não há nada
como essa língua francesa.

Ontem no quartel:-

— Sargento Guilherme!

— Pronto, capitão.

— Por que castigou o soldado 38?

— Porque o apanhei falando de V.S. diante da companhia.

— Falando de mim! Fêz muito bem. E que dizia êsse patife?

— Dizia que o capitão fala o francês como uma «vaca espanhola.»

Um oficial francês instruindo um soldado de polícia:-

— A la gauche!

O soldado estupefato:

— Que gancho seu tenente?

— E bien, á la droite!

— Aladroadado, não senhor, seu tenente, si V.S. pega nos insurtá eu arrequeiro bacha. Veja lá como fala, «monsiú»...

Os fatos posteriores vieram entretanto emudecer toda aquela crítica e provar o acerto da medida, e é a própria imprensa que se retrata, assim se manifestando:-

«Acabamos de voltar da adiantada capital paulista, onde nos levou o desejo ardente de examinar, com os próprios olhos, o tão apregoado progresso da Fôrça Policial, há dois anos aos cuidados de uma missão francesa de instrução.

«Sôbre essa fôrça, militares e civis faziam, convencidos, as mais lisonjeiras referências, afirmando uns e outros que mais

parecia ela parte componente de exército estrangeiro muito adiantado que milícia de um dos nossos principais Estados.

«Julgavamos otimistas as afirmações, ultimamente repetidas de um modo sistemático, por toda a imprensa quase. E atribuímos o fato ao desejo de ser pôr, quanto antes, em prática a idéia aventada por um dos nossos colaboradores, a de se entregar a instrução prática do exército a instrutores estrangeiros.

«Iamos, pois, a São Paulo, certos de observar, não uma pequena brigada de exército francês ou alemão, onde o preparo para a guerra constitui uma verdadeira arte nacional, e sim um agrupamento de cavalarianos e infantes mais ou menos destros, em tudo iguais àqueles que costumamos observar aqui, nas formaturas e paradas, nos dias de festas e de satisfação nacional. E sob essa agradável impressão, desembarcamos na gare chamada «Norte» pelo pessoal técnico da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em segredo, visitamos depois o aquartelamento da força; em segredo ainda, observamos minuciosamente a educação individual. Por fim, vimos a força garrida em parada e logo após germânicamente bélica, em marcha pelas ruas da cidade.

«E, a falar com franqueza, a alma, feita pedaços, nos caiu amargamente aos pés.

«E, realmente, admirável o progresso técnico da força policial paulista. Se a guerra é uma arte como adiantam clássicos escritores, aqueles homens não podem deixar de ser artistas dos mais competentes e dos mais hábeis.

«Só então podemos compreender todo o alcance e todo o valimento da campanha iniciada nas colunas da «Imprensa», por um dos seus mais assíduos colaboradores, para que nos dessem ao exército instrutores estrangeiros.

«Não se pode fazer uma idéia exata daquela pequena brigada, sem o auxílio imediato da própria vista.

«Quem assiste a um exercício de esgrima de baioneta, apreciando, como deve, a uniformidade, a presteza e a correção dos movimentos e paradas, a harmonia do conjunto, que chega até a parecer mecânico, fica logo convencido, como ficamos incontinenti, da superioridade técnica dessa força, certamente destinada a auxiliar vantajosamente o exército, nos momentos difíceis da vida nacional.

«A mesma coisa, o mesmo cuidado e a mesma competência profissional no estudo e no emprego do cavalo, na com-

binação sistemática, enfim, das duas armas nos exercícios de conjunto, que também tivemos o prazer de observar cuidadosamente.

«Há uma uniformidade, uma presteza, uma segurança de movimentos em todos os atos da força policial paulista, que não podem deixar de admirar, de entusiasmar mesmo.

«Ficamos, realmente, entusiasmados.

«A disciplina de marcha põe logo em alto destaque a força, criteriosamente preparada pelo ilustre comandante Balagny.

«A disciplina de marcha é para os profissionais a maior mentira do dia.

«Para esse simples acidente, altamente expressivo, põe logo em alto destaque a força policial paulista.

«O preparo individual do soldado, feito diariamente e escrupulosamente pelos oficiais franceses da missão instrutora, é uma realidade, obedecendo a todas as regras tedescas da arte. E esse preparo «intramuros», técnico quanto possível, dá como resultado um preparo coletivo que anima, que agrada e que encanta.

«Não havia um ceitil sequer de exagêro nas apreciações anteriores feitas nestas colunas.

«A polícia de São Paulo parece mais um pequeno exército estrangeiro, muito adiantado, que a força policial de um Estado progressista. De tanto é capaz um grupo de abalizados instrutores estrangeiros, como deseja para a sua classe o colaborador militar deste jornal.

«E por que não se atender, quanto antes, às suas justas ponderações técnicas?

«O pior de todos os cegos é o que não quer ver; o pior de todos os surdos é o que não quer ouvir.

«O brasileiro é, de fato, muito inteligente, mas há muita coisa que se não pode saber só com o manusear dos livros.

«Não se aprende na gramática a feitura de um poema: não se maneja o maçarico só com a leitura de Pizani; não se atira, enfim, espada só com a leitura do compêndio precioso do Tenente Pargas.

«Uma vez por todas: o exército pode ser tanto mais útil quanto mais suficientemente preparado. E esse preparo nos

será difficilimo com os nossos recursos apenas, por maiores que nos sejam a intelligência e a vontade.

«A «Imprensa», que vota grande simpatia às classes armadas, faz votos ardentes para que a educação do nosso soldado, como a da policia de São Paulo, seja quanto antes, e cada vez mais, melhorada pela forma que a experiência tem provado ser a mais pronta e útil.» Da «Imprensa», do Rio — julho de 1908).

Tais conceitos bem evidenciavam os proveitosos trabalhos da Missão Francesa, chegada à nossa capital em março do ano de 1906 e chefiada pelo Coronel Paul Balagny, e da qual faziam parte o capitão Raoul Negrel e tenente A. de La Brousse.

No dia 27 daquêlê mês, o comandante geral da Fôrça Pública, Coronel Argemiro da Costa Sampaio, recebeu do Dr. Washington Luiz, Secretário da Justiça de então, o seguinte officio, dando-lhe conhecimento do contrato da missão:-

«Comunico-vos que, segundo o contrato celebrado entre o ministro da Guerra da República Francesa e o ministro plenipotenciário do Brasil, em Paris, para a vinda dos officiais do Exército daquela nação, que têm de servir como instrutores da Fôrça Pública do Estado, a missão contratada compõe-se do chefe, Sr. Balagny, comandante de Batalhão, regimento de infantaria n.º 103, e do sr. Negrel e sr. de La Brousse, êste sargento do mesmo regimento, e aquêlê tenente do 24.º de infantaria, tendo o chefe da missão as vantagens e honras do posto de coronel comandante geral e os outros dois membros, o primeiro a graduação de Tenente Coronel comandante de batalhão e o segundo a de alferes, usando todos o fardamento do exército francês, com as insígnias da Fôrça Pública de São Paulo.

«Outrossim, vos comunico que, nos têrmos do referido contrato o sr. Balagny e o Sr. Negrel têm direito, cada um, a uma ordenança para o seu serviço pessoal e a um cavalo, cuja despesas correm por conta do Estado».

Alguns meses depois, chegava à capital o capitão de Dragões sr. Sttat Muller, para a instrução da nossa cavalaria, que aqui faleceu em 1962.

Como era natural, não podia ser numerosa a primeira turma de officiais instrutores. Inicialmente, para o estudo do conhecimento e das possibilidades do meio profissional, bastavam poucos militares para o desempenho dessa incumbência preliminar.

E assim bem compreendeu o ilustrado coronel Balagny, durante os primeiros tempos de sua adaptação técnica no seio da corporação que lhe fôra apresentada para instruir e remodelar.

Encontrando uma tropa de instrução retardada, de métodos defeituosos, sem a consciência e a uniformidade de uma doutrina e ser perfectibilidade de uma disciplina congregadora, o chefe da missão francesa teve desde logo bem nítida a compreensão de sua responsabilidade.

Como já assinalamos, na época do contrato da Missão Francesa para a nossa Fôrça Pública, estava em foco a controvérsia sôbre a participação de estrangeiros no preparo das fôrças armadas nacionais.

Polêmicas acaloradas tomavam, inteiras, as colunas dos jornais.

Escritores militares, muitas vêzes, abandonavam os verdadeiros fundamentos da questão, os de ordem profissional e técnica, e descambavam para a vereda do nacionalismo, numa irritante ignorância do passado histórico das nossas coisas de guerra. E naquela obstinação em não quererem aceitar as boas lições dos tempos idos, não se lembravam de que a presença de militares estrangeiros no seio das nossas tropas não era novidade, pois que, desde o período de nossa Independência até os tempos do Segundo Império, aproveitamos os serviços e a competência daqueles profissionais.

Para conseguirmos a libertação do Brasil do domínio português, não tivemos que aceitar, na Armada Imperial, os serviços do almirante Cochrane, do chefe de divisão David Jewett e dos officiais Sheferd e J.P. Grenfell, os quais foram os organizadores da primeira esquadra brasileira e os instrutores de sua officialidade e marinhagem?

Lord Cochrane antes de vir para o Brasil — diz o illustre historiador militar Leopoldo de Freitas — prestou assinalados serviços à Independência do Chile e à fundação da sua marinha, do mesmo modo que o almirante Brown organizou a marinha de guerra da República Argentina, e lá ainda o seu nome é venerado, e os cronistas militares o qualificam de «Primeiro Almirante» e de «benemérito».

Posteriormente, entraram para as fileiras do exército do nosso país e foram valorosos soldados nas campanhas de Buenos Aires e Paraguai, os generais Caldwell, inglês, que exerceu o alto cargo de ajudante general; Emílio Mallet, agraciado

com o baronato de Itapevi, e que brilhantemente se distinguia, comandando a artilharia que decidiu da vitória brasileira de 24 de maio, no Paraguai.

Carlos Resin, bravo oficial de infantaria, ferido em diversos combates.

John Pascoe Grenfell foi o nosso almirante no combate naval de Toneleiros e faleceu muitos anos depois em Liverpool, exercendo com dedicação e competência o cargo de cônsul-geral do Brasil.

Durante o período de Regência, perturbado pela anarquia política, tivemos entre outros instrutores militares o general alemão von Bulow, amigo e admirador de José Bonifácio.

E não chegaram até o Brasil, em certas práticas militares, os efeitos daqueles regulamentos levados ao velho Portugal pelo conde de Schaumburg-Lippe, quando Pombal procurava salvar o país das constantes invasões que o enfraqueciam?

Assim os próprios fatos da história, que não sofrem a influência do tempo, pois se conservam imutáveis no burburinho das paixões dos homens, aí estão, eloquentes, destruindo errôteiro que deveríamos seguir, tôdas as vezes que se nos apreneas opiniões e apontando imparcialmente, serenamente, o rosentasse, para solução, um problema do qual dependesse um bem-estar coletivo.

A campanha que se moveu contra a Missão Francesa instrutora da nossa Fôrça Pública, quando não tenha demovido o governo do Estado dos seus bons propósitos de levar avante a organização da Corporação em bases sólidas, ocasionou, de princípio, no seio da própria milícia, uma certa animosidade em tôrno dos militares estrangeiros, não obstante a distinção, cavalheirismo e competência de que eram portadores.

Formado êsse ambiente de animadversão, não seria surpresa que nêle se registrassem fatos atentatórios a disciplina. E tal aconteceu, para consternação da nosa alma, dos nossos sentimentos, sempre irmanados com os dêsse povo heróico que fêz a Marselhesa, e legou ao mundo todos os direitos e tôdas as liberdades, na epopéia imortal da Revolução Francesa.

Assim, foi a nossa Capital, na tarde do dia 11 de junho de 1906, abalada com a monstruosidade de um crime perpetrado por um sargento da Fôrça em pleno pátio do Quartel da Luz, contra um membro da Missão e um oficial patricio.

Na tragédia do Quartel da Luz tombaram mortos, varados pela bala do fuzil manejado pelo sargento José de Mello, o Tenente Coronel da Missão Francesa Raoul Negrel e o alferes da Fôrça Pública Manoel Moraes de Magalhães.

Após os dois primeiros anos de permanência da Missão no seio da Fôrça Pública, reformado o contrato entre o governo do Estado e o da França, continuou o coronel Balagny à frente do ensinamento para o qual fôra incumbido em 1906.

Ampliando a instrução à milícia, teve aquêle militar necessidade de cercar-se de outros mais auxiliares seus patricios, os quais orientados pelo chefe, passaram a organizar os vários regulamentos que serviram de base à completa remodelação da Fôrça. Assim, foram escritas as «Escola do Soldado», «Escola do Cavaleiro» — a pé e a cavalo — «Escola de Secção» — infantaria e cavalaria — «Escola de Companhia», «Escola de Esquadrão», «Escola de Batalhão e Unidades Superiores», «Elementos do Serviço e Campanha», «Instrução de Tiro», «Instrução para as unidades de metralhadoras», e outros compêndios onde se condensavam ensinamentos militares transplantados do exército francês para a nossa Fôrça Pública.

Já em princípios de 1909 era a missão constituída por numeroso núcleo de oficiais.

O trabalho daqueles militares foi intenso e de resultados positivos.

A Fôrça Pública perdeu, de modo surpreendente, os seus velhos hábitos de disciplina mal compreendida e de técnica defeituosa, para transformar-se num conjunto homogêneo de fôrças morais e materiais, as quais, ainda hoje são o seu apanágio.

O racionalismo dos métodos adotados na instrução da tropa, orientava a formação individual do soldado, indo até a concepção da tática conjunta, não prescindindo das oportunidades dos detalhes para a modelagem da perfeita individualidade o combatente.

Os exercícios de campanha eram continuados e rara a semana em que os batalhões não saíssem de seus quartéis, rumo a pontos afastados da capital, em completa «ordem de marcha», dando a magnífica impressão de uma tropa mobilizada, pronta para as ações reais.

Os ensinamentos não se cingiam ao âmbito da tropa. Eram ministrados, também, com acentuado interesse ao corpo de oficiais.

Marcaram época, naqueles anos, não só as concentrações da tropa paulista nos campos das grandes manobras de companhia, como também as brilhantes demonstrações militares realizadas pela Fôrça Pública, notadamente as comemorativas do 15 de novembro, no Prado da Moóca, as quais faziam afluir anualmente àquele logradouro uma compacta multidão, vinda até de fora do Estado, sempre calorosa e vibrante em seus aplausos à disciplina e ao garbo do maravilhoso conjunto marcial.

O festejado escritor patricio Coelho Netto, após assistir a uma daquelas paradas militares escreveu no «Correio Paulistano», em dezembro de 1907, o magnífico artigo intitulado «A Fôrça Pública de São Paulo», que se transcreve:-

«Não louvarei jamais a guerra nem sairei do meu repouso abarcando ramos votivos com um canto épico decorado para prestar culto à figura de Marte truculento, juntando-lhe o altar de flôres e desfechando-lhe à carranca minacíssima as estrofes tonitroantes do peã grandíloco.

«Sou como os pastores de Virgílio que amavam e celebravam a paz à sombra das faias, ouvindo as cigarras e o murmúrio dos ribeiros fáceis, cortando as searas com a lâmina reluzente das usas águas.

«Quisera sempre fechado o templo de Jano, sem ouvir o rebate estrondoso dos raios e preferira que o aço, que corta e atroa, que afuzila e flameja, fôsse mais proveitosa e humanamente empregado em dóceis instrumentos de lavoura ou em outras aplicações generosas, que atendessem à vida e não se prestassem à morte.

«Assim penso, mas compreendo que o mundo, campo estreito para a cobiça do homem, não pode ser sempre fagueiro, que o não malsine o furor da guerra sanguinária.

«Um dia, inesperadamente, porque um trato de terra foi acalcanhado pelo invasor ou por uma simples troca de imprudentes palavras, armam-se nações, e mobilizando regimentos e despachando esquadras, encontram-se em terra e no mar, erigindo sôbre a mortalha, não um troféu: a Razão, mas a Fôrça, que é a hipóstase do que antigamente achavam o Direito. Os povos pacíficos devem ser fortes. O homem válido, raramente é afrontado. Conhecem-no os vizinhos, admiram a prosperidade do seu campo, a cordura das suas maneiras, a providência atilada do seu conselho e respeitam-no porque, nas horas de mourejo, na leira, vêem-lhe o peito largo, os músculos retesos inchados rijamente ao apelo enér-

gico do esforço. Assim, sendo ordeiro e possante, não receia os bulhentos nem se preocupa com a lavoura que vai medrando ao sol, porque sabe que ninguém ousará saltar a cerca para defraudá-lo, certo de que não volveria sem osso partido.

«E o homem pacato vive docemente semeando e colhendo, árbitro em tôdas as demandas, mediador em tôdas as contendas, amado e temido pela sua bondade e pelo seu biceps.

«Se a fôrça é necessária ao indivíduo, com mais razão deve sê-lo ao Estado. Não nos iludamos com uma volta da ampulheta, o regresso aos dias felizes da Idade do Ouro, quando os fulvos leões disputavam carreira com os antílopes e o lobo lambia carinhosamente o velo das ovelhas. A ambição fêz do mundo o seu império e uma porta aberta e desguarnecida atrai o bandido errante que espregueia, de arma pronta, a ocasião do assalto.

«Não há de ser pela nossa bondade, pela nossa lhaneza que nos havemos de impor ao respeito das nações. Digam que vivemos reproduzindo, com simplicidade, os dias amáveis do patriarcado — franqueando o nosso teto ao hóspede, fiando o bragal no tear doméstico, mantendo o ilume no lar, com a vinha revestindo a casa, as abelhas enxameando o pomar florido, os rebanhos balindo nos pastos e a seara vigando ao sol, sem uma arma que lembre o sangue e, uma manhã despertamos com o alvôroço do assalto e não será usando da brandura de S. Leão, que saiu ao encontro de Átila com palavras enternecidas, que havemos de repulsar o inimigo, mas com o ferro que talha, com o fogo que arrasa, com a solidariedade disciplinada, que é a condensação inteligente da fôrça humana.

«Visto que assim é, não nos embalemos no senho generoso e tratemos de robustecer-nos, não para guerra, mas para que possamos gozar a paz com segurança, esteados na fôrça.

«A nossa vaidade cega-nos. Assim como nós julgamos um povo predestinado, o mais rico da terra e, na maior miséria, batemos o pé, com ímpeto de orgulho, afirmando que calcamos areias de ouro, o que, até certo ponto, é verdade, ainda que os tesouros durmam no fundo das minas à espera de quem os desentranhe, assim também não cessamos de proclamar o nosso valor, rindo com desprezo dos que se aparelham cautelosos. Que se encouracem, que façam manobrar exércitos, evoluir esquadras, que aderecem animais e artilhem

trincheiras, nós temos a nossa bravura e, com ela, levaremos de vencida, em indômita arrancada, aos mais aguerridos regimentos e com as proas dos nossos navios frágeis, como na jornada do Riachuelo, faremos soçobrar os mais possantes couraçados. Não serei eu quem desmintas os altos louvores da História que tanto levantam a glória da nossa gente, mas se o nosso soldado é bravo até a temeridade, resistente como os nômades e resignado até o martírio, com tais dotes que muito o recomendam, pouco fará na guerra sendo reclamado ao campo de sangue.

«E não há aviltamento em dizer-lhe tal, porque os heróis das canções de gesta, que encheram a Idade Média com os seus feitos espantosos e os antigos príncipes, dominadores de homens, cujo ardor ainda flameja nas rapsódias homéricas, fariam tristíssima figura se, rompendo as sombras da morte, aparecessem acobertados de aço à frente dos regimentos modernos.

«A guerra deixou de ser a balbúrdia da afoiteza, o confuso baralho da audácia e do orgulho, para ser um jogo científico, no qual o último peão deve mover-se com atilamento e a tempo, porque do seu passo pode depender a vitória da ala em que assiste.

«A disciplina supre o denôdo. A fúria foi inutilizada pela calma e o soldado moderno é um que age com segurança como o artífice que trabalha executando o plano de um arquiteto. A vitória não é mais um prêmio dos deuses, mas o resultado de uma equação habilíssima. A disciplina e a instrução militar fazem o perfeito homem de guerra. Trazer um lapuz do campo de safra, fardá-lo, dar-lhe uma arma, impeli-lo para a fileira não é alistar um defensor à bandeira, mas lançar à morte uma vítima de olhos vendados. Pode sair um herói, mas será o heroísmo arremessado do tigre que investe sem atentar nos riscos da rebentina.

«Heroísmo humano, bravura consciente e hábil é a de Togo, é a de Oyama, os detentores da avalanche russa, que esperavam serenamente o inimigo como caçadores bem armados, atirando a caça atropelada.

«São Paulo que nos têm dado exemplos fartos de iniciativa, São Paulo que não pretere por empáfia, a riqueza que lhe dá a terra pingue a glórias possíveis e sempre desastrosas que lhe possam advir de combates, mas que reconheceu, com o seu espírito prático, que, a ter soldados, era necessário que eles o fôssem em verdade; acaba de dar uma demonstração

brilhante de que procedeu como devera, pedindo à França instrutores para a sua milícia.

«É certo que no dia em que o governo resolveu contratar a missão francesa o estopim jacobino faiscou ameaçando a explosão de um sentimento ridículo que se rebuçava sob o título de patriotismo; não se arreceou o governo com a ameaça e tornou realidade o seu propósito.

«O Chile, essa forte e altaneira república, cujos soldados são exemplos de energia, coragem e disciplina, não se sente amesquinhado por ver o seu exército instruído por um alemão — general Korner; nem o Perú arrogante julga que a sua bandeira perde o prestígio por desfraldar-se à voz de oficiais do «kaiser». Só em nossos peitos borbulha essa vaidade mesquinha como se receber lições fôsse vergonha.

«Na revista de 15 de novembro, a que tive fortuna de assistir, o povo paulista gozou, com justo orgulho, um dos mais belos espetáculos que se têm visto naquela terra de atividade incessante e de inteligente esforço. A parada no campo do Jockey Club, em presença de mais de dez mil pessoas, apesar da manhã fresca, nublada, foi um deslumbramento.

«Desde 8 e meia a grande massa de povo que os trens, os bondes, os automóveis despejavam a todo momento, esperava, com ânsia mal contida, a chegada da tropa. Eram nove horas quando, ao som da marcha «Défiler», entrecortada, em rebate heróico, pelas cornetas e pelas caixas, a Fôrça Pública entrou no campo precedida pela banda e pela fanfarra, vindo logo em seguida, o coronel Balagny, chefe da missão francesa, o capitão La Brousse, o comandante Pedro Arbues e o seu estado-maior.

«A desfilada pela frente da arquibancada foi irrepreensível. O corpo de infantaria, bombeiros e uma companhia de recrutas, tomaram posição. Por último a Cavalaria, em dois esquadrões, desenvolvendo-se ao fundo — as lanças apoiadas no cachimbo, com as flâmulas auriverdes palpitando ao vento, cintilavam. No espaço que separava os esquadrões, a alguma distância da bandeira, os oficiais e, entre eles, resplandecendo, a nítida couraça do capitão Statt Muller, instrutor.

«Depois das continências, começaram as evoluções, executadas com precisão mecânica. Ao reluzir da espada do comando, ao sinal de apito do capitão La Brousse, moviam-se os soldados, fileiras cerrando-se em quadrado, avançando, re-

quando. Os movimentos do sargento instrutor eram reproduzidos pelos infantes com a fidelidade e o instantâneo dos reflexos.

«Um rumor subiu: moveram-se os braços em gesto isócrono e houve um silêncio maior na atenta imobilidade. A voz «calar baioneta», um rápido rebrilho fulgurou na turba, depois um ruído sêco e as armas alumiarão acesas. Seguiu-se o exercício de esgrima, de uma correção absoluta, revelando mais que disciplina, capricho, em todos os passes, e o povo, cuja emoção mal se continha, rompeu em frenéticos aplausos e, ao troar das palmas, respondia, ao longe já com o resplendor do sol que rompera as nuvens, fazendo lampear o aço e dando mais vida ao espetáculo, o clamor da banda executando o hino, enquanto as cornetas alçadas pareciam tremer à claridade, e toda a força perfilada mantinha-se em «braço arma».

«Mas quando os infantes, formando em pelotões, passaram em acelerado, dirigindo-se a um dos extremos do campo, o delírio tocou ao auge e na «pelouse», nas arquibancadas, em todos os pontos do recinto, os vivas atroavam. E o entusiasmo não arrefeceu porque, mal o último pelotão deixou o terreno livre, logo a Cavalaria avançou de onde permanecera, com os ginetes caracolando como em fantasia evoluindo em contramarchas, ao som claro e marcial dos clarins. Por fim, estirando-se em fila, rompeu a trote, apressou os animais lançando-os a galope e, numa arrancada, investiu em passo de carga com estropeado rítmica, estacando súbito ante a tribuna presidencial com as lanças altas, as espadas abatidas em continência e um hurra! trovejou.

«Nesse instante, na «pelouse», um homem do povo, eletrizado, levantou um viva à República e, durante um momento, ressoaram as palmas com que comovidamente a multidão vitoriosa a força.

«E assim mudou-se em entusiasmo o retraído despeito que havia em alguns espíritos contra o que parecia uma afronta aos nossos brios.

«Deixemos, porém, o lado brilhante, a chamada «estética militar», e vejamos a Força Pública paulista no seu mister de polícia. O soldado em São Paulo tem orgulho do seu posto e honra-o. Ninguém o vê mal enjorçado nem a ombrear com vagabundos à porta da taverna, nem encostado às esquinas em cavaco rascoeiro com a criadagem — é sério, mantém-se respeitoso no seu dever e, dado o caso de um conflito, não se

arremesa à bruta, com descabida bravata, mas encaminha-se, pacificando, se pode, ou efetuando a prisão, se ela se impõe, sem estardalhaço e violência.

«Se o afrontam ou ameaçam defende-se, servindo-se da arma com segurança e não desembainhando a espada para que tome o adversário.

«O policiamento é feito ultimamente com metade da força que, dantes, apenas servia para atropelar o povo e levar mais confusão aos distúrbios.

«É bem a força cívica e, em caso de necessidade, será a força de guerra instruída e, conseguintemente, mais apta para vencer.

«Montesquieu, referindo-se ao romano, diz que êle conseguiu suprir o número dos soldados com os exercícios «qui leur donnaient de l'adresse, laquelle n'est autre chose qu'une juste dispensation des forces que l'on a.»

«É o que faz São Paulo — tem soldados que são elementos de disciplina e de força e, garantindo a boa polícia na paz, poderão servir à Pátria no caso (quod Deus avertat!) de um conflito externo. Que o exemplo do glorioso Estado sirva de pauta aos demais.

«A missão francesa, longe de humilhar os paulistas, tão ciosos do seu amor próprio, deu-lhes mais grandeza e mais brilho, dotando-os de um corpo de guerra que é verdadeiramente digno dos louvores que lhe têm sido feitos por quantos o têm visto manobrar em campo. Acho que é mais patriota o que se instrui e aparelha para a defesa do que o vaidoso que, arrotando bravura, fia-se na coragem e vai ignorante e lerdo para a fileira deixar-se matar... como um valente.»

Após a Grande Guerra tivemos a 2.ª Missão que veio para o Brasil em 1920 sob a chefia do General Antoine Nerel.

A Missão, que tão bons resultados conseguiu com a Tropa de Piratininga, deixou as plagas paulistas em 1924.

OFICIAIS QUE EXERCERAM O COMANDO DA FORÇA

Desde a sua fundação, em 15 de dezembro de 1831, até hoje, teve a milícia paulista os seguintes comandantes:-

CAPITÃO JOSÉ GOMES DE ALMEIRA — De 1.º de março de 1832 a 30 de novembro do mesmo ano;

CAPITÃO FRANCISCO DE PAULA LOBO — De 5 de junho de 1834, até ser exonerado, em 1840;

MAJOR JOÃO RODRIGUES SEIXAL — De 7 de agosto de 1844 a 16 de fevereiro de 1848;

TENENTE CORONEL BENTO THOMAZ GONÇALVES — De 16 de fevereiro de 1848, até ser exonerado, em 1850;

TENENTE CORONEL JOAQUIM DE SOUZA G. CANANEA — De 1850 a 1861;

TENENTE CORONEL JOÃO HOMEM GUEDES PORTILHO — De 15 de abril de 1862, até ser exonerado em 1864;

CAPITÃO JOSÉ MARIA GAVILÃO PEIXOTO — De 1864 a março de 1868;

TENENTE CORONEL ANTONIO JOSÉ FERREIRA BRAGA — Nomeado comandante do Corpo Policial Provisório, durante a ausência do Corpo Policial, e exonerado em 1868.

TENENTE CORONEL CARLOS MARIA DE OLIVA — De 8 de outubro de 1868 a 3 de janeiro de 1878;

TENENTE CORONEL FRANCISCO DE PAULA TOLEDO MARTINS — De 18 de março de 1878 a 11 de dezembro de 1883;

CAPITÃO LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE MARANHÃO — De 16 de junho de 1884 a 20 de maio de 1887;

TENENTE CORONEL FRANCISCO DE CASTRO CANTO E MELLO — De 20 de maio de 1887 a 11 de junho de 1889;

TENENTE CORONEL HENRIQUE CANDIDO A. MACEDO — De 11 de junho de 1889 a 17 de fevereiro de 1890;

CORONEL JOÃO NEPOMUCENO PEREIRA LISBOA — De 17 de fevereiro de 1890 a 24 de abril de 1891;

CORONEL GUILHERME JOSÉ DO NASCIMENTO — De 24 de abril de 1891 a 24 de novembro do mesmo ano;

TENENTE CORONEL MANOEL JOSÉ BRANCO — De 24 de novembro de 1891 a 1.º de dezembro do mesmo ano;

MAJOR SERGIO TERTULIANO CASTELO BRANCO — De 11 de dezembro de 1891 a 19 de dezembro de 1891;

CAPTÃO JOÃO NEPOMUCENO PEREIRA LISBOA — De 21 de dezembro de 1891 a 3 de agosto de 1893;

MAJOR INOCÊNCIO BENDITO FERRAZ DE OLIVEIRA — De 9 de agosto de 1893 a 15 de junho de 1897;

MAJOR JOSÉ CARLOS DA SILVA TELLES — De 1.º de maio de 1894 a 15 de junho de 1897.

MAJOR CELESTINO ALVES BASTOS — De 15 de junho de 1897 a 30 de junho de 1898;

TENENTE CORONEL PEDRO DE ALCANTARA FONSECA — De 30 de junho de 1898 a 7 de março de 1901;

CAPITÃO ARGEMIRO DA COSTA SAMPAIO — De 7 de março de 1901 a 7 de maio de 1906;

TENENTE CORONEL JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA — De 7 de maio de 1906 a 24 de setembro de 1909;

TENENTE CORONEL ANTONIO BATISTA DA LUZ — De 7 de março de 1912 a 25 de junho de 1918;

TENENTE CORONEL MANOEL SOARES NEIVA — Desde 27 de junho de 1918, para comandar a Força Pública em comissão;

TENENTE CORONEL DOMINGOS QUIRINO FERREIRA — Desde 13 de dezembro de 1921;

TENENTE CORONEL PEDRO DIAS DE CAMPOS — Desde 28 de julho de 1924;

CORONEL JOVINIANO BRANDÃO — Desde 22 de maio de 1928;

GENERAL DE BRIGADA MIGUEL COSTA — Desde 29 de abril de 1931;

TENENTE CORONEL JÚLIO MARCONDES SALGADO — Desde 25 de maio de 1932;

TENENTE CORONEL HERCULANO DE CARVALHO E SILVA — Desde 23 de julho de 1932.

MAJOR DIMAS SIQUEIRA DE MENEZES — Desde 16 de novembro de 1932;

CORONEL ALKINDAR PIRES FERREIRA — Desde 27 de julho de 1933;

CORONEL PENEDO PEDRA — Desde 22 de dezembro de 1933;

TENENTE CORONEL ARLINDO DE OLIVEIRA — Desde 26 de junho de 1934 e efetivado por promoção a 6 de setembro de 1934;

CORONEL MILTON DE FREITAS ALMEIDA — Desde 18 de junho de 1935;

CORONEL MARIO XAVIER — De 16 de fevereiro de 1938 a 6 de junho de 1941;

CORONEL LUIZ GAUDIE LEY — De 9 de junho de 1941 a 11 de março de 1947;

CORONEL ELEUTHÉRIO BRUM FERLICH — De 27 de março de 1947 a 5 de março de 1951;

TENENTE CORONEL EURYALE DE JESUS ZERBINE — De 27 de fevereiro de 1951 a 23 de fevereiro de 1953;

CORONEL JOÃO DE QUADROS — De 23 de fevereiro de 1953 a 19 de setembro de 1953;

CORONEL OSCAR DE MELO GAIA — De 29 de setembro de 1953 a 29 de janeiro de 1955;

CORONEL JOSÉ CANAVÓ FILHO — De 2 de fevereiro de 1955 a 11 de janeiro de 1956.

CORONEL RUBENS TEIXEIRA BRANCO — De 11 de janeiro de 1956 a 18 de dezembro de 1956;

CORONEL FAUSTO QUIRINO SIMÕES — De 18 de dezembro de 1956 a 28 de maio de 1958;

CORONEL EVALDO PEDRESCHI — De 28 de maio de 1958 a 30 de julho de 1958;

TENENTE CORONEL JOSÉ JOÃO BATAL — De 30 de julho de 1958 a 2 de fevereiro de 1959;

CORONEL ARRISSON DE SOUZA FERRAZ — De 2 de fevereiro de 1959 a 17 de agosto de 1960;

CORONEL GERALDO RANGEL DE FRANÇA — De 17 de agosto de 1960 a 13 de novembro de 1960;

GENERAL DE BRIGADA ALTAIR FRANCO FERREIRA — De 13 de novembro de 1960 a 23 de dezembro de 1960;

CORONEL JOSÉ RUFINO FREIRE SOBRINHO — De 23 de dezembro de 1960 a 7 de janeiro de 1961;

CORONEL OLDEMAR FERREIRA GARCIA — De 7 de janeiro de 1961 a 11 de dezembro de 1962;

CORONEL DIVO BARSOTTI — De 11 de dezembro de 1962 a 31 de janeiro de 1963;

GENERAL DIVISÃO DA RESERVA JOÃO FRANCO PONTES — De 1.º de fevereiro de 1963 a 6 de junho de 1966;

CORONEL JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO — De 6 de junho de 1966 a 1 de fevereiro de 1967. e,

CORONEL JOSÉ ANTONIO BARBOSA DE MORAES — Assumiu o comando em 1 de fevereiro de 1967.

ASAS PAULISTAS

Em 1914, quando a Europa ardia e se ensanguentava, presa da mais terrível guerra que a História até então registrara, os habitantes de São Paulo se alvoroçavam quando viam surgir no espaço, vindo das bandas de Guapira, um ronronante pássaro mecânico, cujas asas brancas cruzavam sobre a urbe em todos os quadrantes.

O povo, cá em baixo, nas ruas, aclamava o piloto audaz que guiava, sereno e ousado, aquele velívolo, em cujas asas se percebiam as cores da bandeira paulista.

Era Edu Chaves, o destemido piloto que, no seu pequeno «Bleriot», embasbacava quotidianamente os seus patrícios, com as mais arriscadas evoluções, executadas com perícia sem igual.

Antes de vir Edu Chaves da Europa com o seu avião e sua inaudita coragem, bem raros foram os aparelhos que em São Paulo haviam cruzado os ares.

Rememoremos, rebuscando no cérebro algumas reminiscências dessa época distante, vários desses pioneiros da aviação em São Paulo.

Dimitri Sensaude de Lavaud foi o primeiro.

Engenheiro, moço, audaz, espírito aventureiro, de Lavaud, que era, antes de 1914, industrial em Osasco, onde mantinha uma fábrica de manilhas de barro, deixara-se influenciar pelos primeiros vãos de Santos Dumont, o glorioso «Pai da Aviação».

Este nosso ilustre patrício conquistara o prêmio «Deutsch de la Meurthe», voando algumas dezenas de metros em um frágil biplano por ele próprio construído.

Dimitri, acicatado pela ambição de glória, construiu, em segredo, na sua oficina, um pequeno aeroplano, ao qual adaptou um modesto motorzinho de poucos cavalos de força.

Experimentou-o. Quebrou-lhe muitas vezes as asas delgadas; remendou-o, melhorou-lhe as linhas, aperfeiçoou-o.

Depois, entregou o aparelho a um piloto improvisado, um italiano, jovem, cheio de audácia — Salvador Longobardo, ex-mecânico de lanchas-automóveis.

Longobardo propôs-se a apresentar em público o aeroplano de Sensaude de Lavaud.

A prova se realizaria no prado da Moóca.

A multidão cientificada da experiência pela leitura alvareira dos jornais, afluiu em massa ao hipódromo da Moóca.

Foi uma completa desilusão... Salvador, sereno e heróico, meteu-se na nacela do avião, ligou o motor, comandou com orgulho o clássico: Larga! — e instantes depois era retirado de sob os escombros do famoso veículo, que numa corrida louca, se fôra enlappar sob o quiosque dos juizes de partida nas domingueiras reuniões hípicas daquela associação turfista...

Custou-lhe a ousadia apenas alguns insignificantes arranhões, que um pouco de arnica fêz logo cicatrizar...

Mas, se Salvador fracassou nessa primeira experiência, a glória de ter sido o primeiro a guiar um aeroplano em São Paulo — essa ninguém lhe poderá roubar.

Depois, vieram os primeiros «ases» estrangeiros.

O infeliz Piccollo, que teve morte horrível na pista do antigo Velódromo Paulista, quando, num domingo radioso, pretendia erguer vôo, pilotando um «Bleriot».

O aparelho sem poder alçar vôo, chocou-se contra uma parede e o seu desgraçado piloto arrebentou o crânio de encontro ao cimento.

Após Piccollo, outros surgiram sob aclamações do bom povo paulistano.

Os irmãos Rapini; Cattaneo, o grande «ás» italiano, que se orgulhava de possuir o brevê interancional n.º 25 e de ser o primeiro piloto brevetado na sua gloriosa pátria; Reggeroni, Roland Garros, o francês heróico, que tombou na primeira grande guerra, lutando pela sua França querida; o francês Edmond Plauchut, casado com senhora brasileira, e aqui residente havia longos anos, que, em 1910, assombrou os santistas, voando num «Bleriot» de 50 HP, da praia, em frente ao Hotel Parque Balneário, até o forte de Itaipu e Ponta Negra, regressando, depois, ao ponto de partida. Alaor de Queiroz, um grande entusiasta da aviação e da aeronáutica, antigo piloto de balões livres, morto no Prado da Moóca, quando realizava um vôo em aeroplano; Cícero Marques, brevetado, com Edu Chaves, na França, e que após duas ou três terríveis quedas, abandonou a atividade aviatória.

A seguir, vibrou o entusiasmo paulista ante o arrôjo de Edu Chaves, herói de mil façanhas aviatórias, vencedor do primeiro raide realizado no Brasil, São Paulo-Rio, o destemido piloto da travessia aérea São Paulo-Buenos Aires, a primeira grande viagem em aeroplano realizada na América do Sul.

Edu era então o homem do dia. São Paulo aclamava-o, onde quer que aparecesse.

O governo do Estado, desejoso de criar em São Paulo, um núcleo de aviação, adquiriu de Edu Chaves alguns aparelhos e resolveu fundar nesta Capital uma Escola de Aviação para militares da Fôrça Pública e também para civis, sendo instrutores Edu Chaves e Cícero Marques.

A iniciativa fracassou, por motivos ainda ignorados. Os aviões, bem poucos, aliás, que haviam sido comprados, começaram a apodrecer no campo de Guapira e dali foram mais tarde removidos para a estação do Oeste dos Bombeiros.

Dos oficiais da milícia estadual, o único que conseguiu alçar-se, certa vez, do solo a 50 metros pilotando, sozinho, um aeroplano, foi o tenente Aristides Musa.

Depois... Depois, ninguém mais pensou em aviação na capital do Estado líder.

Em 1919, apareceu em São Paulo um aviador norte-americano, Willian Orton Hoover, que procedia do Rio de Janeiro, onde estivera como piloto instrutor da Escola de Aviação Naval.

Terminada a montagem de um biplano «Custiss» de 90 HP, que para cá trouxera, Hoover realizou nesta capital inúmeros vôos e acrobacias, tornando-se logo muito popular.

O Dr. Herculano de Freitas e o Dr. Altino Arantes voaram com Hoover e, por fim, o governo do Estado deliberou dar-lhe a direção técnica de uma escola de aviação, que ia criar no Campo de Marte e na qual fariam sua aprendizagem os futuros pilotos da milícia estadual.

Iniciou-se assim, verdadeiramente, a primeira fase da aviação militar em São Paulo.

O governo adquirira o avião de Hoover, de duplo comando, que ficou mais tarde sendo a «mascote» da escola.

Logo a seguir, foi enviada para os Estados Unidos a primeira encomenda de aparelhos: 3 «Orioles», de 150 HP e 5 «JN» 90 HP.

Não havia hangares para guarda dos aparelhos, mas um oficial da Fôrça Pública, o então Cap. Januário Rocco, prontificou-se a construí-los e o fêz com perfeição.

O governo interessava-se pela novel escola. Os oficiais da Fôrça disputavam matrícula no estabelecimento.

Organizou-se a primeira turma e em menos de seis meses estavam todos os seus componentes brevetados.

Foram seis os primeiros pilotos militares brevetados em São Paulo nesta primeira fase da Aviação da Fôrça Pública: o capitão João Busse, da Polícia do Paraná, morto trágicamente mais tarde num desastre de aviação, quando efetuava o percurso Campinas-Curitiba; tenente Bernardo Espíndola Mendes; tenente Reynaldo Gonçalves; tenente Álvaro de Azambuja Cardoso; tenente Luiz Rebello e Aristides Musa, tenente dos bombeiros.

Seis meses depois de estar funcionando a Escola, o governo do Estado, naquela época, 1920, resolveu fechá-la, como medida de economia.

Os «JN» foram doados à Marinha Nacional, alguns; e outros vendidos. Os «Orioles» permaneceram na Escola, com exceção de um, que fôra cedido a Edu Chaves para a realização do raide São Paulo-Buenos Aires e que mais tarde, em 1924, foi apreendido e entregue à guarda da Esquadilha de Aviação.

Fechada a Escola do Campo de Marte, surgiram logo outros núcleos de pilotagem aérea, fundados por aviadores civis.

Hoover instalou um aeródromo em Indianópolis e ali fêz brevetar vários dos seus alunos civis: Manoel de Lacerda Franco, Adolpho Calliera, Braúlio Ferraz, Amadeu Saraiva, Albino Ferreira e outros.

Depois apareceram os irmãos Robba, João e Henrique; Fritz Roesler, que construiu um hangar no Ipiranga e ali muito trabalhou pelo progresso da nossa aviação; em Campinas, fundou-se também uma escola que teve vários diretores.

Ali fêz a sua aprendizagem João de Barros o bravo comandante do «Jahú» na travessia Genova-São Paulo.

Empolgadas pelo entusiasmo reinante nessa época, duas senhoritas inscreveram-se como alunas de aviação em São Paulo: Thereza de Marzo e Anésia Pinheiro Machado, ambas brevetadas meses depois.

Cinco anos depois, em 1925, a Escola da Fôrça foi reaberta e reorganizada em bases seguras.

Iniciou-se, então um período de extraordinária atividade aviatória em São Paulo.

O entusiasmo voltou às fileiras da Fôrça Pública e inúmeros oficiais matricularam-se na Escola do Campo de Marte.

Neste período foram instaladas as oficinas do estabelecimento dotando-as o governo de modernos maquinismos.

Nessas oficinas foram reparados muitos aviões da Esquadilha e Hoover empreendeu a construção de um biplano-escola, o «S. Paulo», que logo entrou a prestar serviços.

Dado o êxito alcançado com a construção do «São Paulo» resolveu o Secretário da Justiça, iniciar a de mais dois aparelhos para aumento da Esquadilha.

Êsses aviões tinham sua construção muito adiantada quando em 1930 foi extinta a Esquadilha de Aviação da Fôrça Pública e o seu material vendido ao Governo Federal.

Eram biplanos de construção metálica, em duralumínio. Receberiam motor «Le Blond», de 90 HP, e teriam a velocidade de 160 quilômetros horários. Serviram, uma vez concluídos, para a aprendizagem e treino dos alunos da Escola.

O major José Garrido, quando diretor da Escola preocupou-se muito com a instalação de campos de pouso e reabastecimento para os aviões da Esquadilha, quando em vôos pelo interior do Estado.

Êsse oficial conseguiu vários campos doados pelas respectivas municipalidades, em Itapetininga, Itararé, Capão Bonito, Itatinga, Atibaia, Campinas, Santos, Itanhaém, São Manuel, Avaré e Campo Largo, em Sorocaba.

Nesta sua nova fase de franca prosperidade, a Escola de Aviação da Fôrça Pública dispunha de um bom núcleo de pilotos já brevetados: Cap. João Negrão, herói da travessia do «Jahú», do qual foi 2.º piloto, 1.º Tenente Sebastião Machado, também encarregado do serviço fotográfico, 1.º Tenente João de Quadros, 2.º Tenente Benedito de Paula França, 2.º Tenente Raul Marcondes, 2.º Tenente Antônio Pereira Lima, 2.º Tenente Pedro Luiz Pereira, sargento-ajudante Sylvio Hoeltz, o sargento João Bauncarter e o civil contratado, Augusto Giarreta que também dirigiu as oficinas mecânicas do aeródromo.

Brevetaram-se na Escola, os seguintes oficiais: 2.º tenente Edmundo Chantre, 1.º Tenente Naul de Azevedo, 1.º Tenente Laércio Gonçalves, 2.º Tenente Benedicto Martiniano de Toledo, Capitão Messias Henrique Ribeiro, 2.º Tenente Cyro Alves da Silva e 2.º Tenente Roldão Carneiro Seabra.

O dr. Salles Junior, Secretário da Justiça e Secretário da Segurança Pública, em 1930, de acordo com o Comando Geral da Força Pública, resolveu que na Escola de Aviação do Campo de Marte, fossem matriculados civis.

Essa iniciativa permitiria à Força Pública, dispor, em caso de mobilização, de um núcleo de pilotos para as esquadrilhas, pois os civis, que fizessem o curso de aviação no Campo de Marte, seriam considerados como reserva da aviação militar.

Quando foi extinta a Escola, nela estavam matriculados os seguintes candidatos a pilotos:-

Alunos do Capitão João Negrão — 2º Tenente João Marques, 2º Sargento Alfredo Lemos, civil Plínio de Castro Ferraz, civil Benedito Brandão, Major Médico dr. Jayme Cardoso Americano, civil Augusto Meirelles, João Michilany. Discípulos do Tenente Sebastião Machado:- 2º Sargento Ascendino Maurício da Silva, civis Alberto Americano Aureliano Ariza, José de Araújo Luzo Junior, Cássio Simões e Vicente Magalhães. Alunos do Tenente Raul Marcondes:- 1º Sargento Gervásio Brasil, Capitão da 2.a linha do Exército, Amadeu Saraiva, civis Antônio Paulo Sachietelli, José Ferrinho Visconti e Renato Pacheco Pedroso. Instruídos pelo aviador Hoover:- 1º Tenente Orlando Marques Machado, 2º Sargento Jurandyr de Barros, 2º Sargento Mário Soares da Rocha, 2º Tenente Pedro Luiz Pereira e civil Braz Nery.

A Escola da Força Pública contava com ótimos aviões para treino dos seus pilotos.

O governo Júlio Prestes adquirira nos Estados Unidos seis aparelhos «Curtiss-Fledgling», equipado com motor «Curtiss-Challenger», de 6 cilindros, resfriados a ar, de 170 HP e uma velocidade de 176 quilômetros horários, com um raio de ação de 4 horas e 20 minutos de voo.

Eram esses aviões de duplo comando e a fuselagem metálica. Nas provas a que foram submetidos na Escola deram ótimos resultados.

Esses aviões foram divididos em duas esquadrilhas:- a Vermelha e a Azul.

Além desses, eram empregados na instrução dos alunos-pilotos mais dois aparelhos:- o «São Paulo» em um «Avro-Avian», denominado, «Itararé».

Os aviões da Esquadrilha Vermelha receberam as seguin-

tes denominações:- «Campinas» «São Manoel» e «Itapetininga».

Os da Azul foram batizados «Atibaia» «Avaré» e «Santos».

A atividade no Campo de Marte começava diariamente às 06,00 horas da manhã, quando os instrutores davam as suas primeiras lições aos alunos-pilotos.

Esse 1.º período de instrução prolongava-se até às 10,00 horas, recomeçando os voos às 14,00 horas e indo até as 17,00 horas.

O ensino teórico dos alunos da Escola era ministrado no «Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais» à Av. Tiradentes, onde o professor Belfort de Mattos lecionava Astronomia e Navegação Aérea.

No aeródromo do Campo de Marte o governo construiu em 1930 mais um hangar para seis aviões.

A Escola de Aviação da Força Pública teve desde a sua fundação os seguintes comandantes, todos oficiais da Força Pública:- Tenente Coronel Crysanto Guimarães, tenente coronel Afro Marcondes de Rezende, capitão Etualpe Neves, major José Garrido, major, Bernardo Espíndola Mendes e capitão Reynaldo Gonçalves, nomeado após a vitória da Revolução de 1930.

Os pilotos da Força Pública, obedientes aos seus superiores, disciplinados e bravos, prestaram serviços durante os agitados períodos das campanhas de Goiás e de Itararé, distinguindo-se sempre pela extraordinária perícia e ousadia.

O governo Revolucionário do Estado, em 1930, por motivos superiores, resolveu extinguir a aviação na Força Pública, entregando o seu material ao Exército Nacional, mediante indenização.

E assim desapareceram dos céus paulistanos as asas gloriosas da milícia estadual, que tanto trabalharam pelo progresso da aviação no país.

Travessia do Atlântico

Linhas atrás, fizemos referência ao glorioso hidro-avião «Jahú», no qual bravos aviadores brasileiros fizeram a travessia do Atlântico Sul, voando de Porto Praia, no arquipélago português de Cabo Verde, até o Brasil, voo esse que teve o final da sua derradeira etapa nas águas da represa de

Santo Amaro, nas vizinhanças desta capital, onde o grande navio aéreo pousou serenamente, sob vibrantes aclamações de dezenas de milhares de pessoas que ali se haviam reunido para receber os heróicos patrícios.

A Fôrça Pública de São Paulo, teve parte não pequena nas glórias dessa arriscada travessia aérea, pois um dos seus pilotos, o bravo capitão João Negrão, tomou parte no vôo do «Jahú», e do qual foi um dos condutores através das glaucas e agitadas águas do Atlântico Sul.

O «Jahú» encontrava-se em Porto Praia, quando para lá foi, a convite da família do aviador João Ribeiro de Barros, o capitão Negrão.

Depois de aceitar o convite que lhe foi feito e de obter a necessária licença dos seus superiores da Fôrça Pública, o bravo aviador paulista partiu para o arquipélago de Cabo Verde, tendo passado incógnito pelo Rio de Janeiro.

Mal chegando a Porto Praia, efetuou um primeiro vôo de treino no «Jahú» em companhia de João de Barros, comandante, capitão Newton Braga, navegador, e do mecânico Vasco Cinquini.

Embora desconhecesse o aparelho e jamais tivesse dirigido um hidro-avião, João Negrão saiu-se airoso dessa primeira prova, tão airoso, que os seus companheiros, confiantes no êxito do vôo, resolveram continuá-lo no mais breve prazo possível, depois de concluídos os preparativos para a longa travessia aérea. A partida realizou-se pela madrugada, quase noite ainda, e com o mar um tanto agitado.

O aparelho — é Negrão quem conta — lançou-se como um flexa em direção ao alto mar, deslizando cerca de um quilômetro, antes de perder o contacto com as águas.

Foi um instante de extraordinária emoção a bordo. Os quatro bravos brasileiros do hidro-avião, olhos mergulhados na escuridão, acompanhavam a marcha velocíssima do aparelho, recebendo no rosto os borrifos da água salgada. Quando o «Jahú» conseguiu decolar, numa ascensão suavíssima, reboou inopinadamente um grito geral de alegria, logo seguido de um viva, em uníssono, ao Brasil, viva entusiástico, espontâneo, partido dos tripulantes da nave aérea que se ia lançar naquela perigosa aventura por sobre as vagas insidiosas do Atlântico.

A travessia fêz-se com os motores em pleno regime, alcançando o «Jahú» uma velocidade que excedeu a toda es-

pectativa, pois bateu todos os recordes anteriormente estabelecidos por aviadores estrangeiros em viagens sobre aquela zona do oceano.

São sobejamente conhecidos, graças à repercussão que tiveram nas colunas da imprensa nacional, os pormenores da brilhante epopéia do «Jahú», cuja equipagem, ao atingir as terras brasileiras foi alvo das mais delirantes manifestações populares.

João de Barros, Newton Braga, João Negrão e Vasco Cinquini, assim como o mecânico naval Mendonça, que a eles se reuniu logo que tomaram contato com terras da pátria, foram recebidos como verdadeiros triunfadores.

São Paulo inteira se agitou para receber os brasileiros aviadores, rendendo-lhes homenagens, cuja pompa ainda hoje é lembrada.

E a Fôrça Pública de São Paulo, na pessoa do capitão João Negrão, compartilha dessa glória.

QUARTEL GENERAL

A Unidade Administrativa Quartel General, foi criada pelo Decreto n.º 42.266, de 30 de julho de 1963.

Compõe-se dos seguintes órgãos:

- 1 — Companhia de Comando e Ajudância;
- 2 — Secretaria;
- 3 — Formação de Intendência e Fundos;
- 4 — Formação de Saúde.

Suas atribuições são as seguintes.

- 1 — Coordenar e controlar o pessoal empregado nas atividades dos diferentes órgãos do Quartel General;
- 2 — Prever e prover os órgãos do Quartel General dos meios materiais necessários ao seu funcionamento.

O 1.º Comandante do Q.G. foi o Tenente Coronel João Salles.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA MILITAR

Em 16 de agosto de 1950, o Comandante Geral da Fôrça Pública, Cel. Eleutério Brum Ferlich, criou a Delegacia Policial Militar (abreviadamente D.P.M.) com jurisdição policial dentro da Fôrça Pública, subordinada diretamente ao Comando Geral.

A D. P. M. estavam, então, atribuídas as seguintes missões:-

- instaurar sindicâncias;
- proceder investigações;
- estabelecer policiamento preventivo e repressivo e cooperar na fiscalização da disciplina, fora dos Corpos, Serviços e Estabelecimentos;
- executar o policiamento na zona do meretrício e imediações;
- montar guarda no Quartel General
- outras que lhe fôssem cometidas pelo Cmdo. Geral.

A D.P.M. disporia, segundo essa publicação, de um contingente de praças selecionadas para a execução dos serviços.

Sua sede inicial foi na Avenida Tiradentes, n.º 1088, prédio do antigo Q.G..

Foi designado para organizar e desempenhar as funções de Delegado Policial Militar o Major José João Batal.

Em 1954, a D.P.M., passou a denominar-se Cia. Policial Aero-Transportada (C.P.A.T.), isso após a inclusão dos pára-quedistas em seu efetivo. Esses pára-quedistas, num gesto heróico, saltaram em 1953 em pleno sertão da divisa de Mato Grosso e Goiás, a fim de procurar salvar os sobreviventes de um avião sinistrado (O Presidente).

Em 1957, a C.P.A.T., voltou a chamar-se D.P.M. sob comando de um Capitão.

Com a denominação de Departamento de Polícia Militar, em 1965, teve seu funcionamento regulamentado, funcionando administrativamente subordinado ao Cmdo. da Unidade Q.G. e, funcionalmente, ao Cmdo. Geral e à Chefia do E.M., estando distribuído em vários setores, a saber:-

- Pelotão de Policiamento Especial (P.P.E.);
- Setor Reservado (S.R.);
- Patrulhamento Disciplinar Ostensivo (P.D.O.).
- Almoxarifado; e,
- Sargenteação.

É parte integrante do D.P.M. o Canil, criado em 1950, sob o nome de Pelotão de Cães Pastores Alemães. Os primeiros cães foram trazidos da Argentina em 1950 pelo Cap. Djanir Caldas e provisoriamente alojados no antigo Q.G.. Posteriormente, essas instalações foram mudadas para a Av. Cruzeiro do Sul, no local onde se encontram até hoje.

1.º BATALHÃO POLICIAL «TOBIAS DE AGUIAR»

Antes da elevação da Unidade a Batalhão

Com a criação da Fôrça Pública, em 15 de dezembro de 1831, o primeiro núcleo da Unidade então recém-criada situa-se no que, alguns anos mais tarde, teria o nome de 1.º Batalhão.

Foi praticamente, portanto, no 1.º Batalhão que se formou a atual Fôrça Pública do Estado. Naquela época, a denominação da Corporação era de Corpo Policial Permanente.

Nessa primeira fase, os componentes do Batalhão, além de seus misteres diários de mantenedores da ordem pública, incorporados a outras fôrças tomaram parte em quase tôdas as operações militares ocorridas no país, no sentido de defender sua integridade territorial ou os seus brios de nação independente.

Assim, chegamos ao ano de 1865 e à guerra com o Paraguai.

Nessa epopéia da História pátria um acontecimento marcante veio ressaltar a bravura e o heroísmo do soldado brasileiro — A Retirada da Laguna.

A coluna constituída pela tropa brasileira que, através de Mato Grosso, atingiu o Paraguai, começou a organizar-se em São Paulo e terminou seus últimos retoques em Miranda. Foi seu comandante o célebre Coronel Carlos de Moraes Camisão. Parte integrante dessa tropa eram os milicianos do Corpo Policial Permanente de São Paulo. Os homens de São Paulo, em sua maioria, eram integrantes desse Corpo, que com o correr dos anos veio a transformar-se no que agora é conhecido pelo nome de 1.º Batalhão Policial «Tobias de Aguiar».

Os nomes desses bravos da Unidade permanecem, em sua maioria, desconhecidos, dado o passar do tempo, mas, nem por isso, suas memórias foram esquecidas: uma placa «Aos mortos desconhecidos — do Batalhão — na Retirada da Laguna», está fixada na galeria dos heróis mortos no cumprimento do dever, existente no Salão Nobre do 1.º Batalhão Policial.

A elevação do Corpo a Batalhão

A 1.º de dezembro de 1891, após o advento da República, o Corpo Policial Permanente passou a denominar-se Fôrça

Militar de Polícia, e o efetivo até então existente tomou o nome de «1.º Corpo Militar de Polícia», com um efetivo de 725 homens, distribuídos em 4 companhias, inclusive 25 músicos.

Ao mesmo tempo que isso acontecia, herdando, portanto, o 1.º Batalhão, as tradições do antigo Corpo Policial Permanente, nesse mesmo dia, eram criadas mais três unidades da Força Militar de Polícia, ocasião em que nasceram os 2.º, 3.º e 4.º Corpos Militares de Polícia, mais tarde os atuais 2.º, 3.º e 4.º Batalhões.

CAMPANHAS

1894 — Campanha do Paraná — Revolta da Armada — os Federalistas:

Em 1894, o Batalhão foi incorporado à 1.ª Divisão em operações de guerra nos Estados do Paraná e Santa Catarina, a fim de combater a Revolta da Armada e os federalistas, que procuravam solapar a República recém-nascida. O então presidente do Estado assim se manifestou a respeito da Unidade:— «... que o Batalhão sempre foi, era e seria, o amigo leal e o valoroso guarda fiel das instituições.»

Não obstante a precariedade dos meios de que então se dispunha, o Batalhão não desmereceu a confiança que lhe depositava o governo. Integrando a 2.ª Brigada da 1.ª Divisão, a partir de Itararé, em marchas forçadas, percorreu as cidades de Jaguariaíba, Pirai, Castro, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro e Curitiba.

Em tôdas essas andanças, sempre combatendo, o Batalhão teve os seus mortos que, repetindo o passado glorioso, regaram com seu sangue generoso as terras dêste imenso Brasil, contribuindo com suas armas, com o sangue de seus soldados e o suor de seus componentes, para a manutenção da integridade nacional e a preservação das instituições democráticas.

1897 — Guerra de Canudos

Novamente é chamado o 1.º Batalhão a participar de outra epopéia histórica da pátria.

Nos sertões baianos, Antônio Conselheiro levanta-se em armas, pondo em perigo, novamente, a unidade da pátria e as instituições republicanas. Uniram-se os esforços de tôdas as unidades da Federação para preservar e restabelecer a ordem. Luta cruenta, duradoura e inglória, que ensanguentou

os sertões nordestinos. A representação de São Paulo no esforço comum de todos os brasileiros para debelar êsse foco de rebeldia e fanatismo foi atribuída ao 1.º Batalhão de Infantaria que, a primeiro de agosto de 1897, a bordo do vapor «Itaituba», parte para o teatro de operações. Comandava a unidade o Coronel Elesbão dos Reis, e era subcomandado pela lendária figura do Major José Pedro de Oliveira.

O 1.º Batalhão chegou à capital baiana em 7 de agosto e a 9 do mesmo mês seguiu para o sertão, percorrendo o seguinte itinerário: São Salvador a Queimadas; Queimadas a Monte Santo; Monte Santo a Canudos, chegando a Monte Santo a 23 de agosto.

No teatro de operações, passou a ser conhecido pela denominação de Batalhão Paulista. Imediatamente, passou a tomar parte nas operações de guerra, tendo sido o contingente que participou da luta final da queda do reduto de Canudos, e seus homens foram dos primeiros que nêle penetraram. Sua participação foi decisiva na luta e seu comportamento heróico. O garbo militar, a disciplina e a eficiência provocaram a admiração de todos, até merecendo especial menção do fulgurante Euclides da Cunha que, na sua monumental obra «Os Sertões», dedicou-lhe inúmeras passagens, da qual se destaca a seguinte:— «O Batalhão Paulista estava perfeito na disciplina. Cumpria as ordens que recebia com precisão verdadeiramente militar, sem delas arredar nem mesmo para se atirar à aventura mais tentadora e aparentemente de mais fácil realização. O plano de ataque do dia 1.º de outubro de 1897 demonstrou isso. Apoiada pelo Batalhão do Pará, a ala direita do Batalhão Paulista, sob o comando imediato do Coronel Elesbão dos Reis, garantiu a poucos metros do centro agitado da luta o conjunto das operações, desdobrando-se da margem esquerda Vasa Barris até as igrejas velha e nova, num extenso seguimento da linha do cêrco, enquanto a ala direita, dentro do arraial, no mais aceso da luta, dirigida pelo Major José Pedro de Oliveira, compartia os trabalhos e os perigos que rodeavam as forças assaltantes do Exército, acompanhando-as dignamente na rara e notada subordinação ao dever e na extraordinária dedicação à República.»

Tomado o reduto de Canudos e cessadas as operações de guerra, no dia 6 de outubro de 1897, o Batalhão é desligado das forças em operações. Na ordem do dia que dava o desligamento da Unidade, que regressava a São Paulo, o comandante das tropas em operações assim se manifestou sobre o Batalhão Paulista, que tantas glórias havia conquistado e que fôra uma das peças determinantes da vitória:

«Segue, hoje, a seu destino o Batalhão de São Paulo, que soube demonstrar o seu valor tôdas as vêzes que foi chamado a combater.

«Sustentando os destinos da República, ao lado do Exército, os soldados paulistas tornaram-se seus legítimos irmãos e êste Comando em nome de seus camaradas os felicita e os abraça.»

A chegada do 1.º Batalhão a São Paulo deu margem a que os paulistas de tôdas as classes sociais demonstrassem seu amor e gratidão do povo de Piratininga, prestando-lhe inescusável homenagem no seu desembarque nesta Capital, onde desfilou entre alas de populares que coalhavam o caminho a ser percorrido desde a Estação da Luz até o velho quartel do mesmo bairro. Não contentes com essa demonstração, imortalizaram na pedra através de um monumento que «O Povo Paulista Ofereceu ao Primeiro Batalhão» e que se encontra no pátio interno da Unidade, o seu reconhecimento aos mortos que foram o preço sagrado pago pelos paulistas à retomada da ordem, à consolidação da República e à preservação da integridade nacional.

A bandeira nacional, que acompanhou o Batalhão nessa campanha, encontra-se carinhosamente guardada em escrínio no Salão nobre do 1.º Batalhão, ao lado da galeria dos mortos no cumprimento do dever, nela ainda se podendo notar os rasgões e perfurações de balas, marcas adquiridas em combate.

1904 — Revolta do Quebra-Lampião:

Nêsse ano de 1904, novamente o 1.º Batalhão é chamado a participar do esforço no restabelecimento da ordem pública, no movimento também conhecido pelo nome de «Revolta do Quebra-Lampião». Por ordem do então Presidente do Estado, o Dr. Jorge Tibiriçá, segue o Batalhão para o antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro), sob o comando do Major Pedro Arbues Rodrigues Xavier. Mais uma vez o Batalhão destacou-se em missão dessa natureza, regressando a seu quartel, um mês mais tarde, sendo recebido com carinhosa manifestação popular.

Tanto brilhara a Unidade paulista no cumprimento de seu dever que chegou a conquistar a admiração do próprio Barão do Rio Branco, que se dirigiu ao govêrno do Estado expressando a sua gratidão e entusiasmo pela bravura e garbo militar das tropas de São Paulo.

1910 — Revolta dos Marinheiros da Esquadra — João Cândido

Em 1910, revolta-se a Marinha de Guerra sob a chefia do marinheiro João Cândido. Para prevenir qualquer consequência, uma ala do Batalhão, sob o comando do Major Pedro Dias de Campos, segue para Santos, com a missão de guarnecer o porto contra a ameaça de desembarque dos amotinados da Baía da Guanabara. Sufocado o levante no Rio de Janeiro, o Batalhão desliga-se do destacamento e regressa à capital onde, como sempre, recebe louvores pela sua disciplina, grau de instrução e respeito às autoridades constituídas.

1922 — Levante do Forte de Copacabana

Em 5 de julho de 1922, em consequência do levante da guarnição do Forte de Copacabana, é destacado um contingente de 200 homens do Batalhão, que segue para as fronteiras do Paraná, sob o comando do Cap. José Ferreira Leal, a fim de guarnecer as fronteiras do Estado, missão da qual, novamente, desincumbiu-se com tôda a sua tradicional eficiência.

1924 — Revolta Paulista

Em 5 de julho de 1924, estoura a revolta Paulista. O 1.º Batalhão é envolvido no centro da luta. Os elementos do Batalhão tomaram parte em tôdas as operações que se desenvolveram na capital bandeirante, participando de sangrentas e cruentas lutas de rua que se prolongaram até 25 do mesmo mês, quando as forças revolucionárias se retiraram da cidade.

1924 a 1925 — Campanha do Rio Grande do Sul — Paraná e Mato Grosso

Em novembro de 1924, parte o Batalhão para a cidade de Santos, a fim de guarnecer o litoral paulista, defendendo-o contra os revoltosos da Armada.

Poucos dias após o seu regresso de Santos, segue novamente em operações de guerra, para o Rio Grande do Sul, marchando até a cidade de Uruguaiana.

Já de regresso do Rio Grande do Sul, e depois de ter estacionado em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, ao atingir a cidade Itapetininga, recebe novas ordens, seguindo diretamente, outra vez em operações de guerra, para a cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso, onde, juntamente com o 4.º Batalhão de Caçadores, também da Força Pública,

integrou-se na formação de um Regimento de Infantaria, sob o comando do Coronel Joviniano Brandão. Dali, seguiu o Regimento para a cidade de Águas Claras, só retornando a São Paulo, em 4 de agosto de 1925, depois de haver cumprido com destaque ímpar todas as missões que lhe foram confiadas.

1926 — Campanha de Goiás

Nova campanha, demorada, cansativa e árdua em que a Unidade tomaria parte. Assim é que participou ativamente dessa campanha, partindo com destino ao sertão goiano, em 25 de junho de 1926. Nestas operações participou de vários tendo ocupado as cidades de Nova Roma, Chapéu e Campos do Rio Verde, depois de passar por Anápolis, Santa Lúcia, Formosa, Planaltina e outras localidades. Mais uma vez regressa o Batalhão à sua sede, coberto de glórias e com a sensação do dever cumprido, sendo, ainda, mais uma vez, alvo das mais carinhosas homenagens dos paulistas e das autoridades da época.

1930 — Revolução de 1930

Ainda em defesa dos poderes constituídos em outubro de 1930, seguiu em operações de guerra, para guarnecer as fronteiras do Estado, tendo ocupado Apiaí, Ribeira e Ourinhos.

Nessa campanha destacou-se o ex-comandante da unidade, o Cel. Pedro Arbues Rodrigues Xavier, que, embora reformado, ofereceu seus serviços, tendo seguido para o litoral paulista em operações de guerra. Cercado por forças adversárias, tendo esgotado todas suas munições, foi assaltado em suas posições pela força inimiga. Todavia, mesmo diante da superioridade inimiga, em munições e meios, mesmo diante do reluzir das baionetas empunhadas por mãos aguerridas e do impacto agressivo do avanço não se conseguiu quebrar a tempera e o ânimo desse valente oficial. Forjado no seio da Corporação, herdeiro de tradições centenárias de valor, assim enfrentou o inimigo, até o último cartucho de seu revólver, quando, intimado a render-se, arremessou a arma vazia contra o adversário para morrer em plena luta, sem arredar o pé, legando com suas últimas palavras nessa magnífica cena de esplendor e heroísmo, o mais belo dos exemplos: «Um velho soldado da Força Pública morre, mas não se entrega».

Tanto valor não poderia passar despercebido e o inimigo, também constituído de bons brasileiros que sabem apreciar o

heroísmo, comovido ante tanta coragem, presta-lhe, depois, todas as honras militares, fazendo desfilar seus efetivos diante do soldado morto no cumprimento do dever.

1932 — Revolução Constitucionalista

No dia 9 de julho de 1932, o povo da terra bandeirante, numa atitude consciente e nobre, clama pela volta do Brasil à constitucionalidade. O ínclito paulista Dr. Pedro de Toledo é aclamado governador do Estado. O 1.º Batalhão, representante mais legítimo do soldado paulista, também vive dentro do sentimento dessa epopéia. Zelosos que são, os componentes da Unidade, não se esquecendo de suas tradições, força e povo, com ele se irmana e segue, mais uma vez para a luta, derramando o sangue de seus filhos em diversas frentes, na defesa da causa constitucionalista.

Comandava o Batalhão o Cel. Virgílio Ribeiro dos Santos, soldado de tempera de aço e nervos de controle absoluto.

Além do setor de Cunha, o 1.º Batalhão combateu em Itatiba no setor de Campinas. Irmanado com outra Unidade da Corporação, o 2.º Batalhão — «O Dois de Ouro» — defendeu a terra bandeirante no Túnel e estabilizou a linha de frente em Cunha. Tais operações de guerra, em seu todo, custaram várias vidas preciosas para a Unidade, entre oficiais, graduados e soldados. Foram 82 dias de intensa luta.

De 1932 até nossos dias

Além dessas operações de guerra, o 1.º Batalhão desempenhou e ainda desempenha missões cotidianas, preservando a ordem pública, organizando policiamento em nossa capital, participando de todos os serviços que signifiquem a preservação da ordem, a manutenção da paz e a garantia das autoridades e poderes constituídos.

Combate ao Mal das Chagas

Na cruzada pacífica e construtiva de eliminação desse mal, vários componentes da Unidade participaram, não se podendo esquecer a contribuição inestimável de seu ex-comandante, o Cel. Paulo de Andrade Corrêa, que além de oficial combatente é médico dos mais competentes. Chamado a dar sua contribuição em ação de tanta relevância para o país, seus esforços, competência e entusiasmo colocaram-no em situação de relevo, honrando o nome da Unidade.

Erradicação do Cancro Cítrico

Nova campanha pacífica, entretanto de alto significado para a cultura e a economia do Estado, absorveu pessoal dessa unidade, fazendo-se notar como seu dirigente e organizador a figura do seu ex-comandante, o Ten. Cel. Jayme dos Santos.

Batalhão «Tobias de Aguiar»

Reconhecendo que o 1.º Batalhão representa a continuidade da Força Pública nos seus 133 anos de vida; reconhecendo que é a Unidade da Corporação que constitui o elo a ligar o passado remoto ao presente, guardião de todas as mais lídimas tradições da milícia, o governo do Estado, em 1951, quando comandava o Batalhão o Cel. José Canavó Filho, resolveu dar-lhe o nome de seu fundador, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, além de agraciá-lo com o estandarte em que constam todas as datas máximas e campanhas em que tomou parte, encerrando-se no seu escudo a representação heráldica de passado glorioso e da nobreza de sua missão, que tão bem tem sabido cumprir.

Março de 1964

A 30 de março de 1964 o 1.º B.P. «Tobias de Aguiar», entrou de prontidão, motivada pelos acontecimentos políticos que culminaram com a queda do Sr. João Goulart e a asunção do governo pelo Exmo. Sr. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Durante este período (15 dias) o Batalhão manteve-se em rigorosa prontidão, como tropa pertencente ao II Exército.

Por ordem emanada do Quartel General, 24 pelotões de choque vasculharam todos os Sindicatos de São Paulo, recolhendo vasta documentação subversiva comunista. Tal documentação era constituída de panfletos, filmes e grande quantidade de cartilhas de introdução ao regime comunista.

Conhecer sua história, ainda que resumida, é participar da história não só de São Paulo, mas do Brasil.

Sob as suas armas, com o preço do suor e sangue de seus componentes, engrandeceu-se o nome do soldado paulista.

2.º BATALHÃO POLICIAL

O aumento da população da capital do Estado e o período

agitado, pós-proclamação da República, que vivia todo o país, motivaram a Lei n.º 17, de 14 de novembro de 1891, a qual extinguiu a Força Policial Urbana e criava a Força Pública, composta de 5 Corpos Militares de Polícia e uma Companhia de Cavalaria. O 2.º Corpo Militar de Polícia é o atual 2.º B.P.

A instalação do 2.º Corpo foi efetivada a 1.º de dezembro do mesmo ano de 1891, sendo seu primeiro comandante o Cidadão Coronel RODOLFO GREGÓRIO DE AZAMBUJA.

Compunha-se o 2.º Corpo Militar de Polícia de 4 Cias., com um total de 723 homens, entre oficiais e praças, e tinha seu quartel no Campo da Luz, em São Paulo, conjuntamente com o 1.º Corpo.

O 2.º Corpo Militar de Polícia passou a chamar-se 2.º Batalhão de Infantaria, em 1892.

Durante a Revolução Constitucionalista, denominava-se 2.º Batalhão de Caçadores Paulista. Voltou a ser denominado 2.º Batalhão de Infantaria, e ainda recentemente chama-se 2.º Batalhão de Caçadores. Atualmente tem a denominação de 2.º Batalhão Policial.

Desde a sua criação, até janeiro de 1892, o Batalhão teve sua sede na Capital, passando então a Jundiaí; permaneceu nessa cidade por espaço de 4 anos, sendo então mudado seu aquartelamento para Campinas. Um ano após voltou a sede a ser instalada na Capital, onde permanece até os dias de hoje.

Referências aos quartéis ocupados pela Unidade só são encontradas a partir de 1902, quando o 2.º B.I. ocupava, conjuntamente com o 1.º B.I., o Quartel da Luz, sendo a Unidade quase toda destacada no interior do Estado, com pouco efetivo na sede. Já em 1908, era ocupado o Quartel da Rua 11 de Agosto, casarão velho e de precários recursos para acomodar a tropa.

Esta situação forçou se adquirisse aos padres Agostinianos o prédio do antigo Colégio Santo Agostinho, para que que servisse, após as necessárias modificações, de quartel ao 2.º B.I..

Em 1912, transferiu-se para lá o Batalhão, sendo o quartel inaugurado solenemente em 1917, e era considerado, então, um dos melhores da época.

Em 1936, devendo ceder seu quartel ao B.G., a Unidade transferiu seus alojamentos para a Rua José Bento, 15, no

Cambuci, onde permaneceu até cerca de 1940, quando veio a ocupar o prédio da Rua José Getúlio, 48, na Liberdade, onde até hoje se encontra. Entretanto, o primitivo prédio da Rua José Getúlio não oferecia condições necessárias para o alojamento da tropa, então sendo demolido e construído, sob a supervisão do Serviço de Engenharia da Força Pública, o quartel atual.

Nesse meio tempo, esteve a Unidade aquartelada, provisoriamente, na Rua Ribeiro de Lima e no Regimento «9 de Julho», então R.C..

O prédio em que agora se encontra foi inaugurado em 25 de janeiro de 1953.

CAMPANHAS

Revolta da Armada

A 6 de setembro de 1893, o 2.º Batalhão, sob o comando do Ten. Cel. Alberto Júlio Ribeiro de Barros, deslocou-se para Santos a fim de combater, pela República, os insurreitos da Armada. Ali no dia 20, o soldado João Baltazar de Souza foi ferido por estilhaços de granada quando combatia no Forte Augusto.

Campanha do Paraná

A 28 de abril de 1894, com efetivo de 600 homens, embarcou no navio São Salvador (ainda comandado pelo Ten. Cel. Alberto de Barros) para o Paraná. O Batalhão retornou a São Paulo, em 14-1-1895, tendo cumprido missões importantes no Sul do país, em perseguição a revolucionários que se antepunham ao governo do marechal Floriano.

Revolta do Quebra-Lampião

A 15 de novembro de 1904, o Batalhão seguiu para o Rio de Janeiro, onde se alojou no quartel da rua Evaristo da Veiga. Compunham a expedição 263 praças e 17 oficiais, sob o comando do Major Ayres de Campos Castro. Foram grandes os serviços da Unidade no restabelecimento da ordem. A 14 de dezembro retornava a São Paulo o contingente do 2.º Batalhão.

Coluna do General Clodoaldo

A 8 de julho de 1922 recebeu o Ten. Cel. Afro Marcondes de Rezende comunicação da deflagração de um mo-

vimento revolucionário em Mato Grosso, sob a chefia do General Clodoaldo da Fonseca. Imediatamente foi o Batalhão mobilizado, com a finalidade de guarnecer a fronteira com aquela Unidade da Federação. A tropa empregada pelo 2.º Batalhão nessa campanha foi de 255 praças e 21 oficiais. Vinte dias após, retornou a São Paulo, tendo bastante relêvo as missões que cumpriu em conjunto com o destacamento do Coronel Potiguara, do Exército na cobertura da zona noroeste do Estado, desde Baurú até o rio Paraná.

Revolução de 1924

Em 5 de julho de 1924, deflagrou na capital do Estado um movimento revolucionário sob a inspiração do General Isidoro Dias Lopes. O Quartel do 2.º Batalhão foi ocupado pelos revoltosos, sua tropa espalhada e sem comando imediato. O Ten. Cel. Afro Marcondes de Rezende foi designado para comandar o Batalhão.

Operações no Paraná

A 29 de outubro de 1924, o 2.º Batalhão recebeu ordens para partir para Ponta Grossa, Estado do Paraná, a fim de unir-se às forças do General Cândido Mariano Rondon, em ação contra revolucionários fugidos de São Paulo e que tomavam rumo ao Sul do país. Levava o Batalhão 397 homens, sendo 30 oficiais, sob o comando do Ten. Cel. Afro Marcondes de Rezende. A 2 de setembro de 1925, retornou o 2.º Batalhão tendo desembarcado na estação de Quitaúna, após quase 11 meses de lutas. Na campanha salientaram-se os combates de Rocinha, Catanduvas, Formiga, Tormentinhas e outros, onde morreram muitos de seus componentes. A ação do Batalhão se prolongou até a Foz do Iguaçu, por onde os revoltosos abandonaram o país.

Revolução de 1930

A 4 de outubro de 1930 o 2.º Batalhão, sob o comando do Ten. Cel. Herculano de Carvalho e Silva, partiu para Itararé, a fim de guarnecer as fronteiras com o Paraná, em decorrência do movimento armado para depor o presidente Washington Luiz Pereira de Souza. A 24 do mesmo mês, já deposto o presidente, não havendo prosseguimento da luta, a tropa retornou a suas atividades normais de policiamento.

Revolução de 1932

Deflagrada a Revolução Constitucionalista de 1932, já a

10 de julho o 2.º Batalhão, sob o comando do Coronel Herculano de Carvalho, seguia para Quitauína para dar combate às forças do Exército ali aquarteladas. Não houve luta, pois o pessoal do Exército aderira ao movimento. No mesmo dia, seguiu o Batalhão para Moji das Cruzes, onde acantonou no 1.º Grupo Escolar. A 13, seguiu para São José dos Campos, destacando frações em Paraibuna. A 15, transportou-se o Batalhão para Cruzeiro, de onde seguiu para guarnecer a Zona do Túnel.

Com a cessação das hostilidades, em fins de setembro, a tropa retornou às suas ocupações normais.

Com a morte do general Salgado, em 23-7-1932, assumiu o Comando Geral da Força Pública, o Coronel Herculano, que foi substituído no Comando do 2.º Batalhão pelo Ten. Cel. Otaviano Gonçalves da Silveira.

Dias atuais

Após o interregno da II Grande Guerra Mundial, em que o 2.º Batalhão teve missões de vigilância em grande área da capital, e com o incessante crescimento da Corporação, a Unidade chegou aos dias de hoje com a denominação de 2.º Batalhão Policial, sempre desempenhando serviços policiais.

Hoje é responsável pelas Circunscrições Policiais, localizadas na Zona Leste 10.a C.P. — Penha; 21.a C.P. — Vila Matilde; 30.a C.P. — Tatuapé; 31.a C.P. — Vila Carrão; cada uma delas suprida por uma Companhia. Tem ainda a Unidade mais duas subunidades: Cia. de Cmdo. e Cia. de Policiamento Tático Móvel.

3.º BATALHÃO POLICIAL

Criado numa época de intranquilidade no Estado, a 26 de junho de 1931, e sob as piores condições possíveis de alojamento, de material e de pessoal, nem por isso deixou o novo Batalhão de projetar-se, com brilho, no seio da Força Pública.

Tudo lhe foi desfavorável, desde o início, para instalar-se.

Destinavam-lhe na Capital, provisoriamente, uma parte do edifício da Imigração.

Batizado com o nome de 8.º B.C.P., não obteve a confirmação, e poucos meses depois, deram-lhe o nome que até hoje conserva.

Mal completara um ano de vida, a jovem Unidade foi envolvido pelo turbilhão patriótico da Revolução de 1932.

Os seus quadros foram completados às pressas e, a 15 de julho daquele ano glorioso, embarcou com destino a Ribeirão Preto.

Durante a luta, o Comando do 3.º B.P. e a maior parte da Unidade mudaram várias vezes, de acordo com o desenvolvimento das operações de guerra.

Assim, em Ribeirão Preto, de 16 de julho a 29 de agosto, foram ocupados os Segundo Grupo Escolar e a Casa de Divisões Antártica Rink.

Depois, passou um dia em Mocóca, no Grupo Escolar; a seguir em Caconde; por fim, aguardando ordem para entrada na Capital, acantonou em Campinas, no Colégio Salesiano, e daí embarcou de regresso para a capital, onde ficou acantonado no Grupo Escolar do Pari.

Nunca mais retornou ao seu quartel, na Imigração. Durou 12 dias, apenas, a permanência do jovem Corpo em São Paulo, pois a 16 de outubro embarcava para Ribeirão Preto, onde aquartelou na velha sede do Destacamento Policial, na rua São Sebastião.

Mas, o seu destino era, sempre mudar de aquartelamento.

Depois de 10 anos na cidade de Ribeirão Preto, mudou-se o B.P. para Santa Teresa, a 9 de maio de 1942, ali permanecendo até 17 de fevereiro de 1944.

De fevereiro até 15 de julho de 1944, o 3.º B.P. ficou novamente instalado em Ribeirão Preto, no velho e conhecido quartel, e dali embarcou a 16 de julho, daquele ano, para Batatais, onde estacionou até 31 de outubro de 1947, quando retornou a Ribeirão Preto, à rua General Osório, no prédio da Sociedade Dante Alighieri. Dali passou para o quartel definitivo que ora ocupa.

Supre atualmente, 60 destacamentos policiais, localizados em vasta e importante área do Oeste paulista.

Foi seu primeiro comandante o Ten. Cel. João Ferreira Leal.

4.º BATALHÃO POLICIAL

O 4.º Batalhão foi criado em 1.º de dezembro de 1891, com a denominação de 4.º Corpo Militar de Polícia, tendo sua

primeira sede localizada no Quartel da antiga Alfândega, à rua Américo Brasiliense, Pari — capital.

De construção sólida, com forma de chalé, porém, dispunha de poucos cômodos, inadequados para alojar condignamente um Batalhão.

Devido à precariedade das acomodações, foram construídos 2 cômodos, destinados aos gabinetes do Comando e Subcomando. Até o ano de 1910, o 4.º B.C. ocupou esse aquartelamento, e a 18 de maio, passou para o bairro da Luz.

Dentro de muito pouco tempo, voltou o 4.º B.C. a ocupar seu primitivo aquartelamento à rua Américo Brasiliense.

Ai permaneceu até o ano de 1913, transferindo-se, em seguida, para o edifício situado na Alameda Barão de Piracicaba. As instalações dêste novo quartel eram, porém, mais acanhadas do que as existentes na rua Américo Brasiliense, não dispondo do menor conforto. Nessa época, o governo do Estado resolveu arrendar por 5 anos o prédio n.º 74 da Avenida Tiradentes, para servir de quartel ao 4.º Batalhão.

O prédio acima mencionado foi, até pouco tempo atrás, ocupado pelo Q.G. e aí o 4.º B.C. permaneceu até janeiro de 1923, passando em seguida para o quartel do Corpo Escola que se transferira para a antiga Penitenciária do Estado.

As instalações deixadas pelo Corpo Escola, transformado nesse ano em Batalhão Escola, satisfaziam regularmente e ficavam também na Avenida Tiradentes.

Durante quatro anos e meio, o 4.º Batalhão esteve instalado nesse novo aquartelamento, até se transferir definitivamente, para Baurú, no dia 6 de setembro de 1927.

A princípio, dispunha somente de uma grande área de terreno, com um barracão de madeira com 50 metros aproximadamente, tendo mais adiante outro barracão menor que foi transformado em rancho do Batalhão.

Devido à falta de acomodações suficientes para um Batalhão, houve necessidade de serem alugadas duas casas, uma para a administração e outra para reservas das Companhias, ambas situadas na rua Araújo Leite, naquela cidade.

A 27 de abril de 1928, foi lançada a pedra fundamental do prédio destinado à administração, que dentro de alguns meses estava pronto, possibilitando que, no começo de 1929, o Batalhão passasse a ter todos seus órgãos centralizados.

No ano de 1937, foi construído pelo Serviço de Engenharia o atual aquartelamento, com todos os requisitos modernos.

REVOLUÇÃO DE 1922

Em virtude do movimento insurreto iniciado a 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, com ramificação em Mato Grosso, o 4.º Batalhão reuniu em sua sede um «Batalhão de Guerra», constituído de 617 homens perfeitamente armados e municiados. Esse dispositivo conservou-se durante 15 dias aquartelado, com «ordem de marcha», apenas aguardando oportunidade para seguir para zonas de operações.

REVOLUÇÃO DE 1924

Na madrugada de 5 de julho de 1924, o Regimento de Cavalaria, sob o Comando do Major Miguel Costa, revoltou-se, bem como outras Unidades, nos quais foram presos os que não aderiram ao movimento. O próprio Comandante Geral fôra aprisionado em sua casa. A revolução tinha âmbito nacional, sob a inspiração do Gen. Isidoro Dias Lopes.

O 4.º Batalhão, com sede na Av. Tiradentes, foi, na madrugada daquele dia, ocupado por tropa revolucionária, do Exército. Os componentes da Unidade, que haviam pernoitado no quartel e que não se solidarizaram com o movimento, foram presos e removidos para o R.C..

O 4.º Batalhão foi libertado, logo a seguir, pelo Gen. Abílio de Noronha, comandante da Região, que pessoalmente, num lance de grande audácia e aproveitando-se da indecisão do momento, determinou aos soldados do Exército que se recolhessem ao quartel de Santana. Transformou-se então o 4.º Batalhão num baluarte legalista, incrustado em zona totalmente nas mãos dos sediciosos. A resistência durou até o dia 9, quando as forças legais, inclusive a sede do governo, transferiram-se para o bairro de Guaiaúna, onde recompuseram suas tropas para retomada da cidade.

Comandava o 4.º Batalhão, na época, o Major Arthur de Paula Ferreira, contudo os trabalhos de defesa couberam a um pugilo de oficiais sob o comando do Cap. Pedro de Moraes Pinto. A ação do Gen. Abílio de Noronha, retomando o quartel logo após sua ocupação pelos revolucionários, permitia a prisão dos Cap. Índio do Brasil e Távora, expoentes do movimento.

Ao terminar o mês de julho, findou-se também a intenção, restando a perseguição aos rebeldes, que se arrastou por muito tempo. Nessa perseguição tiveram papel saliente as

frações do 4.º Batalhão destacadas na Zona da Mojiana, realçando-se as ações desenvolvidas em Pinhal, São João da Boa Vista, Itapira, Jaguari, e Jacutinga (M.G.).

1925 — PERSEGUIÇÃO AOS REVOLTOSOS

A 9 de maio de 1925, uma Cia. de Infantaria do 4.º Batalhão seguiu para a divisa de Mato Grosso, para operação contra os revoltosos remanescentes de 1924. A tropa, denominada 4.º Batalhão de Guerra, estava sob o Comando do Major Antenor Pereira, tendo posteriormente assumido o comando o Major Joaquim de Araújo Souza. O Batalhão fazia parte do 1.º Regimento de Infantaria, à cuja frente estava o Cel. Joviniano Brandão, da Fôrça Pública.

Parte da tropa regressou a São Paulo em 22 de agosto, outro contingente em 10 de novembro, tendo um grupo de combate permanecido até os primeiros dias de janeiro do ano seguinte, em Três Lagoas.

1926 — PERSEGUIÇÃO AOS REVOLTOSOS — GOIÁS

Ainda sob o comando do Major Antenor Pereira, o 4.º Batalhão, como parte do 3.º Regimento de Infantaria, seguiu para Goiás a 3 de agosto de 1926, levando 474 homens, dos quais 16 oficiais. O 8.º Batalhão agia em conjunto com o 4.º em Goiás, tendo o coronel Eduardo Lejeune assumido o comando do último.

A 24 de outubro, parte da tropa retornava a São Paulo, inclusive toda a administração da Unidade. Foi então considerando Destacamento Expedicionário o restante das tropas ainda em Goiás, sob o comando do Cap. Pedro Prado Júnior.

Antes que se escoasse o ano de 1926, terminaria a ação bélica do 4.º Batalhão, que escreveu páginas épicas em Vianópolis, Barranca do Rio Corumbá, Santa Luzia, Formosa, São José do Tocantins e outras localidades do sertão goiano.

REVOLUÇÃO DE 1930

Desde 4 de outubro de 1930, esteve o 4.º Batalhão em preparativos bélicos, visando à defesa da legalidade, porquanto irrompera movimento insurrecional em todo o território nacional.

As tropas da Unidade, destacadas em vasta zona do interior, foram reunidas nas sedes de suas subunidades.

O Batalhão era comandado pelo Major João Dias de Campos.

Logo no dia 6, seguiu para Itararé, a fim de juntar-se ao 2.º Batalhão, ao comando do Ten. Cel. Herculano de Carvalho e Silva, a 1.ª Cia. do 4.º Batalhão, sob o comando do 1.º Ten. Aldrovando de Andrade. O 4.º Batalhão destacou ainda frações de tropa para guarnecer outras partes das divisas com Mato Grosso, Paraná e Minas Gerais, sendo de se realçar o envio de uma Cia. de Metralhadoras Pesadas para Ourinhos, sob o comando do Cap. Sanckler de França. A 3.ª Cia. operava em Igarapava, a 2.ª em Barretos a 4.ª em Jupiá.

No dia 18, houve acirrados combates nos portos de Antunes e Guaíra, no rio Grande, contra tropas mineiras.

A 24, eram cessadas as hostilidades, recolhendo-se o Batalhão a suas atividades de rotina.

REVOLUÇÃO DE 1932

O 4.º B.C., então 9.º Batalhão de Caçadores Paulista, com sede em Baurú, recebeu ordens de se deslocar com destino a Santo Antônio, em virtude do Movimento Constitucionalista que irrompeu em São Paulo. Em Avaré foi engrossado por voluntários que constituíram o Batalhão Patriótico de Avaré. O Batalhão fez parte do Destacamento do Coronel Pedro Dias de Campos, encarregado da linha Itaporanga a Ourinhos, numa frente de 70 quilômetros e posteriormente prolongada a Porto Tibiriçá.

Salientou-se em todos os combates em que esteve empenhado.

O Destacamento foi dividido em 5 grupos:- 1.º Bom Sucesso — Destacamento de Itai e Belo Monte; 2.º, Iguaçu — Chavantes; 3.º Ourinho — Palmital; 4.º, Palmital — Parana-guaçu; 5.º, Presidente Wenceslau — Porto Velho.

Ao terminar o movimento, regressou a São Paulo a 20 de outubro, passando a chamar-se 4.º B.C..

A Unidade regressou a Baurú em 25 de outubro.

O 4.º Batalhão tem sua zona de destacamento na faixa do Estado compreendida pelas Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, Sorocabana, Paulista, Araraquarense, Douradense e Companhia Barra Bonita.

Durante o transcorrer do mês de março e início de abril do ano de 1964, a Unidade se viu em permanente estado de alerta, tendo em vista os vários acontecimentos nacionais.

O 4.º B.P., em consonância com o movimento revolucionário, articulou sua tropa, no sentido de garantir à população civil suas fontes de abastecimento e sobrevivência.

A Unidade dentro de sua área possui 39 destacamentos e seu primeiro comandante foi o Major Artur da Fonseca Ozorio.

5.º BATALHÃO POLICIAL

Desde a sua criação, prestou à Fôrça Pública do Estado de São Paulo, relevantes serviços à Pátria. Tem a sua história cheia de episódios grandiosos, em que sempre se patenteou o amor à disciplina, ao cumprimento do dever, e mais ainda, o amor sincero às causas da nossa terra.

O 5.º Batalhão, com alguns anos apenas de existência, já prestou a São Paulo e ao Brasil serviços de grandes valor. Muito do progresso da terra bandeirante se deve ao esforço dos soldados esquecidos no passado, que foram os primeiros homens do 5.º B.P.. Muitos já morreram, muitos outros aí estão para nos contar de como foram belas as páginas escritas pelas baionetas do 5.º, nas ruas de São Paulo, em 1924, nos ínvios sertões baianos, em 1926, nas epopéias gloriosas de 1930 e 1932.

Em tôdas essas ações de guerra o 5.º B.P., soube se portar à altura do nome que possui. Seus mortos gloriosos são a tradição perene do valor do soldado paulista.

Foi criado em 17 de dezembro de 1912, tendo como primeiro comandante o Ten. Cel. Arthur da Graça Martins.

O Batalhão foi inicialmente instalado no prédio da rua Vergueiro, conhecido por «Quartel do Vergueiro».

Em 11 de outubro de 1932, o 5.º B.P., foi localizado em Taubaté.

A Unidade dentro de sua área possui 35 destacamentos e na sede da Unidade funciona a Companhia Escola de Sargentos.

6.º BATALHÃO POLICIAL

A 29 de dezembro de 1896, era fixado o efetivo da Fôrça Pública do Estado para o exercício de 1897, prevendo uma Companhia de Guarda Cívica para a Capital e um Corpo com a mesma denominação para o interior. Para o ano de

1898, continua a Companhia da Guarda Cívica da capital sem alteração e a Guarda Cívica do Interior permanece com o mesmo efetivo, com dez Secções, com sede nas seguintes cidades: São Paulo, Taubaté, Guaratinguetá, São Carlos do Pinhal, Rio Claro, Moji Mirim, Ribeirão Preto, Itú, Botucatu, e Itapeatinga.

Neste mesmo ano são promulgados os decretos que regulamentam as referidas Guardas Cívicas.

Em 1898, a Companhia da Guarda Cívica da capital tem o seu efetivo elevado, visto que o número de Vigilantes aumenta para duzentos. Continuando a crescer, em fins de 1912, vê suas fôrças constituírem-se no Primeiro e Segundo Corpo da Guarda Cívica. Esses Corpos passaram a denominar-se em 1925, respectivamente, Sexto e Sétimo Batalhões de Infantaria, o 6.º B.I. com o efetivo de 1.105 homens, distribuídos em quatro Companhias de Infantaria e uma Companhia de Metralhadoras, aquartelado na Várzea do Carmo, onde hoje é a sede da 7.ª Cia. de Guardas do Exército.

Em 1932, como o 6.º B.C., é fixado com um efetivo de 544 praças e 22 oficiais, comportando três Companhias de Suzileiros, uma Companhia de Metralhadoras e o Pelotão extranumerário.

Serviço de Policiamento

O 6.º B.P., com sua sede em Santos, além de guarnições, guardas a indústrias e estabelecimentos comerciais, tem a seu cargo numerosos destacamentos policiais, localizados em municípios da faixa litorânea do Estado.

Nos primórdios da sua fundação, como Guarda Cívica da capital, sua missão era policiar a parte central da cidade.

Em 1924, sob o título «Movimento Sedicioso» a ordem do dia n.º 137 de 7-VII-1924, faz público que perduravam os acontecimentos que tiveram início na Capital dia 5 de julho, promovidos por elementos da Fôrça Pública e do Exército, que procuraram surpreender os Corpos da Luz — Primeiro e Segundo Batalhões, Corpo Escola e Regimento de Cavalaria.

Entre os Corpos fiéis ao governo destaca-se o Primeiro Corpo da Guarda Cívica, e é a seguinte a proclamação do seu comandante, Tenente Coronel Alexandre Gama, na Ordem do Dia já citada: «Avante, pois, bravos oficiais e soldados. O nosso lugar é nas linhas de fogo em defesa da legalidade. Coragem e confiança na ação do nosso patriótico governo, porque

só assim poderemos voltar amanhã aos nossos lares, de frente erguida, com a consciência tranqüila de quem tem cumprido o seu dever.»

No dia quatro de julho o Primeiro Corpo da Guarda Cívica possuía um efetivo de 739 homens, distribuídos pelas Companhias aquarteladas, a primeira no quartel da Várzea do Carmo, a segunda na Liberdade, a terceira no Cambuci, e a quarta na Consolação.

Dêse efetivo, 230 permaneceram no Quartel Central, de refôrço na Polícia Central e 135 no Pelotão de Inspeção e o restante em outros destinos.

Dia cinco, à noite, foram fechados os postos policiais da Consolação, Glória, Cambuci e Liberdade, reunindo-se os homens no Quartel Central.

O comandante Alexandre Gama, por ordem do Tenente Coronel Pedro Dias de Campos, investido nas funções de Comandante Geral, assumiu a direção de defesa do Quartel Central da Guarda Cívica, onde havia grande estoque de munição e armamento.

Aí foi organizado um serviço de resistência, com o fim de impedir que os revoltosos do Brás atingissem o centro da cidade, prevenir possível incursão deles pelas margens do Tamaquateí e várzea da Moóca, e manter a necessária ligação com o centro da cidade para que nada faltasse às tropas legais.

Durante os dias 5 até 9 pela manhã, foi assegurado constante fornecimento de armas e munições às tropas do centro e três contingentes foram enviados para a Polícia Central.

A resistência nesses dias no setor do Quartel Central conservou-se inalterável, mantendo-se a tropa sempre a postos, e, não obstante a intensidade da ação ofensiva do inimigo, nunca deu mostra de desânimo.

No dia 9 de julho, os homens do Primeiro Corpo da Guarda Cívica foram quase todos incorporados ao Primeiro Batalhão de Guerra da Brigada da Fôrça Pública, cujo comando foi confiado ao Tenente Coronel Jovinião Brandão.

Quanto às praças, segundo conceito do referido comandante, no setor do Quartel Central, de 5 a 9 de julho, não obstante tratar-se de homens de certa idade, na sua maioria estranhos ao serviço de campanha, excederam em dedicação, disciplina, espírito de lealdade e sacrifício em tôdas as ocasiões.

O Tenente Coronel Alexandre Gama, uma vez organizada a Brigada da Fôrça Pública em Vila Sekler, passou a comandar o comboio e trem de combate até ao fim das operações, em 28 de julho, data na qual se dá o regresso ao Quartel.

Em 1930, comandava o Sexto Batalhão de Infantaria o Tenente Coronel Juvenal de Campos Castro. De uma Ordem do Dia, de outubro daquele ano:-

«À noite de três do corrente, tendo-se verificado a existência de um movimento sedicioso, no Estado de Minas Gerais e outros visando uma invasão ao Estado de São Paulo, esta Fôrça, por determinação do govêrno dêste Estado, teve ordem para mobilizar e conservar-se de rigorosa prontidão, a fim de, em cooperação com tropas do Exército, impedir a invasão e defender o govêrno legalmente constituído. Essa ordem foi desde logo posta em execução, procedendo-se à concentração de todos os elementos da Fôrça. As Corporações localizadas nesta Capital, devem ser agrupadas nos quartéis respectivos e as do interior do Estado nas suas respectivas sedes».

Logo no dia 5, as primeiras tropas do 6.º Batalhão de Infantaria, embarcaram com destino a Campinas, sob o comando do Major Álvaro Martins.

O efetivo era de 16 oficiais e 358 praças, distribuídos em três companhias de Fuzileiros e uma de Metralhadoras pesadas.

De Santos partiram vários pequenos contingentes, não excedendo nenhum de dez praças para Cananéia, Iguape e Juiú.

Praças do 6.º B.I. guarneceram ainda localidades de Itaporanga, Igarapava, Guaxupé e Apiaí.

No dia 15, seguiu para Itararé um Batalhão, sob o comando do Tenente Coronel Juvenal de Campos Castro, com um efetivo de 11 oficiais, 1 aspirante e 494 praças.

A 24 de outubro, foram suspensas as hostilidades. Em consequência, tornou-se desnecessária as medidas em prática, sendo suspensas as incorporações de emergência e determinada a desincorporação de oficiais e praças reformados, comissionados e civis.

Procedeu-se, também, ao recolhimento à sede do B.I. dos elementos em operações nas diferentes localidades do Estado.

Era comandante do 6.º B.C. em 1932, o Tenente Coronel Índio do Brasil.

Iniciada em 9 de julho de 1932 o movimento revolucionário em prol da imediata volta do país ao regime constitucional, liderado por São Paulo, recebeu o comando do 6.º B.C. ordens para mobilizar o Batalhão, procedendo-se em consequência dessa ordem, ao imediato recolhimento à sede da Unidade — rua Frederico Alvarenga, n.º 1 — de todo o efetivo esparsos em policiamento e destacados em postos policiais das diversas circunscrições da capital e demais localidades do interior do Estado.

A 2.a Cia. achava-se destacada em Santos, cidade essa considerada um setor de real importância, o que determinou que ali permanecesse.

À tarde do dia 9, a 1.a Cia. embarcou com destino ao Alto da Serra, passando ao comando o Major Costa Reis, que chefiava todos os contingentes da Fôrça Pública ali em operações.

No dia 11, o restante do Batalhão embarcou para Santos, onde chegou às dezoito horas, ficando todo o pessoal alojado na «Escola de Aprendizes de Marinheiros».

Organizou-se imediatamente o serviço de segurança do acantonamento, enquanto a 4.a Cia. transportou-se para o Alto da Serra, onde, na estrada de rodagem que ligava São Paulo a Santos, ocupou posições, ficando o setor compreendido ao longo dos planos inclinados da S.P.R. entregue ao contingente da 1.a Cia.

Guarujá, Bairro do Monte Cabirão, São Vicente e outros pontos de Santos, militarmente considerados de importância, já haviam sido ocupados alguns dias antes por elementos da 2.a Cia. e da milícia cívica de Santos.

Nesse mesmo dia o serviço de saúde do B.C. procedeu ao saneamento dos diversos canais da cidade, a fim de imunizar a tropa contra a malária.

A vigilância de algumas localidades do litoral, também esteve afeta ao 6.º B.C..

Assim, a 14 de julho, ocupou as vilas de Itanhaém e Samaritã além de irradiar sua vigilância sobre Registro, Jacupiranga e Xiririca.

Tôdas as praças que compunham os destacamentos de São Sebastião, Vila Bela, Ubatuba, e Caraguatatuba, foram incorporadas as que se achava no Alto da Serra.

Do movimento de tropa do dia 21, constou a substituição do destacamento que operava no Alto da Serra, e o seguimento para a capital em operações de guerra, da segunda companhia num total de 122 homens, com destino a Buri.

Em operações de guerra, seguiu para Itararé a primeira Companhia com cento e vinte homens.

Para Sete Barras, o segundo Tenente Luiz dos Santos com 40 praças.

Além desses contingentes, alguns oficiais operavam em Cruzeiro, Brotas e na Coluna Romão Gomes.

A 30 de setembro, cessadas as hostilidades, recebeu o Comando ordens para determinar o recolhimento à Unidade de todos os contingentes que a ela pertenciam.

Morte de um Bravo

Comandou o Primeiro Corpo da Guarda Cívica, depois 6.º Batalhão de Caçadores, de 1-2-1913 a 3-9-1917, o Tenente Coronel Pedro Arbues Rodrigues Xavier.

Em setembro de 1917, foi reformado, para voltar mais tarde, em 1930, para tombar como herói, em defesa do poder constituído.

Apresentando-se às autoridades, sem tropa disponível, com alguns graduados, parte para a região de Iguape-Cananéia, onde reúne seu Batalhão de voluntários.

Sua missão era defender o extremo sul do Estado, junto ao Paraná, pois que a ação principal talvez se desenvolveria nas frentes de Ribeira e Itararé.

Soldados risonhos, armamentos deficientes, munição escassa, eis os meios para cumprir a sua missão.

Em Itapetingui é instalado o seu P.C., pouco afastado de Cananéia.

No dia 23 de outubro, cercado com 10 homens dos quais tombaram 7 mortos e três feridos, Pedro Arbues enfrenta o inimigo superiormente armado e mais numerosos.

Intimado a render-se, atirando o revólver sem munição, exclama:

«Um velho soldado da Fôrça Pública morre, mas não se entrega».

Dias Atuais

A 17 de julho de 1950 houve mudança do 6.º B.C. para o seu quartel situado na Avenida Joaquim Montenegro, 345,

em Santos. Anteriormente, ocupara o prédio antigo do Cassino Miramar, na Avenida Conselheiro Nébias, 845.

O 6.º B.P. é encarregado do policiamento de Santos e da faixa litorânea.

A Unidade, dentro de sua área, possui 8 destacamentos.

O primeiro comandante do 1.º Corpo da Guarda Cívica foi o capitão Benedito Joviano e após a transformação em 6.º Batalhão foi seu 1.º comandante o Coronel Alexandre Gama.

7.º BATALHÃO POLICIAL

Em 15-1-1913, a Guarda Cívica da Capital, passou a constituir os 1.º e 2.º Corpos da Guarda Cívica, ao ser reorganizada por Lei de 12-12-1912. O 2.º Corpo da Guarda Cívica, com o efetivo de 842 homens, tinha como atribuição o policiamento na Capital e, apesar de pertencer à Fôrça Pública, tinha a denominação de Corpo e o uniforme diferente.

Desde sua criação, esteve aquartelado no casarão do Parque D. Pedro II, bem próximo às antigas ruas Tabatinguerra e do Hospício; aquela, ainda hoje existente com o mesmo nome e, a outra, com o nome de Nioac. Constitua-se de quatro Companhias, as quais, para melhor eficiência no serviço, eram instaladas nos seguintes bairros da Capital:— 1.a Cia., na Luz; 2.a Cia. no Brás; 3.a Cia. na Santa Ifigênia, à rua dos Andradas, 27; e 4.a Cia., na Moóca, na rua do mesmo nome, n.ºs 310 e 312.

O policiamento de outros bairros da capital eram providos pelo 1.º Corpo da Guarda Cívica, depois denominado 6.º B.I..

O 2.º Corpo da Guarda Cívica tomou parte na Campanha de 1924 com uma Cia. de Fuzileiros e um Pelotão de Metralhadoras, combatendo os rebeldes no Estado de Goiás.

A partir de 1.º-1-1925, o 2.º Corpo de Guarda Cívica passou a denominar-se 7.º Batalhão de Infantaria, com o efetivo de 1.105 homens.

Então envergando o mesmo uniforme da Fôrça Pública e com a mesma missão, teve seu efetivo reforçado com a incorporação de 206 legionários.

Ao se constituir Batalhão de Infantaria, o Corpo, que tinha por missão precípua o policiamento, passou a receber instrução militar, aprimorando-se cada vez mais, não só intelectualmente, através dos rudimentares regulamentos da época, mas, também, dando regalias diversas aos seus componentes.

Em 14-4-1927, o Batalhão, juntamente com a 4.a Cia. e Cia. de Metralhadoras, transferiu-se para o prédio da rua Major José Bento, 132, no Cambuci, que era ocupado até então pelo 3.º B.I. ficando as demais Cias. (1.ª, 2.ª e 3.ª), nos bairros supracitados até o ano seguinte, quando então juntaram-se à sede do Batalhão, no Cambuci.

Ao substituir o 3.º B.I., o 7.º Batalhão passou a fornecer elementos para os destacamentos do interior, até então providos por aquele 3.º B.I., destacando destarte a 4.a Cia. para a cidade de Campinas.

Em 1931, o 7.º B.I. passou a denominar-se 7.º Batalhão de Caçadores Paulistas, com o efetivo de 999 homens, constituído das mesmas Companhias, acrescidas de um Pelotão Extranumerário.

Após a Revolução Constitucionalista, o 7.º B.C.P. transferiu-se para a cidade de Itapetininga, tendo suas subunidades inicialmente instaladas nas seguintes cidades do interior:— 1.a Cia, em Botucatu; 2.a Cia., na cidade de Faxina (atual Itapeva); e a 3.a Cia., em Santa Cruz do Rio Pardo.

Em 20-2-1935, o 7.º B.C. mudou-se de Itapetininga para Sorocaba.

Em 5-10-1938, inaugurou-se o novo prédio do 7.º B.C., tendo a Unidade imediatamente ocupado suas instalações, na rua Manoel Bento Ribeiro, 209 — Alto do Cerrado.

É responsável pelo policiamento de região bastante importante. Emprega seu efetivo em destacamentos policiais, localizados no setor Sul do Estado.

A Unidade, dentro de sua área, possui 46 destacamentos, e a Escola de Formação de Soldados.

O primeiro comandante do 2.º Corpo da Guarda Cívica foi o Tenente Coronel Antonio de Carvalho Sobrinho e do 7.º Batalhão foi o Tenente Coronel Conrado Pinto de Siqueira.

8.º BATALHÃO POLICIAL

O atual 8.º B.P. foi criado em 1901, de acôrdo com a Lei n.º 776, de 28 de junho, recebendo a designação de 3.º Batalhão de Infantaria e com um efetivo de 21 oficiais e 1.223 praças.

Por ocasião de sua criação, instalou-se o Batalhão na antiga rua do Quartel, hoje 11 de Agôsto, na capital paulista.

Foi designado como seu primeiro comandante o Major Aires de Campos Castro, até então fiscal do extinto Corpo

Policial do Interior, o qual assumiu o comando do 3.º B.I em data de 8 de agosto de 1901, data essa em que se comemora o aniversário da Unidade.

A 5 de julho de 1922, o Batalhão ficou de rigorosa prontidão, em virtude da comoção intestina irrompida no Distrito Federal com ramificação no Estado do Rio de Janeiro e Mato Grosso.

A 11, seguiram para Itararé e Pôrto Tibiriçá dois contingentes do Batalhão, formados por elementos destacados naquelas zonas, os quais regressaram a 28, sendo referidos contingentes dissolvidos, retornando seus elementos para os destacamentos respectivos.

A 5 de julho de 1924, com o levante revolucionário irrompido na capital do Estado, chefiado por oficiais do E.B. e da F.P., foi o Batalhão mobilizado, fazendo recolher à sede os seus elementos destacados, ficando o Btl. ao lado do governo constituído. Durante a permanência dos revolucionários na capital, empenhou-se a Unidade em diversos combates de rua, nos bairros do Cambuci, Vila Prudente e Ipiranga, tendo em suas fileiras diversos elementos mortos e feridos.

A 16 de janeiro de 1926, o Batalhão com todo o seu efetivo e sob o comando do Ten. Cel. Artur de Godoi, o qual faleceu na cidade de Itiúba, Estado da Bahia, embarcou no vapor «Cuiabá» em Santos, com destino ao Norte do país. A 16-1, o vapor levantou ferros, ancorando a 25 em Fortaleza, Estado do Ceará, aquartelando-se o Btl. no quartel do 25.º B.C. do E.B.. Durante a sua campanha no Norte, percorreu o Btl. as seguintes cidades:—

- a) — Iguatu, José de Alencar e Icó — Estado do Ceará;
- b) — Souzas e São José do Rio do Peixe — Paraíba;
- c) — São Salvador, Uauá, Campo do Meio, Riacho do Sítio, Santana, Campo Formoso, Itiúba, Jurema, Barro Vermelho e Serrinha — Estado da Bahia.

Durante a sua permanência no Norte, o Batalhão fêz parte do Destacamento Paulista «Artur da Graça Martins» Trouvou renhidos combates com as forças rebeldes (remanescentes da revolução de 1924), regressando para o seu quartel a 21 de gôsto do mesmo ano.

A 5 de outubro de 1930, por ordem superior, foi o Batalhão mobilizado, recolhendo à sede tôdas as praças destacadas, a fim de garantir a ordem pública alterada em Estados vizinhos.

Na mesma data, recebeu o Batalhão a denominação de 3.º Regimento de Infantaria de Guerra, com o efetivo de duas Companhias e duas Secções de Metraladoras Pesadas.

Durante o movimento revolucionário, esteve o Batalhão nas cidades de Faxina, Ibité, Ribeira e Apiaí.

A 28, regressou o Batalhão das operações de guerra, instalando-se em Itapetininga (sede da Unidade), onde foram dissolvidos os seus contingentes de guerra.

A 11 de julho de 1932, por motivo do Movimento Constitucionalista irrompido em todo o Estado, partiu o Batalhão para a cidade de Itararé, em operações de guerra, com um contingente de 200 homens. A 15 do mesmo mês, para o mesmo destino seguiu o restante da Unidade, que alcançava um total de 750 homens, os quais passaram a constituir o Destacamento Sul em operações de guerra, tendo como comandante, o Ten. Cel. Pedro de Moraes Pinto.

O Batalhão, por fôrça das circunstâncias, denominado Destacamento Sul em operações de guerra, foi reforçado com elementos do Batalhão «14 de Julho», compostos de universitários e teve a seguinte constituição:— 3 Batalhões de Infantaria; 1 Batalhão de Metraladoras Pesadas e 1 Batalhão Misto.

Durante as operações de guerra, ocupou o Batalhão as seguintes localidades: Itararé, Ibiti, Engenheiro Maia, Faxina (atual Itapeva), Angatuba, Capão Bonito, Guapiara, Apiaí, Capinzal, Pinheiros, Rio das Almas, Gramadinho e Rio Parapananema.

O Batalhão empenhou-se em duros combates com os adversários, destacando-se entre todos os seguintes:— os dos dias 17 e 18 de julho, em Itararé; os dos dias 17 e 18 de agosto em Capão Bonito e os de 10 e 20 de setembro no setor do Rio das Almas.

A 2 de outubro, o Batalhão que se encontrava no Rio Parapananema, regressou para Itapetininga, e daí, seguiu para a capital onde chegou no dia 7, acantonando no Grupo Escolar «João Kopper», tendo recolhido todos os seus elementos.

O Batalhão, por ocasião de sua criação, instalou-se na antiga Rua do Quartel, hoje Rua 11 de Agosto — Capital.

A 3-5-1927, transferiu-se para Itapetininga — à rua General Carneiro.

A 2-11-1930, seguiu de Itapetininga para a Capital, acantonando no Barro Branco.

Finalmente, em maio de 1941, foi inaugurado solenemente, em Campinas, o novo quartel do 8.º B.P., na Avenida João Jorge, 499.

A 11-9-1931, foi alterada a denominação do 3.º Batalhão para a de 8.º Batalhão de Caçadores Paulista.

Eclodido o movimento de 31 de março de 1964 o Batalhão guarneceu todos os serviços de utilidade pública em sua área, estradas de ferro, depósitos de combustíveis etc., possibilitando uma vida normal à população civil.

O 8.º B.P. possui 64 destacamentos e na sede da Unidade onde funciona a Companhia Escola de Cabos.

9.º BATALHÃO POLICIAL

Com o crescimento da população, com o aumento vertiginoso da indústria e o crescer contínuo do comércio em nosso Estado, mais e mais nossa Milícia, como tem acontecido desde sua fundação, vem estruturando o sistema de manutenção da ordem e paz social, clima sem o qual não há nenhum progresso.

Entretanto, com esse aumento cada vez maior de atribuições, as velhas e tradicionais Unidades da Força Pública, foram ficando sobrecarregadas, crescendo desmesuradamente em atribuições e efetivo.

Essa situação anômala não podia perdurar, sob pena de vermos os serviços de segurança e policiamento se tornarem inoperantes e ineficazes.

Foi frente a esta situação que o governo do Estado criou novas Unidades na Força Pública, entre elas o 9.º B.P., que foi criado em 11 de dezembro de 1956.

Seu pessoal foi organizado com a contribuição das demais unidades, o que bem demonstra a continuidade existente em nossa Corporação.

Foi o 9.º B.P. encarregado do policiamento de extensa e populosa área de nossa Capital que compreende os distritos de Tucuruvi, Casa Verde e Santana.

Seu primeiro comandante foi o Ten. Cel. Bento Barros Ferraz.

Atualmente o 9.º B.P. conta com as seguintes subunidades:- 1.a Cia. 9.a C.P. — Santana; 2.a Cia. — 28.a C.P. — Freguesia do Ó; 3.a Cia. — 20.a C.P. — Tucuruvi; 4.a Cia. — 19.a C.P. — Vila Maria; 5.a Cia. 13.a C.P. — Casa Verde.

Foi criada em 23-11-1964, a Cia. de Policiamento Tático Móvel.

10.º BATALHÃO POLICIAL

O 10.º B.P. foi criado em 11 de dezembro de 1956, tendo suas instalações nas dependências do antigo Contingente do Quartel General, fundos do B.G., na rua Jorge Miranda.

Com uma Cia. em Santo André, outra em São Caetano e destacamentos em São Bernardo do Campo, Guarulhos e Franco da Rocha, o 10.º B.P., desde a sua fundação, teve a seu cargo o policiamento de importantíssima área industrial — a maior da América Latina.

Foi o seu primeiro comandante o então Ten. Cel. Alfredo Guedes de Souza Figueira.

Atualmente, o 10.º B.P. tem sua sede no A.B.C., concentrando todo seu policiamento naquela vasta zona de densa população operária.

A Unidade, dentro de sua área, possui 7 destacamentos.

11.º BATALHÃO POLICIAL

A 16 de julho de 1948, foi organizado, em caráter provisorio e a título experimental, o atual 11.º Batalhão Policial, sob a denominação de Batalhão Policial (B.P.), com a finalidade precípua de concorrer aos serviços de policiamento urbano, auxiliar, de trânsito e rádio-patrolha no município da Capital.

O então B.P. instalou-se a princípio no quartel do antigo Centro de Instrução Militar (C.I.M.), na rua Ribeiro de Lima, 140, bairro da Luz, tendo como seu primeiro comandante o Cel. Benedito Castro de Oliveira.

Posteriormente, a sede passou a ser em conjunto com o 2.º B.C. na rua José Getúlio, 48, tendo depois se transferido para uma ala do Regimento de Cavalaria «9 de Julho».

O B.P. teve inicialmente a seguinte organização:

Comando, Pelotão Extranumerário, Companhia de Policiamento de Trânsito, Companhia de Rádio-Patrolha, Companhia de Policiamento Urbano e Companhia de Policiamento Auxiliar.

Cumpra assinalar que, antes mesmo de ser organizada a Unidade, serviu de seu embrião a 1.a Cia. Independente que

vinha prestando relevantes serviços à população de São Paulo, cuja sede ficava na Av. Cruzeiro do Sul, 2516, bairro de Santana, e que contava no seu comando o Cap. Zeferino Astolfo de Araújo Filho.

Com o decorrer do tempo, o Batalhão Policial passou a ter outras denominações, como sejam:

1.º Batalhão Policial, já como Unidade administrativa autônoma, em 11 de dezembro de 1958; Batalhão de Trânsito, em 17 de junho de 1958, e finalmente, de acordo com a lei n.º 5594-1960, que fixou o efetivo da Força Pública, passou a denominar-se 11.º Batalhão Policial.

Atualmente, o 11.º B.P. tem sua sede na Avenida Brasil s/n.º, Palácio da Agricultura, 6.º andar (D.S.T.) — Ibirapuera.

Tem como missão o serviço de policiamento de trânsito, o qual é executado no setor afeto à Força Pública na capital, que compreende o longo da Avenida São João para os bairros da Zona Norte, abrangendo as seguintes modalidades:— fiscalização, comandos de trânsito, proteção aos escolares, direção dos semáforos, equipe educativa de trânsito e policiamento de trânsito junto às Estações Ferroviárias e Rodoviárias, assim como junto às casas bancárias.

12.º BATALHÃO POLICIAL

Fazia parte do antigo B.P. (Batalhão Policial), criado em 1948, com uma Cia. de Rádio-Patrolha (12 viaturas) peruas e posteriormente jipes.

A 31-1-1957, erigiu-se em Unidade administrativa independente, com a denominação de 2.º Batalhão Policial, por desmembramento do antigo B.P., em 11-12-1956. Compunha-se então de um Agrupamento de Rádio-Patrolha e de uma Cia. de Policiamento Auxiliar (C.P.A.-Choque).

Por força do Decreto n.º 32-781, de 17 de julho de 1958, o 2.º B.P. passou a denominar-se Batalhão de Rádio-Patrolha (B.R.P.), permanecendo com essa denominação até 17-6-1960, data em que passou a denominar-se 12.º B.P. (12.º Batalhão Policial).

O 12.º Batalhão Policial, criado pela Lei n.º 5.594-1960 (fixação de efetivos da F.P.) e regulamentado pelo Decreto n.º 36.723-1960, atualmente com o efetivo de 961 homens, destina-se ao policiamento de Rádio-Patrolha das Zonas Norte e Leste da cidade de São Paulo (1.a Cia. — Zona Norte — Rua Leão XIII, n.º 342 — Alto de Santana; e 2.a Cia. — Zona Leste — Rua Serra de Botucatu com Rua Antonio de Barros — Ta-

tuapé), estando para tanto, guarnecendo viaturas da rádio-patrolha.

Possui, ainda, uma oficina própria de manutenção (2.º escalão — Ponto Um) das viaturas, nas dependências do Batalhão, que se acha localizado no próprio Estado, situado na rua José Getúlio n.º 42 — Bairro da Liberdade, nesta Capital (conjunto com o 2.º B.P.) e possuindo também cada Companhia destacada, oficinas próprias para reparos e abastecimento — 1.º escalão.

Seu primeiro comandante foi o Tenente Coronel Efraim Bratefisch Lastebasse.

13.º BATALHÃO POLICIAL

Em 1947, antes da criação da 4.a Cia. Independente, que foi a Unidade precursora em denominação do extinto 1.º Batalhão de Caçadores e atual 13.º B.P., o policiamento da cidade de Araraquara e cidades circunvizinhas era feito por um pequeno grupo de soldados pertencentes ao 4.º Batalhão de Caçadores, hoje 4.º Batalhão Policial, com sede em Baurú, e destacados em Araraquara, já existindo, todavia, nessa cidade o Destacamento de Bombeiros e uma Guarda Auxiliar mantidos pela Prefeitura. Dado o constante progresso do Estado de São Paulo, a Força Pública também se desenvolveu, tendo já na época, ou seja, em 1949, sido ventilada a idéia de ser criada em Araraquara uma Cia. Independente, fato êsse que se concretizou a 18 de março de 1950.

Entretanto somente a 31 de julho de 1950 foi apresentado às autoridades de Araraquara o Capitão Antônio Augusto de Souza Filho, que iria efetivamente organizar a Unidade, passando a 4.a Cia. Independente a ter vida própria em 21 de agosto de 1950.

Após 8 anos de existência, a 4.a Cia. Independente passou a denominar-se 1.º Batalhão de Caçadores, pôsto que em 17 de junho de 1958, era criado o primeiro Batalhão de Caçadores, com sede em Araraquara, que englobava as 2.a e 4.a Cias. Independentes; a 2.a com sede em São José do Rio Preto. Pelo mesmo Decreto, a nova Unidade seria comandada por um major, com o efetivo de 27 oficiais e 461 praças distribuídas pelas Cias. de Comando e Serviço, 1.a e 2.a Cias de Fuzileiros, com sedes respectivamente em Araraquara e São José do Rio Preto, assumindo o comando em caráter interino o então Major Milton Cyriaco de Carvalho.

O 13.º B.P. tinha como quartel um prédio já muito an-

tigo, que fôra em época mais remota Cadeia Pública de Araraquara.

Prédio acanhado e muito velho não condizia com a grande família do 13.º B.P., contudo, após um grande período de trabalhos e esforços despendidos pela administração do 13.º B.P. e dos altos comandos da Fôrça Pública, conseguiu-se concretizar a velha aspiração de todos os componentes do Batalhão, ou seja, a de terem um prédio próprio e condizente.

No dia 22 de agosto de 1961, dia do aniversário de Araraquara, foi inaugurado o quartel do 13.º B.P..

O Batalhão participou da revolução democrática, quando forças totalitárias, ocultas como nacionalistas e comprometidas com o comunismo internacional, tentavam levar o país para a órbita soviética.

A Unidade dentro de sua área possui 53 destacamentos.

14.º BATALHÃO POLICIAL

Em 1946, o Juizado de Menores solicitou a cooperação da Fôrça Pública para a guarda a vigilância dos menores infratores.

Desde então passou a ter um oficial em Moji Mirim, como diretor do Instituto Masculino de Menores; um contingente de praças e um oficial na capital, como diretor do R.P.M..

O primeiro diretor do R.P.M. foi o Ten. Nelson Fonseca e posteriormente o Cap. Carolino Xavier.

Com o índice de criminalidade juvenil aumentando dia a dia, foi se tornando cada vez maior e imperiosa a colaboração da Fôrça Pública.

Após vários estudos e diante da evidência da necessidade do emprêgo da Fôrça Pública, foi criado em 1962 o Batalhão de Menores, o qual foi proposto que se chamasse Batalhão Pedro Dias de Campos em Homenagem ao pioneiro do escotismo no Brasil e por sua dedicação à infância.

O Decreto 41.585 colocou a Fôrça Pública à disposição da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, prestando serviços no J.P.V.M. da capital e no SSM, para fins específicos de proteção, vigilância, condução e orientação de educação física de menores do sexo masculino.

Foram designados pelo Cmdo. Geral os oficiais que fariam parte do nóvel Batalhão. Coube o Comando ao Ten. Cel. Jayme dos Santos, posteriormente substituído pelo Major Roberto Silva de Carvalho.

Dentro do R.P.M., através de instrução especializada a Fôrça Pública se impôs e imprimiu maior calor no trato com o menor infrator. Os elementos da Corporação compreendendo bem a missão que lhes fôra imposta, passaram a cooperar com uma parcela apreciável na recuperação daqueles menores, verdadeiros párias da sociedade.

Além de cuidar da vigilância interna e externa, cabe aos componentes da Unidade a observação da conduta e reação dos menores, para efeitos de relatórios ao Centro de Estudos Juvenil.

Foram montadas várias oficinas que passaram a produzir sandálias, cestas, tapetes, cintos etc.. Foram criadas Salas Recreativas para amenizar a vida do menor infrator.

A educação física ganhou um incremento bastante acen-tuado, além da Ordem Unida, hábitos higiênicos e instrução moral e cívica.

Foi criada uma grande horta que supre quase que totalmente o R.P.M.. Construiu-se uma quadra tríplice (basquete, vôlei e futebol), e um campo de futebol sem ônus para o Estado.

Em suma, os menores foram retirados da ociosidade tão perniciosa.

Possui um Destacamento de aproximadamente 60 homens em Moji Mirim, alguns homens de Yaras e outros no Instituto Modelo de Menores e no Educandário Dom Duarte em Batatais, Itapetininga, Sorocaba, Guarujá e Campinas.

15.º BATALHÃO POLICIAL

Em 19 de outubro de 1962, a Lei 7184, atendendo a velha aspiração da Secretaria da Justiça, criou o 15.º B.P., com a missão específica de efetuar a guarda externa dos presídios e escoltas de presos em trabalho.

Anteriormente, essa missão era desempenhada por várias Unidades da capital e interior, paralelamente com as funções normais respectivas, inexistindo, portanto, unidade de doutrina necessária para o bom andamento do serviço.

Em 4 de janeiro de 1963, fixaram-se ao 15.º B.P. suas atribuições, estabelecendo normas e diretrizes de trabalho. Foi designado, como seu primeiro comandante, o Ten. Cel. Cícero Solano Pereira.

Foram-lhe confiadas as guardas da Casa de Detenção

de São Paulo, do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, da Penitenciária do Estado, da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, do Instituto de Reeducação de Tremembé, da Penitenciária Regional de Presidente Venceslau, bem como o serviço de escolta de presos entre as penitenciárias e foruns.

O 15.º Batalhão vem se concentrando com todos os esforços possíveis no sentido de conseguir o aperfeiçoamento das guardas militares, tanto no que se refere às acomodações e dispositivos de segurança, como à seleção e instrução dos homens, da maneira mais prática e objetiva, a fim de auxiliar a sociedade no complexo setor da recuperação do delinqüente.

Sua 2.a Companhia tem sede em Taubaté e a 3.a Companhia em Presidente Venceslau, e a 4.a Companhia encarregada dos Serviços Forenses.

16.º BATALHÃO POLICIAL

Em 6-12-1.963, foi criado o 16.º B.P. da Fôrça Pública, com sede instalada na Estrada de Itú, 4.082 — Cidade Universitária.

O 16.º B.P. teve suas origens na Guarda Militar da Cidade Universitária que fora organizada em 18 de outubro de 1.955, para substituir uma guarnição pertencente ao extinto Batalhão Policial e, na mesma data, passou a integrar o efetivo da Cia. de Policiamento Auxiliar (C.P.A.), dêsse Batalhão.

Com sua sede ainda em construção, o 16.º B.P. está alojado no «Campus» da Cidade Universitária desde 17-4-1.964.

Quando da sua instalação, contava apenas com um velho prédio para a administração, um pequeno alojamento, uma garagem e um canil.

Por intermédio da Prefeitura Municipal de Osasco, foi montado um barracão de madeira destinado ao alojamento da tropa. Por outro lado, iniciou-se a limpeza e preparação do terreno para as construções, feitas pelos próprios componentes da Unidade.

Custeadado pelo F.C.C.U.A.S.O., iniciou-se a construção do primeiro pavilhão para alojamento e Corpo da Guarda; posteriormente, foram construídos, F.S.R., F.I.F. com barbearia anexa, Rancho com Cantina, Estado-Maior, Pavilhão para alojamento e administração da 2.ª Cia., Pavilhão da C.C.S., com sala de aula, Biblioteca e Aproveitamento, ou-

tro Pavilhão de alojamento, reforma e ampliação do prédio já existente onde funciona a administração, calçamento do pátio de estacionamento, instalações estas já inauguradas.

Encontram-se, ainda, em fase de construção, custeados pelo F.C.C.U.A.S.O., dois pavilhões destinados à administração e a alojamento de Cias. um pavilhão destinado à F.S.R. e a secção de alistamento, em substituição às atuais instalações; pátio de instrução e praça de esportes, pavilhão de Aproveitamento e um pavilhão para auditório com instalações para a B.M.R..

Logo nos primórdios de sua existência, teve a Unidade participação efetiva na Revolução Democrática de 31 de março de 1.964, quando foi empenhada em policiamento intensivo em diversos pontos vitais que ultrapassaram mesmo sua área de atribuição. Assim, coube-lhe guardar o Reator Atômico, a Reitoria da U.S.P., tôdas as Faculdades e Institutos situados no «Campus» da Universidade, a Usina Elevatória de Pinheiros.

Assumiu o serviço Policial de Osasco, aumentou consideravelmente o efetivo da guarda e vigilância da Cidade Universitária e seu primeiro comandante foi o Coronel Ubirajara Silveira.

17.º BATALHÃO POLICIAL

O Decreto n.º 14.162, de 31-8-1.944, criou a Segunda Companhia Independente, Instalada a 25-1-1.945, na capital do Estado, comandada pelo Capitão José Simão da Silva Moraes.

Havendo esta Unidade a 19-12-1.947 se transferido para a cidade de São José do Rio Preto, acantonou provisoriamente na rua Rubião Júnior, 534.

Pelo Decreto n.º 43.957, de 19-10-1964, foi criado o 17.º Batalhão Policial com sede em São José do Rio Preto, o qual, sob o comando do Tenente Coronel Jayme dos Santos, se encontra em célere fase de organização e brevemente será inaugurado em prédio próprio, construído na Avenida dos Estudantes, s/n.º — Bairro da Boa Vista.

É responsável pelo policiamento de importantíssima área do interior do Estado, compreendendo 81 destacamentos localizados em prósperos municípios da região.

18.º BATALHÃO POLICIAL

Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 14.162, de 31 de agosto de 1.944, a 3.ª Companhia Independente, sendo designado para seu primeiro comandante o Capitão Pantaleão de Lima.

Em 1.946 foi provisoriamente instalada em Sorocaba e definitivamente em Presidente Prudente no ano de 1.947.

Com seu efetivo totalmente empregado no policiamento, supre destacamentos de extensa região do Estado, compreendendo zona de grande produção agrícola e pecuária, com uma população orçada em milhares de habitantes.

A Unidade, dentro de sua área, possui 51 destacamentos.

Em 1.964, foi transformada no 18.º B.P., sendo seu primeiro comandante o Tenente Coronel Vicente de Falco.

19.º BATALHÃO POLICIAL

Foi criado em 23-12-1.966, pela Lei n.º 9.547, que fixou os efetivos da Força Pública para o ano de 1.966. A Unidade dividirá a área do 9.º B.P. e ainda não foi instalado. Possuirá os seguintes locais: Casa Verde, Nossa Senhora do Ó, Vila Santa Maria, Vila Santa Amália, Bom Retiro e possuirá 1 Companhia de Policiamento Tático Móvel.

2.º GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO INDEPENDENTE

A então 1.ª Companhia do 4.º Batalhão Policial, transformou-se em 4.ª Cia. Independente por força do Decreto n.º... 43.957 de 19 de outubro de 1.964.

Tomadas as providências administrativas requeridas, aquela Unidade instalou-se, respeitadas as normas legais em vigor, a 7 de maio de 1.965, tendo como seu primeiro comandante o Capitão Irahya Vieira Catalano.

Foi criado com sede em Marília, o 2.º Grupamento de Policiamento Independente, instalado a 5 de março de 1.967, tendo como seu primeiro comandante, o Capitão Rodolfo Antônio Castein Castilho. Conta com 41 destacamentos.

BATALHÃO DE GUARDAS

A fundação do Batalhão de Guardas tem as suas raízes profundas na história. Instalados os primeiros núcleos de

civilização no Sul, dada a grandeza territorial da pátria nascente, é lhes necessária uma certa autonomia administrativa, com que pudessem atender de pronto as contingências criadas por um ciclo evolutivo ascensional contínuo.

E assim a Justiça local, que desde os tempos coloniais se instalara nestas plagas, já no início da fundação do Império, carecia de um apoio mais eficiente do que o que lhe podiam oferecer os meirinhos e os capitães do mato, aqueles adstritos às formas protocolares do processo, e estes absorvidos nas suas correrias infundáveis contra o gentio e o negro revoltado. Ademais, a riqueza e a prosperidade ao mesmo tempo que tornaram a Província Bandeirante o destino de levadas e levadas de colonizadoras eram o chamariz para o fluxo de aventureiros de toda ordem, que desdenhavam dos meios impotentes de repressão às suas audácias temerárias. Impunha-se, pois, a repressão. A ordem pública e a tranquilidade social reclamavam medidas enérgicas de prevenção e repressão. Estas não se fizeram esperar. Institui-se o primeiro núcleo policial — a Guarda Municipal Permanente nascida dos imperativos sociais, prestigia a Justiça e assegura o sossego público. E assim, à medida que a Província cresce, cresce com ela também.

Acompanha-lhe a evolução. Já antes do último quartel do século passado a Milícia, organizada sob os moldes militares, torna-se daí por diante uma força ponderável, constituindo uma reserva para o nosso Exército. Em meados de 1935, o então Coronel Milton de Freitas Almeida, nomeado Comandante Geral da Força, compreendeu desde logo o papel saliente que lhe estava reservado em nossa Corporação. De um relance, aperecebeu-se da situação da nossa Milícia, e empenhou-se numa obra monumental sem par em nossa história. Foi tão gradiosa a sua tarefa, quão admirável o tempo restrito em que a realizou. A sua atividade aflora firme e imperturbável, corajosa, em todos os setores. Plasma tudo por planos adrede preparados. Não se sente manietado, moderniza e completa a legislação, já anacrônica e arcaica. Introduz regulamentos novos. Melhora e amplia as escolas. Cria a Justiça Militar. Metodiza e incentiva a instrução militar em todos os escalões, substituindo os métodos sedícios. E em meio desse dinamismo incrível, estuante de vigor, que percebe desde logo a necessidade de mais um Batalhão que, na Força, tivesse características especiais e missão definida.

Assim criou-se o Batalhão de Guardas, com sua sede no antigo quartel do 2.º Batalhão, ex-convento dos Agostinianos,

na rua Jorge Miranda.

Incumbiu-se de organizá-lo o Tenente Coronel Octaviano Gonçalves da Silveira que, após alguns meses de trabalhos intensos, e como seu primeiro comandante, instala solenemente o Batalhão a 1.º de setembro de 1936.

Nascera grande o batalhão. Organizado e plasmado por um comandante de larga visão, que lhe imprimiu os princípios de uma sólida disciplina, desde logo granjeou os foros incontestáveis de Unidade-Escol, impondo-se pelo corpo de tropa selecionado, atendendo-se aos requisitos de robustez física, boa apresentação e conduta.

Dêse modo, pôde a novel Unidade colaborar, com suas similares, nas funções da reserva do Exército Brasileiro e manutenção da ordem pública, execução das leis, segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos.

Cabiam-lhe, ainda, como características especiais, fornecer as guardas de honra, fornecer as guardas do Palácio do Governo, hoje atribuição específica da Cia. de Guarda, fornecer os contingentes para as guarnições da capital, e, eventualmente representar a Corporação fora do Estado.

COMPANHIA DE GUARDA

O Ten. Cel. Pedro Prado Filho, quando comandante do B.G., visando a aperfeiçoar ao máximo a qualidade do serviço da Guarda Militar do Palácio dos Campos Elíseos, resolveu em 1.939 proceder a uma seleção no pessoal componente da referida guarda.

Data daquela época o desejo de representar bem a Corporação, evidentemente em um serviço importante e de máxima responsabilidade.

Assim, a guarda palaciana era até bem pouco tempo realizada pela Companhia do Batalhão de Guardas, que tinha sua sede no próprio Palácio do Governo.

Não correspondia, porém, ao ideal; necessitava independência. Especialmente, por se tratar de Companhia desestacada, surgiam embaraços em relação à distancia da unidade-mãe e à proximidade da Chefia da Casa Militar, que a absorvia totalmente.

Por isso, para maior liberdade no desempenho da missão da Força Pública no Palácio do Governo, pensou-se em criar uma companhia independente, denominada Companhia de Guarda.

A 16 de Novembro do ano de 1.963, com a promulgação da Lei n.º 7.455, previu-se a criação de uma companhia independente no Palácio do Governo, logo depois instalada nos Campos Elíseos. Com a mudança da sede do governo para o Morumbi, também a Cia. de Guarda se instalou no Palácio dos Bandeirantes.

Alertada pelos acontecimentos de 31 de março (comício no Rio de Janeiro com a presença do Presidente da República, João Goulart, e do Deputado Federal Leonel Brizola), pela reação de São Paulo com a «Marcha da família com Deus pela Liberdade», em 19 de março, pelas notícias da crise da Marinha e pela atitude do presidente na reunião com os sargentos no Automóvel Club do Rio de Janeiro, a Unidade do Palácio do Governo manteve-se em constante prontidão.

Com o movimento desencadeado pelos Generais Mourão e Luiz Guedes contra o governo federal e contra a comunização do país, aprovada e revigorada pelo governador Magalhães Pinto, que colocou Minas Gerais a favor do movimento revolucionário, os oficiais e praças da Cia. de Guarda ficaram a postos desde a manhã do dia 31 de março, tomando as medidas necessárias à defesa do Palácio. Antes mesmo da atitude do Cmt. do II Exército a favor do movimento e da comunicação do Cmt. da Força Pública que punha a Milícia Bandeirante à disposição do II Exército, já a Cia. de Guarda estava alerta e preparada para a defesa do último reduto do Executivo Paulista.

Vigiou a Unidade toda a noite de 31 de março e todos os dias e noites que se seguiram, recebendo notícias vindas através de rádio e pela imprensa do Palácio, sempre ao lado do governador do Estado.

Seu primeiro comandante foi o Capitão Hélio Cardoso Fernandes.

PRIMEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE

A Primeira Companhia Independente foi criada em 20 de janeiro de 1.942, destinada a fornecer policiamento à capital paulista, em substituição a elementos da Guarda Civil que guarneciam postos policiais.

Tendo sido transformada em B.P., a 28-7-1.948, a Primeira Companhia Independente ficou sem efetivo, e foi extinta. No entanto, atendendo às necessidades do serviço, foi reorganizada com sede em Moji das Cruzes, em 1.950. A Cia.

passou então a suprir os destacamentos de Moji das Cruzes, Poá, Suzano, Santa Isabel, Guararema, São Miguel Paulista, Guaianazes e Itaquera.

Em prédio alugado pela Prefeitura, a Cia. se instalou em Moji das Cruzes, a 5-4-1.950, na Rua Senador Dantas, 628, sob o comando do Capitão Fernão Guedes de Souza. A 7-5-1950, como parte das comemorações do «Dia da Vitória», foi instalada oficialmente a sede da Cia.; como coroamento das comemorações houve, à noite, uma marcha «Aux Flambeaux».

Sua sede quando ainda em São Paulo, foi instalada no prédio do Posto Policial de Santana. Até julho de 1947, tinha como missão policial vasta área da capital. Dessa data em diante todos seus destacamentos passaram à responsabilidade do 2.º Batalhão. Daí por diante, a Cia., mudando de características, passou a constituir uma Unidade de Policiamento especializado, com uma Secção Extra, um Agrupamento de Policiamento de Trânsito, um Agrupamento de Policiamento de Rádio Patrulha, um Agrupamento para policiamento Geral Urbano e um Pelotão de Capturas. Nesta ocasião, a sede da Cia. foi transferida para o quartel existente na rua Ribeiro de Lima, onde também funcionava o 2.º Batalhão. Foi, portanto, a 1.ª Cia. Independente célula-mater dos 11.º e 12.º Batalhões Policiais, atualmente encarregados do policiamento de trânsito e rádio-patrulha, respectivamente.

Hoje, cabe à 1.ª Cia. Ind. a responsabilidade de policiar vasta área do Estado, compreendida pelas seguintes localidades: — Moji das Cruzes, Poá, Suzano, Santa Isabel, Guararema, Calmon Viana, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Salesópolis, Igaratá e Arujá.

A Unidade, dentro de sua área, possui 12 destacamentos e o seu primeiro comandante foi o Capitão Fernão Guedes de Souza.

SEGUNDA COMPANHIA INDEPENDENTE

Criada pelo Decreto n.º 14.164 de 31-7-1.944, a 2.ª Cia. Ind. foi oficialmente instalada no dia 25-1-1.964, na cidade de São José do Rio Preto, sendo que posteriormente com a criação naquela cidade do 17.º Batalhão Policial, a 2.ª Cia. foi transferida para Guarulhos, onde passou a funcionar como Unidade administrativa a contar de 15-7-1.966, sob o comando do Capitão JAIR DE OLIVEIRA MOURA MORAIS.

TERCEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE

A 3.ª Companhia Independente foi criada em 27-5-1.966, pela lei de fixação de efetivo da Força Pública n.º 9.547, de 23 de dezembro de 1.966.

Foi o seu primeiro comandante o Capitão Jayr Foresti.

A sua área outrora era ocupada pela 2.ª Cia. do 4.º B.P., que recolheu-se à sede de seu Batalhão dando lugar ao surgimento da 3.ª Cia. Independente, que possui atualmente 26 Destacamentos Policiais.

GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO DE ESTRADA DE FERRO

O Contingente de Policiamento de Estrada de Ferro foi criado em 29 de setembro de 1964, tendo como seu primeiro Comandante o Capitão João Máximo de Carvalho Neto.

Iniciou suas atividades na Estrada de Ferro Sorocabana (Estação Júlio Prestes e Subúrbios), com um efetivo de 1 Capitão, 3 Tenentes e 90 Praças.

Em novembro de 1966, aquele efetivo foi aumentado para 1 Major, 3 Capitães, 8 Tenentes e 330 Praças, com a mudança de Contingente para GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO DE ESTRADAS DE FERRO.

I — Destacamentos:-

Em junho de 1966, foi criado um Destacamento dêste Grupamento na cidade de Rio Claro. Em julho de 1967, foi criado o Destacamento de Sorocaba.

II — Atividades:-

De acôrdo com o Decreto de criação do G.P.E.F., é de sua competência colaborar no policiamento das Estradas de Ferro Estaduais dentro da legislação em vigor, exercendo as atividades preventivas de garantia da ordem nos trens e dependências das Estradas reservadas ao público em entrosamento com os funcionários das Ferrovias, tais como:

a) — na Estrada de Ferro Sorocabana, vem o Grupamento, desde a sua fundação fazendo o policiamento preventivo nas estações de Júlio Prestes e Subúrbios. Como exemplo do benefício que vem causando a Polícia Ferroviária, não só a E.F.S. mas também ao público em geral, são atendidas mensalmente, ocorrências de assistência social e caráter geral tais

como, encaminhamentos de doentes e débeis mentais aos hospitais, de menores ao respectivo juizado, de indigentes ao serviço de imigração, etc. — vadiagem, atentado ao pudor, falsificação de passes, agressão, embriaguês, desordens no interior de trens, e outras.

b) — o Destacamento de Rio Claro, além do policiamento normal nas oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, faz a prevenção de furtos de fios da ferrovia.

R.C. «NOVE DE JULHO»

A lei que criou a Fôrça Pública previa um efetivo de 30 homens a cavalo, êste foi o cerne de nosso R.C..

Seu primeiro comandante, escolhido pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, foi o capitão do extinto Corpo de Voluntários da Milícia a Cavalo, Pedro Alves de Siqueira.

Em 1891, a Seção de Cavalaria passou a denominar-se Companhia de Cavalaria.

Em 1918, o antigo Corpo de Cavalaria da Fôrça Pública sofreu radical remodelação, e em consequência do aumento de seu efetivo, passou a constituir um regimento com cinco esquadrões, com 680 homens.

Essa Unidade tinha seu aquartelamento em uma dependência do velho Quartel da Luz, onde se encontrava alojado o 1.º Batalhão de Infantaria.

Teve seu batismo de fogo no combate de Venda Grande, em 1842, sob o Comando de Caxias.

Combateu com denôdo nas campanhas de 1924, 1926, 1930 e 1932.

No Movimento Constitucionalista lutou em Faxina, Buri, Rio das Almas e em todo Setor Sul.

Ao terminnar a Revolução, voltou às atividades normais de policiamento e instrução.

Em 1955, a Fôrça Pública tratou de preparar-se para enfrentar, se necessário, uma guerra civil. Enquanto o Comando Geral tratava de obter armamento e material, o Regimento de Cavalaria concentrava sua tropa no quartel, reduzindo o emprego de homens no policiamento ao estritamente necessário.

Eleito o Sr. Juscelino Kubitschek presidente da República, aumentaram os boatos alarmantes. Os cavalarianos da Fôrça Pública, no entanto continuaram a desenvolver suas atividades normais, embora mantendo a tropa pronta para a ação.

Finalmente, em 10 de novembro chegando ao Quartel General da Milícia conhecimento de que se preparava um golpe no Rio de Janeiro, o Regimento entrou imediatamente de prontidão, a exemplo do que ocorreu em outras Unidades da capital paulista, onde se reuniram cêrca de 7.800 homens nos quartéis.

O R.C., como as demais Unidades da Corporação, não participou da luta política. Sem entrar no mérito da questão, os milicianos estavam preparados para agir.

Dominada a situação no país, sem se efetuar o desembarque do Sr. Carlos Luz, em Santos, o R.C. voltou à normalidade.

No mesmo ano, também no agitado mês de novembro, a Fôrça Pública decidiu homenagear o movimento constitucionalista de 1932, dando o nome de «9 de Julho» a uma de suas Unidades. A escolhida foi o Regimento de Cavalaria que, pelo decreto n.º 25.089, de 7 de novembro, passou a denominar-se Regimento «9 de Julho». Um mês depois, mudava a denominação para Regimento de Cavalaria «9 de Julho».

Já então, o govêrno estudava a descentralização do Regimento, entendendo que o grosso da tropa devia ser destacado nos arredores da capital e no interior do Estado.

No ano de 1963, dada a eficiência do policiamento nos bairros, reclama-se o policiamento a cavalo também nas ruas centrais de São Paulo. A pedido da Diretoria de Trânsito, os cavalarianos passam a atuar também junto àquele serviço especializado, lá permanecendo até que a DST completasse seus claros com novos efetivos.

Entretanto, o Regimento não descurou de sua preparação militar, mesmo porque sua formação não o permitia. Seus exercícios de campanha continuavam sem solução de continuidade. Mais ainda, novos métodos foram introduzidos no preparo dos homens de cavalaria. Assim é que foram feitos estudos de sobrevivência na selva e iniciou-se a seleção e o preparo de soldados para missões especiais, incluindo formação física e psicológica adequada para êsse fim.

Aquêlê exercício teve importância também dentro do panorama político militar do Brasil. Voltava-se a encarar a possibilidade de emprêgo de cavalaria em operações militares decorrentes da agitação social por que passava o país.

Um serviço que se tornou rotineiro para o RC foi o de policiamento em greves. Em 30 de outubro, houve uma série de tumultos resultantes de um movimento grevista em São Miguel, onde os cavalarianos precisaram intervir, atuando na

vanguarda da Fôrça Pública. Outro movimento paredista de grandes proporções eclodiu pouco depois — em 13 de novembro — na Estrada de Ferro Sorocabana, onde também se destacaram os componentes do Regimento.

Em fins de março de 1964 o Regimento se preparava mais uma vez, para uma possível guerra civil. Voltaram a dominar o panorama político brasileiro rumores de golpe. Havia descontentamento e agitação em tôdas as classes, incluindo as Fôrças Armadas. Naquele mês, em São Paulo, noticiou-se movimento inusitado de tropas em Minas, chegando a alarmar as populações das cidades paulistas limítrofes. Notícias semelhantes chegavam também de outros Estados brasileiros.

Afinal, na tarde de 31 de março, confirmaram-se as suspeitas. Minas Gerais rebelava-se, tendo à frente o govêrno do Estado e o comando da IV Região Militar, sob cujas ordens passou a atuar a Polícia Militar.

Mas, em São Paulo, o Regimento já estava preparado. Antes mesmo, ante a ameaça de intervenção federal na Fôrça Pública, êle ficara de prontidão e pronto para agir. Na noite de 31, já sua tropa estava tôda reunida no quartel, aguardando ordem de marcha.

A cavalaria da Fôrça Pública fazia parte, com destaque, dos planos de operações do comando geral, de acôrdo com o govêrno do Estado e o comando do II Exêrcito. Várias linhas que deveriam ser sucessivamente ocupadas já haviam sido demarcadas.

Em novembro, participaram os cavalarianos de nova modalidade de policiamento introduzido na capital paulista: O Patrulhamento Tático Móvel. Aquêlê policiamento perdura até hoje, embora modificado parcialmente e com nome diverso.

Ao iniciar-se o ano de 1967, o Regimento contava com tropas destacadas em todo o Estado. Além dos destacamentos montados da capital; no Barro Branco, no Butantã, São Bernardo e Santo Amaro, há destacamentos em 18 municípios: Santos, São Vicente, Sorocaba, Campinas, Bauru, São José do Rio Preto, Pirassununga, Piracicaba, Bragança Paulista, Ribeirão Preto, Campos do Jordão, Taubaté, Praia Grande, Itanhaem, Guarujá, Araraquara, Presidente Prudente, Mogi das Cruzes, Botucatu e Marília. O de Campos tem características particulares: com uniforme especial, adequado ao clima e semelhante ao da Polícia Montada do Canadá, sua função precípua é a guarda do Palácio de Verão do govêrno do Estado. O efetivo previsto é de 40 homens, sob o comando de um tenente. O destacamento de São Bernardo, atualmente sob o

comando de um tenente, deve transformar-se segundo os planos existentes, em um esquadrão, comandado por um Capitão e cobrindo tôda a área do ABC.

Atualmente, o R.C. «9 de Julho» tem um efetivo de 1.056 homens, entre oficiais e praças. Seu pessoal distribuído em 6 esquadrões: 1 de comando, 4 de fuzileiros e o Esquadrão Escola.

CORPO DE BOMBEIROS

A 10 de março de 1880, começaram oficialmente os trabalhos de extinção de incêndio na capital do Estado de São Paulo, com a criação da Secção de Bombeiros.

O Presidente da Província, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, dando cumprimento a lei da Assembléia Legislativa Provincial, criou um núcleo de bombeiros.

Eis a íntegra da lei:

«Artigo 1.º — Fica o Govêrno da Província autorizado a organizar desde já uma secção de Bombeiros, anexa à Cia. de Urbanos da capital e a fazer aquisição de maquinismo próprio para extinção de incêndios.

«Artigo 2.º — Para essa despesa, é o govêrno autorizado a abrir um crédito de 20:000\$000, revogadas as disposições em contrário.

«Paço da Assembléia, 10 de março de 1880».

Criou-se, então, a Secção de Bombeiros, com 20 homens, comandada por um alferes.

Evolução, Efetivos, Quartel, Distribuição

A Secção criada ficou ocupando uma parte do prédio onde funcionava a estação central da Companhia de Urbanos, na rua do Quartel (hoje Onze de Agôsto), sendo requisitado o material necessário para sua formação.

O Chefe de Polícia, Dr. João Augusto de Pádua Fleuri, incumbido pelo Presidente da Província, foi à capital do país a fim de providenciar e trazer os materiais necessários para o levantamento do núcleo de Bombeiros. Trouxe êle duas bombas francesas, duas bombas químicas e duas bombas vienenses, uma das quais doada pelo govêrno imperial. As bombas chamadas vienenses eram muito importantes, pois tinham fôrça suficiente para projetar água ao telhado de prédios de dois andares (construção de taipa, com altura de 8 a 9 metros).

Foram também adquiridos, na época, pipas, mangueiras e outros materiais necessários à extinção de fogo.

Da então Capital do país vieram alguns homens que já haviam servido no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que, com alguns recrutas de São Paulo completaram o efetivo do núcleo de soldados do fogo.

O primeiro comandante da Secção, em 1887, depois de fazer muitos pedidos, secundado pelo Chefe de Polícia, recebeu da Corte mais alguns aparelhamentos. Esses materiais vieram preencher falhas de que se ressentia a Secção; entre eles veio para São Paulo a primeira bomba a vapor, denominada «Greenwich».

Surgiu, então, o problema da acomodação do material adquirido, que não seria possível no prédio da Central dos Urbanos. Em vista disso, em 1887, a Secção foi transferida para o prédio da rua do Trem (hoje Anita Garibaldi, local onde ainda se acha localizado a sede do Corpo de Bombeiros).

Em 1888, já era insuficiente o efetivo de 20 homens e, por isso, o governo provincial elevou a 30 o número de praças.

Naquela época, os avisos de incêndios eram transmitidos por meio de rebate nos sinos das igrejas ou por comunicações verbais de particulares, que corriam até a porta do quartel de Bombeiros para tal fim.

Até a proclamação da República, a Secção de Bombeiros de São Paulo teve três comandantes, o primeiro deles foi o tenente José Severino Dias, que assumiu o comando em julho de 1880, iniciando de imediato os trabalhos de organização dos serviços de combate a incêndios, de instrução e da instalação da Secção.

Procedia do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, onde tinha o posto de alferes.

Em 1883, a pedido, foi substituído por poucos dias e interinamente, pelo tenente Manoel José Branco, do Corpo de Permanentes da Guarda Urbana.

Logo depois, foi nomeado o tenente Alfredo José Martins de Araújo, que também era oriundo do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

A Secção de Bombeiros precisava ser aumentada consideravelmente. A exiguidade de seu efetivo estava em contraste com o progresso e com a evolução da cidade.

Atendendo aos constantes pedidos, o Dr. Prudente José de Moraes Barros, então governador provisório do Estado, baixou um decreto a 15 de março de 1890, fixando as forças militares e elevando de 30 para 60 o número de homens da Secção de Bombeiros, criando, outrossim, vagas para um capitão comandante, um tenente ajudante, um primeiro sargento, dois segundos sargentos, quatro cabos, três maquinistas e dois corneteiros.

Ainda instalado na rua do Trem, as dependências do casarão que servia de quartel à Secção foram ampliadas e nelas adaptadas melhores acomodações para o pessoal.

Companhia de Bombeiros

São Paulo crescia aceleradamente, a cada dia demandando serviços mais condizentes de seus bombeiros. Assim, em 1891, a Secção foi alçada à categoria de Companhia de Bombeiros. Constituiu-se a Companhia de um major comandante, um capitão ajudante, três tenentes, seis alferes, um primeiro sargento, seis segundos sargentos, dez cabos, seis maquinistas, quatro corneteiros e 130 bombeiros simples, inclusive cocheiros, subdivididos em 3 Secções.

Nessa ocasião, foram adquiridos uma poderosa bomba a vapor, 3 bombas «Brigada de Londres» (manuais), um carro para mangueiras, 3 bombas portáteis, 2 conjuntos de escadas de assalto e outros materiais indispensáveis.

Criação de Estações Auxiliares

A Companhia de Bombeiros teve apenas 8 meses de existência.

O sol da República projetava raios de luz por toda a pátria e a onda de entusiasmo sacudia o íntimo dos paulistas, impulsionando-os para grandes realizações. O serviço de extinção de incêndios não podia ficar atrás; não bastavam os melhoramentos até então introduzidos. Tornava-se necessário o desdobramento de seu efetivo para satisfazer às exigências da grande capital que se erguia cheia de ufania.

Começaram a crescer os bairros longínquos, as distâncias a trazerem novos problemas para os serviços de extinção de incêndios.

Assim, em 14 de novembro de 1891, criou-se o Corpo de Bombeiros, constituído de duas Companhias, sendo seu efetivo total de 240 homens.

Foram criadas, com essa organização, as estações Oeste e Norte (hoje 2.a e 3.a zonas), a primeira para atender com rapidez os bairros da Barra Funda, Bom Retiro, Campos Elíseos e Lapa; a segunda para socorrer os bairros do Brás, Moóca, Belém, Penha e Vila Prudente.

A Central (hoje 1.a zona) ficou incumbida de atender o centro da cidade, Liberdade, Ipiranga, Santo Amaro, Vila Mariana e Bela Vista.

Essa pleiteada descentralização, porém, por falta de material e de verba para aquisição de prédios, só se efetivou três anos mais tarde, com a inauguração das estações auxiliares.

A Estação do Norte inaugurou-se em 15 de janeiro de 1895, instalando-se em um prédio na Avenida Martins Burckhard; em 1917, foi transferida para um prédio da rua Brigadeiro Machado, para depois, em 1929, transferir-se, mais uma vez, para a rua do Hipódromo.

A Estação Oeste foi inaugurada em 15 de outubro do mesmo ano, e instalada em prédio próprio na Alameda Barão de Piracicaba.

Construção do Quartel Central

Estando a nova Unidade robustecida, pleiteou-se construir um quartel condizente e que oferecesse conforto aos soldados do fogo, proteção mais eficiente para o material e melhores acomodações para os muares.

O governo do Estado, então declarou de utilidade pública, a fim de serem desapropriados, todos os prédios da rua do Trem para o construção do novo quartel.

Em 1894, iniciaram-se as obras do novo quartel, que é o mesmo ocupado até hoje, em que pese jamais se ter concluído o que fôra planejado e o conjunto, de edificações, atual demonstra claramente idades diversas e estilos contrastantes.

Novo aumento de material e Efetivo

Foi adquirida em 1894, uma grande escada prolongável «Magirus», a tração animal, de procedência alemã.

No mesmo ano foram colocadas na cidade 50 caixas de avisos de incêndios, também de procedência alemã, denominadas «GENERST», operadas pelo sistema de telégrafo «MORSE». Eram usadas na Europa, em quase todos os Corpos de Bombeiros, com extraordinária eficiência no serviço policial e para avisos de incêndio.

Em 1911, as caixas «GENERST», já não satisfaziam às exigências do serviço telegráfico do Corpo de Bombeiros. Tornava-se, pois, necessária a substituição desse equipamento antigo por outro mais aperfeiçoado.

Assim, foram colocados, nesse ano, 160 caixas de aviso em todos os bairros da cidade. São Paulo podia, então, confiar no serviço de combate ao fogo, pois aquele moderno equipamento garantia um serviço eficiente e seguro.

Essas instalações foram inauguradas em 10 de junho de 1911, com a presença de autoridades estaduais e municipais.

Nesse mesmo ano, inúmeros carros de tração animal foram substituídos por automóveis. Os primeiros autos adquiridos pelo Corpo, foram um «Double» «Phaeton Merryweather»; um autobomba «Hatfield»; e um auto-transporte com tambor para mangueiras e com suporte para escada prolongável marca «Merryweather», todos importados da Inglaterra.

Em 1912, começaram a funcionar as oficinas do Corpo, então cuidando da manutenção de seu material automóvel e demais equipamentos.

O Corpo de Bombeiros possuiu a sua invernoada, de onde tirava capim para os seus muares e que servia de hospital e posto para os animais convalescentes.

Essa invernoada estava localizada em uma grande área de terrenos situado em Vila Mayrink, na rua denominada Dr. Nóbrega (hoje rua Manoel da Nobrega) e fôra adquirida em 7 de janeiro de 1905.

Em meados do ano de 1932, foi a invernoada entregue ao Regimento de Cavalaria, pois o Corpo de Bombeiros não possuía mais muares ou cavalos.

Em consequência do movimento revolucionário de 1924, o Corpo entrou em fase de grande modificações administrativas. Passou a denominar-se Batalhão de Bombeiros Sapadores, de acordo com a lei estadual que fixou a Milícia para 1925, atribuindo-lhe, um efetivo de 900 homens e criando uma Companhia de Artilharia.

A artilharia, entretanto, logo após o ano de 1930, foi extinta, transformando-se na 3.a Companhia de Bombeiros.

O Batalhão de Bombeiros Sapadores, que vinha com esta denominação, desde 1924, passou a denominar-se, novamente, Corpo de Bombeiros em 1931.

Transferência do Serviço de Extinção de Incêndio para a Municipalidade

Em 1935, foram transferidos para o Município da capital os serviços de iluminação pública, fiscalização de fornecimento de gás e os de extinção de incêndio.

Posteriormente, voltou o serviço de prevenção e extinção de incêndios a ser de alçada do Estado, assinando-se um convênio com a Prefeitura.

Serviço de Guerra

A Revolta da Armada e a Atuação dos Bombeiros.

A Fôrça Estadual era composta do Corpo Policial Permanente, do Corpo de Urbanos e do Corpo de Bombeiros, todos independentes, quando em 1891, o governo do Estado resolveu fundi-los numa só Corporação.

Não mais tinham comandos isolados, agora como integrantes da então Brigada Policial, sob a chefia de um coronel.

O Brasil, em setembro de 1893, atravessava perigosos momentos políticos, dado o abalo que sofrera com a brusca deposição do Marechal Deodoro da Fonseca.

Os movimentos de tropas federalistas no Sul do país e a situação agitada do povo diante dos acontecimentos subversivos, faziam com que os brasileiros temessem uma grande e desastrosa guerra civil. São Paulo colocou-se ao lado da legalidade, pronto para defender a causa republicana.

A Fôrça Policial seguiu para a cidade de Santos, ponto visado pelos revoltosos. O Corpo de Bombeiros enviou um contingente para integrar-se às tropas em operações na cidade de Santos.

Permaneceram em sua posição até 5 de junho de 1894, data em que cessaram as hostilidades e que voltaram a São Paulo.

Em 1965 o Corpo de Bombeiros encontrava-se distribuído em 1.º G.I.B. e 2.º G.I.B.. O Primeiro Grupamento Incorporado de Bombeiros, com sede na rua Barão de Piracicaba, n.º 126; e o Segundo Grupamento incorporado de Bombeiros, na Rua São Bento n.º 15.

O 1.º G.I.B., compreende as 1.ª e 2.ª Cias. de incêndios, 4.a Cia. de Salvamentos, e os Postos de Vila Carrão, Lapa, Limão, Santana e do Centro. O 2.º G.I.B., compreende as 3.a e 5.a Cias. de incêndios, 6.a Cia. de Salvamentos e os Postos de Vila Prudente, Cambuci, Congonhas Santo Amaro e Pinheiros.

Atualmente, o C.B. conta com o efetivo de 1.631 homens distribuídos da seguinte forma:

a) Administração: Comando, Departamento de Finanças e Patrimônio e Departamento de Operações;

b) Companhias:

1 Cia. de Comando e Serviços;

1 Cia. de Manutenção;

1 Cia. de Comunicações;

1 Cia. Escola;

1.a Companhia — Tatuapé;

2.a Companhia — Campos Elíseos;

3.a Companhia — Ipiranga

4.a Companhia Sede do C.B.;

5.a Companhia — Aeroporto;

6.a Companhia — Sede do C.B..

PRIMEIRO GRUPAMENTO DE BOMBEIROS

Os serviços de bombeiros, em Santos, têm suas origens mais remotas no Corpo Municipal de Bombeiros de Santos.

A 20-2-1.890, em sessão do Conselho de Intendentes, sob a presidência do Dr. Carvalho de Mendonça, o Intendente Inspetor de Obras Municipais, Sr. José Seraphim Cardoso, apresentava projeto de lei criando o Corpo Municipal de Bombeiros de Santos, com efetivo inicial de 10 homens, tendo sido proposta também a construção de um barracão no terreno de propriedade da Intendência, situado na Praça dos Andradadas, esquina com a rua Visconde do Embaré.

Em 1.894, o efetivo foi elevado para 26 homens.

Em 1.917, após ter sido dissolvido, foi reorganizado o C. M.B.S., com efetivo de 42 bombeiros e 32 músicos que compunham a banda. Instalado no prédio da Rua Bittencourt, 70, hoje Praça Ten. Mauro Batista de Miranda, n.º 1, desde 1.909, evoluiu sempre o Corpo Municipal de Bombeiros de Santos, até que, em 1.947, foi incorporado à Fôrça Pública.

Em 1.947, foi destacada em Santos a Sexta Companhia do Corpo de Bombeiros, sob o comando do Capitão Armínio de Melo Gaia Filho.

Em 1.949, determinou-se, a título experimental, tendo em vista a nova organização que estava sendo prevista para o Corpo de Bombeiros, que a Sexta Companhia passasse a constituir-se em Unidade autônoma, denominando-se Primeira Companhia Independente de Bombeiros.

A vida autônoma da nova Unidade iniciou-se no dia 26-10-1.949 — data em que se comemora a fundação do 1.º G.B. — sob o comando do Capitão José Limongi França. Continuou a 1.ª C.I.B. a ocupar o mesmo prédio da antiga 6.ª Cia. do C.B., casarão já incorporado ao patrimônio histórico da cidade, cuja construção foi levada a efeito nos anos de 1.907 e 1.909, e que inicialmente se destinou a abrigar o Corpo Municipal de Bombeiros de Santos.

Em 1.959, foram lançadas ao mar 10 lanchas destinadas ao Serviço de Salvamento.

Em 1.962, inauguraram-se as novas dependências destinadas ao rancho, cozinha, instalações sanitárias e com a presença de altas autoridades, foi inaugurada a garagem náutica, construída pelo pessoal da Unidade, contando quase que unicamente com os próprios recursos, em terreno alagadiço e praticamente conquistado ao mar.

No mesmo ano a 1.ª C.I.B. passou a denominar-se 1.º Grupamento de Bombeiros.

Conta com o efetivo de 576 homens.

SEGUNDO GRUPAMENTO DE BOMBEIROS

O histórico do 2.º G.B. agrange duas fases bastante distintas: a primeira, que se inicia em fins do século passado, com a criação e organização do Corpo Municipal de Bombeiros de Campinas, e seu desenvolvimento através de 63 anos de vida; a segunda, na qual iremos encontrar uma Unidade da Força Pública do Estado de São Paulo, absorvendo o Corpo Municipal de Bombeiros e agigantando-se no cenário da cidade e, quiçá, de toda uma vasta região do interior do Estado.

Antes de 1.898, o serviço de extinção de incêndios, na cidade de Campinas, era efetuado por funcionários da Câmara Municipal, por populares e por escravos, estes últimos mandados ao local do sinistro por seus senhores.

A Câmara Municipal possuía, em local previamente determinado, depósitos com todo material necessário aos traba-

lhos; esse material era constituído de barrís contendo água, montados em carretas, mangueiras de couro, mangotes, baldes, latas, pequenas escadas e uma bomba manual.

Quando havia fogo na cidade, seus habitantes eram alertados pelo badalar ininterrupto dos sinos da Matriz Velha. Dado o alarma, os funcionários da Câmara se reuniam no local onde era guardado o material e, uma vez de sua posse, localizavam o sinistro e partiam a toda pressa. Também os populares, conduzindo apetrechos de suas residências e que pudessem ser utilizados contra o fogo, demandavam ao local. Por outro lado, os senhores enviavam seus escravos, para auxiliar nos trabalhos.

Entretanto, Campinas crescia, e o número de incêndios aumentava; urgia melhor solução. O Intendente Municipal, Major Joaquim Ulisses Sarmento, procurou dar paradeiro aos problemas.

Em janeiro de 1.900, foi criado o Corpo Municipal de Bombeiros e nomeado para comandá-lo o Tenente Aurélio José das Chagas, que exercia as funções de Inspetor de Veículos do Município. Seu efetivo inicial era de 8 homens.

Com o progresso impulsionando-a vertiginosamente para a frente Campinas tinha uma guarnição de bombeiros acanhada: os recursos municipais eram pequenos para fazer frente a todas suas necessidades e ainda manter um Corpo de Bombeiros à altura de seus fôros de cidade quase metrópole, com um ritmo de industrialização tremendo, crescendo em todos os sentidos, vendo aumentar a população e, como decorrência, avolumarem-se os riscos, aumentar a incidência de sinistros.

A idéia de entregar a execução dos serviços à tutela do Estado ganhou corpo; em 1.962, o Executivo Municipal foi autorizado a elaborar convênio para os serviços serem entregues à Força Pública.

Foi designado o 1.º Tenente Hernani Benedito de Tolosa, que comandava o Destacamento de Bombeiros do Aeroporto Internacional de Viracopos, para manter os indispensáveis entendimentos com as autoridades municipais de Campinas.

Em 1.963, já assinado o convênio, o comando do Corpo Municipal de Bombeiros foi entregue ao Cap. Tolosa, ao qual incumbiria tomar as medidas necessárias para a instalação da nova Unidade da Força Pública.

Encerrou-se assim o ciclo de vida do Corpo Municipal de Bombeiros de Campinas, modesto núcleo de onde surgia, então, despontando das antigas glórias, a nova Unidade da Fôrça Pública.

A Companhia Independente de Bombeiros começou a crescer; foram-lhe atribuídos os já existentes destacamentos de Bombeiros de Jundiá, do Aeroporto Internacional de Viracopos e de Piracicaba.

Mas a Fôrça Pública também evoluía; e, por decisão de altos escalões, atribuiu a Campinas a sede do 2.º Grupamento de Bombeiros. Vida curta teve a Companhia Independente de Bombeiros; não chegou sequer, a ter fixado regularmente seu efetivo. Destinada, sem dúvida, a papel de alta relevância na história da Fôrça Pública, deu um salto verdadeiramente surpreendente, constituindo-se em Grupamento, com organização mais completa e mais adequada às funções que lhe foram reservadas.

Com seu efetivo distribuído em 2 Companhias, a 1.ª encarregada dos serviços contra incêndios e de salvamento no município de Campinas e a 2.ª encarregada dos demais destacamentos.

Obteve o Grupamento, há pouco, a cessão de um prédio contíguo ao quartel e com êle tendo comunicação interna e que vinha sendo ocupada pelo Departamento Legal da Prefeitura; o prédio, com cêrca de 290m² de área construída, depois de devidamente reformado, abrigará tôda a administração do Grupamento e conterà outras instalações de grande necessidade para a expansão dos serviços.

Atualmente conta com o efetivo de 532 homens.

1.ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE BOMBEIROS

Localizada em Santo André, conta com o efetivo de 257 homens, criada em 1966 sendo seu primeiro comandante o Capitão Celestino Henriques Fernandes.

1.º G.P.I.

Criado pela Lei n.º 9.547 de 23-12-1.966, com a missão de desdobrar o 2.º B.P., ainda não foi instalado. Ocupará as circunscrições de: São Miguel (22.ª C.P.) e Itaquera (32.ª C.P.). Conterà ainda, com uma Companhia de Policiamento Tático Móvel.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

O aparecimento das comunicações na Fôrça Pública, foi determinado pela situação que atravessou o país depois da revolta em São Paulo, em 1.924.

Realmente, em meados de 1.926, o Cel. Pedro Dias de Campos, ao organizar uma tropa que adentraria o sertão de Goiás, na perseguição dos rebeldes remanescentes, não quis que ela seguisse desgarrada, sem meios sequer para um pedido de socorro a São Paulo ou ligação com outras frações em operações.

Assim, tentou êle obter mais meios com o Exército e Marinha, sem quaisquer resultados. E que naquêlo tempo, o material e o pessoal especializado eram raríssimos.

Era, na época, chefe do Serviço de Rádio do Exército o Capitão Antonio Silva Lima, que indicou ao Comando da Fôrça Pública alguém capaz de resolver o problema, o civil Manoel de Jesus Trindade, que residia em enderêço ignorado, na cidade de São Paulo.

Foi designado, então, o Cap. Luiz de Faria para localizá-lo, o que foi feito na mesma noite, ocasião em que foi exposto pelo Cel. Pedro Dias a intenção do Comando da Fôrça em colocar as estações fixas de São Paulo e Vianópolis e Formosa em Goiás e quatro estações de campanha, com as unidades que compunham a expedição.

Apesar da relutância de Trindade em aceitar o encargo, devido ao escasso tempo dado 30 dias, havia dinheiro bastante para cumprir e muito bem a missão, sendo afinal aceito o serviço. Na madrugada do mesmo dia era posto à disposição, pelo Tesoureiro do Q. G., o dinheiro necessário.

Embarcando para o Rio de Janeiro, o encarregado da tarefa contratou dez rádio-telegrafistas civis para a Fôrça Pública, tendo sido adquirido o material necessário para a montagem dos equipamentos.

Na Repartição do Material — antigo S.I. — Foram montados dois transmissores, um dos quais seguiu para Vianópolis. Começou, então, a funcionar a rede.

O sucesso das estações fixas foi o mesmo das portáteis dos Corpos de tropa e durante os seis meses que durou a refrega estiveram em pleno funcionamento e foram transmitidas ou recebidas 20.000 mensagens, quer em assunto de serviço como de interesse da população goiana.

Na volta, com o término da missão, foi o civil Manoel de Jesus Trindade convidado a instalar estações em Itapetininga, Baurú e Presidente Venceslau, para onde seriam transferidos o 3.º e 4.º Batalhões e o 2.º R.C., respectivamente, pois não poderiam as sedes dessas Unidades ficar sem ligação com São Paulo.

Para suprir a falta do pessoal, foi então criada a Escola de Radio-telegrafistas, no ano de 1.927. No fim desse ano já entravam no ar as estações do 3.º e 4.º B.C. e 2.º R.C. nas cidades citadas, já com soldados operadores formados no Batalhão Escola.

Já a lei que fixava o efetivo da Fôrça Pública em 1.928, contava com um quadro de radio-telegrafistas comandada por um 2.º Tenente, sendo então nomeado no posto aquele que tanto fizera em benefício da Corporação: Manoel de Jesus Trindade.

As comunicações entre a capital e o interior eram feitas em meados de 1.928 através dos serviços telegráficos das Estradas de Ferro, mas com prioridade para os serviços das Estradas de Ferro, mas com prioridade para os serviços das Es-

No temporal de fevereiro e março de 1.928, quando foram interrompidas as comunicações das Estradas de Ferro, pela queda de barreiras e postes telegráficos, ficou a capital sem contato com o interior cerca de 15 dias, sendo suprido esse serviço pelas Estações-radiotelegráficas do 3.º e 4.º B.C. e 2.º R.C., que transmitiam mensagens particulares urgentes, não só das cidades sedes como das vizinhas, durante as 24 horas do dia.

A alta eficácia do serviço prestado nessa contingência foi reconhecida pelo então Chefe de Polícia, Dr. Mário Bastos Cruz, que pediu ao Secretário da Segurança Pública, Dr. Salles Júnior, a criação pela Fôrça Pública, do Serviço de Rádio de Polícia, com a urgência que a situação exigia.

Ainda em 1.928 a segunda turma de radio-telegrafistas foi habilitada, sendo colocadas em funcionamento as estações da Polícia Central, Gabinete de Investigações e Delegacias Re-

gionais de Araraquara, Araçatuba, Assis, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Itararé, embora esta não fôsse Regional.

Até 1.934, à medida que iam sendo formados novos técnicos, o Serviço de Rádio da Fôrça Pública instalou e estava operando 34 estações de rádio, sendo 28 da Polícia Civil.

RÁDIO-PATRULHA

Por sugestão do Dr. Durval Vilalva, Delegado auxiliar, foi autorizado em 1.929, a instalação de um Serviço de Rádio-Patrolha nos moldes do inaugurado em Nova York em 1.928, mas quando a seleção do pessoal estava já bastante adiantada, eclodiu o movimento de 1.930, com a dispersão do pessoal já habilitado e perda de dois anos de árduo trabalho.

Em 28 de abril de 1.931, foi prêso e recolhido à Colônia Correccional de Taubaté o pioneiro das comunicações no Brasil, Tenente Manoel de Jesus Trindade, em consequência ainda da Revolução. Quando anistiado, em agosto do mesmo ano, encontrou desorganizados os serviços de rádio da Fôrça Pública e Polícia Civil, pelos quais tanto tinha lutado. Não havia mais material e o pessoal especializado estava distribuído na tropa, tendo a maioria pedido baixa.

Em setembro, chamado pelo Secretário da Segurança Pública, então Major Cordeiro de Farias, foi o Tenente Trindade autorizado a reorganizar tudo quanto iniciara e estudar a criação das comunicações no policiamento o que seria a rádio-patrolha, dentro de um ano.

Já em maio de 1.932 foram feitas as primeiras experiências acompanhadas pessoalmente pelo Cel. Juvenal de Campos Castro, Chefe do Estado-Maior da Fôrça Pública, e Dr. Bráulio Mendonça Filho, Diretor do Gabinete de Investigações, e tiveram tanto êxito que foi autorizada a instalação dos carros de patrolha daquele Gabinete.

Em 1.932, com a eclosão da Revolução Constitucionalista, o material de comunicações, todo empregado em campanha, foi parte perdido e confiscado o que dêle restara, pelo governo Central.

Novamente foi o Tenente Trindade, em 1.933, incumbido de organizar o que já havia feito por duas vezes, tendo lhe sido dado prioridade absoluta para tanto.

Em abril de 1.935, era criado efetivamente o Serviço de Rádio-Patrolha, desligando-se da Fôrça Pública todo o pessoal, nomeado então para o Departamento de Investigações.

ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO

Em 1.935, o Corpo de Bombeiros foi transferido para a Prefeitura o que piorou as condições das Comunicações telefônicas que eram feitas na época por um centro magnético bastante arcaico, o que obrigava as Unidades a se interligarem por mensagens. Essa estação obrigou a criação de uma Secção de Transmissões no Quartel General da Fôrça Pública, composta do pessoal do Serviço de Rádio, de telefonistas e eletricitas. Logo a seguir, foi estudada a remodelação do serviço de telefones e adquirida uma nova central telefônica, com centro auxiliar no antigo C.I.M.. A instalação e manutenção foi toda feita com pessoal preparado na Escola de Transmissões.

PELOTÃO DE ESTAFETAS

Em 1.938, foi proposta a organização de um pelotão de estafetas-motociclistas para o serviço da Fôrça Pública, sendo em 1.939 adquiridas 22 motocicletas. Os serviços prestados, ao Estado, por este Pelotão, foram inestimáveis durante os anos da 2.ª Grande Guerra.

Foi montado no então Corpo de Bombeiros e Sapadores um Serviço Rádio-telegráfico, com a cooperação de especialistas do Exército Brasileiro, os quais foram dispensados após a formatura das primeiras turmas de radio-telegrafistas dos cursos que funcionaram no Batalhão Escola.

EVOLUÇÃO

Transferido para o Quartel General em 1.933, passou a denominar-se Serviço de Transmissões, tendo sido ampliado com os serviços de estafetas motorizados e pombo-correio.

Até 1.937, cumpriu suas missões no Quartel General. Daquela data, em diante até 1.942, pertenceu aos Serviços Gerais, sendo transferido para o Serviço de Engenharia, com a denominação de Secção de Transmissões. Em 1.948, passou a constituir Unidade Administrativa autônoma, nos moldes dos demais Serviços. Foi instalado em um prédio especialmente construído na Rua Alfredo Maia n.º 106, voltando a receber o antigo nome de Serviço de Transmissões.

Posteriormente, por questão de ordem técnica, foi transformado em Secção de Comunicações e, embora ocupando o mesmo prédio, ficou subordinado, primeiro ao S.I. e depois,

ao Quartel General, para, finalmente, em 8 de julho de 1.964, transformar-se em Unidade autônoma e órgão provedor, com a atual denominação de Serviço de Comunicações.

Atualmente, o Serviço de Comunicações, devido ao crescimento e evolução da Fôrça Pública, viu-se obrigado a ampliar as suas instalações e serviços, transferindo-se para outro prédio sito na mesma rua n.º 194, o qual era ocupado pela administração do S.I., a fim de melhor atender as necessidades da Fôrça.

SERVIÇO DE ENGENHARIA

A Fôrça Pública, embora mantivesse na formação dos seus oficiais uma cadeira para o ensino de Topografia Militar, não possuía um gabinete topográfico.

Lecionava essa cadeira, em princípios do ano de 1927, no C.E.M., o Capitão Lúcio Rosales. Este oficial, notando que a Fôrça Pública se ressentia dessa lacuna, e que estava em condições de possuir um serviço topográfico, resolveu propor sua criação ao Coronel Pedro Dias de Campos, então Comandante Geral.

E assim organizou um longo e minucioso memorial em que ressaltava as vantagens que adviriam de sua criação dele fez entrega ao Diretor Geral do C.E.M., Coronel José Sandoval de Figueiredo, a fim de que esse chefe o auxiliasse a levar avante essa tarefa.

Recebido pelo Comando Geral da Fôrça, o Capitão Rosales reforçou os conceitos de seu memorial pedindo seu indispensável apoio.

Aguardou, então, o Cap. Rosales o momento em que veria o coroamento de sua grande aspiração. Passaram-se, todavia, alguns meses, sem que a mais leve brisa bafejasse essa sua esperança, mas, como sempre, entusiasta da idéia que esposara, o Capitão Rosales não desanimou e, agindo para obter o tanto que almejava não regateou em utilizar-se do prestígio de que gozavam algumas altas patentes da Fôrça Pública junto ao Comandante Geral.

Entre essas, ressalta o Coronel Eduardo Lejeune, que patrocinando sua causa, conseguiu, não sem muito sacrifício, obter o numerário indispensável à instalação do Gabinete de Topografia Militar, no prédio n.º 15-A da Avenida Tiradentes.

Dias depois, publicou-se em Boletim a seguinte declaração:- «Cientifica-se à Fôrça Pública que se acha instalado, à Avenida Tiradentes n.º 15-A, sob a direção do Senhor Major Januário Rocco, do Q.A. ao E.M.F., a Secção Cartográfica, composta do Serviço Topográfico, dirigido pelo senhor Capitão Lúcio Rosales, e a Cartográfica, pelo próprio Diretor da Secção.»

Estavam, finalmente, lançados os fundamentos do serviço Topográfico Militar.

A Secção Cartográfica continuou, embora sem vida regular, a prestar os seus serviços até dezembro de 1928, quando o Coronel Pedro Dias de Campos, atendo-se aos serviços por ela prestados, no terreno topográfico, muda-lhe o nome para o de Serviço Topográfico e propõe ao governo do Estado sua criação em lei.

Em 1929, o Serviço Topográfico, está bastante modificado com a transferência dos seus oficiais, à exceção do Cap. Rosales, que ali permaneceu até janeiro de 1931, época em que foi transferido, ficando, então, o Serviço virtualmente abandonado.

O Serviço Topográfico não só executava os misteres atinentes à topografia, como estava a construir prédios e a efetuar reformas, trabalhos que proporcionaram aos dirigentes da Fôrça o ensêjo de melhor compreender os imperativos da criação de um Serviço de Engenharia.

Realmente, os reflexos não se fizeram esperar, tanto assim que, em 27 de junho de 1931, extinguiu-se o Serviço Topográfico, criando-se, em seu lugar, o de Engenharia.

Em 1932, chefiava o S.E. o Major Euclides Marques Machado, sobre cuja direção trabalhavam o Major Arnaldo Macedo e o capitão Reinaldo Gonçalves Saldanha da Gama.

Deflagrada a Revolução Constitucionalista, êste último oficial segue para as linhas de frente, sendo o Major Euclides Marques Machado designado para a Subchefia do Estado Maior.

Devido às premências da revolução, foi o S.E. anexado à Escola Politécnica, sob a chefia do Dr. Mário Watelly, ficando o Capitão Rosales como auxiliar do Dr. Francisco de Azevedo, na Secção de Cartografia.

Em 1933, foi extinto o Serviço de Engenharia, ficando anexa ao Serviço de Intendência, apenas uma Secção de Obras, no mesmo ano transformada novamente em S.E..

Em 1948, o S.E. foi reorganizado, passando a constituir uma Unidade autônoma nos moldes dos demais Serviços, ficando seu pessoal incluído no Contingente do Q.G.

Em 1958, foi o S.E. dissolvido, passando o material e demais documentos à carga do S.I., com a denominação de Secção de Construção e Reparos.

Em 1961, foi mudado o nome de Secção de Construção e Reparos para Secção de Engenharia, reconhecendo-se, assim, sua importância. Apesar de uma Secção, passou a ser subordinada diretamente ao Comando Geral, com total autonomia técnica e administrativa.

Em 1963, o governo não tardou em reconhecer os reclamos que com justiça se fizeram: foi votada uma verba de Cr\$ 223.521.095, para enfrentar a angustiante precariedade em que se encontravam, em geral, os prédios da Corporação. Nesse mesmo ano, o Serviço de Engenharia passou a funcionar como unidade autônoma.

O novo S.E. passou a resolver os problemas referentes à sua organização administrativa, como órgão provedor de toda a Corporação.

A criação de novos batalhões nos dois últimos anos veio alterar vários planos, projetos trabalhosamente elaborados. Durante êsse período foi possível o término das seguintes obras:- Serviço de Fundos; Centro Cirúrgico do H.M.; Serviço de Engenharia; Cia. de Bombeiros de Santo André; Piquete de Cavalaria do Butantã; Sede do 17.º B.P., em São José do Rio Preto e cobertura do Picadeiro do Reg. «9 de Julho».

Deram-se início às obras da Cia. Escola do C.B., que compreende 6.425 m2 de construção e do Conjunto de Piscinas da E.E.F.; e pôs-se em concorrência a construção do S.T.M. nôvo, obra de 15.000 m2.

Executou ainda, inúmeros projetos que aguardam, apenas, a liberação de verba para que se passe às obras:- Hospital Militar no Barro Branco; Corpo de Bombeiros — Sede; Serviço Odontológico; e outros, visando a ampliações e remodelações em construção que não se coadunam com a técnica e a estética modernas.

Para melhor desempenho de sua missão foram contratados 4 engenheiros civis e 1 arquiteto, contando assim o S.E. com 8 engenheiros, três dos quais, incluindo o Chefe, são oficiais da Corporação.

SERVIÇO DE FUNDOS

O Serviço de Fundos foi criado pelo Decreto n.º 8.004, de 20-11-1936, muito embora já viesse funcionando anteriormente como órgão integrante dos Serviços Gerais.

O Serviço de Fundos não constituía uma Unidade Administrativa em 1936. Apenas apresentou-se em fase de organização, a fim de que, no ano seguinte pudessem funcionar com autonomia.

Foi instalado provisoriamente no andar térreo do antigo prédio n.º 32 da rua Alfredo Maia e era o órgão encarregado da aplicação e distribuição, pelas diversas Unidades Administrativas, dos créditos orçamentários.

Os oficiais e praças do S.F. foram recrutados dos Serviços Gerais.

Em 1942, o S.F. foi extinto, perdendo as características de Unidade Administrativa, passando a funcionar como um dos órgãos do S.G. com a denominação de Secção de Fundos, seu 1.º chefe foi o Tenente Coronel José Maria dos Santos.

Funcionou como Secção de Fundos até 15-6-1943, quando recuperou a autonomia e se erigiu novamente em Serviço.

Hoje o Serviço de Fundos acha-se instalado em seu novo prédio, com 3 andares, na rua Ribeiro de Lima, 140.

SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

Com a denominação de Repartição do Material, foi criada pela lei n.º 2.051, de 31-12-1924, a fim de se unificarem as inúmeras oficinas existentes no seio das Unidades. Compreendia: oficina de cartuchos, oficina de armas e oficina de selaria e equipamento.

Instalada em prédio próprio na rua Alfredo Maia, a repartição do material foi inaugurada pelo Dr. Bento Ferreira Bueno, titular da pasta da Justiça e da Segurança Pública, sendo então Comandante Geral o Cel. Pedro Dias de Campos.

SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

O Dec. n.º 5538, de 11-6-1932, estabelece a organização do Serviço de Intendência da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, assim redigido:-

«O Dr. Pedro de Toledo, Interventor Federal do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11 do Dec. n.º 19398, de 11 de novembro de 1930,

Decreta

«Art. 1.º — É criado na Fôrça Pública do Estado de São Paulo um quadro de oficiais e sargentos de administração, indispensável ao desenvolvimento e execução dos serviços afetos ao respectivo Serviço de Intendência».

Um efetivo de 175 homens foi previsto pelo Art. 2.º.

«Art. 3.º — É criada também uma Companhia de Administração (Cia. Adm.), na qual serão incluídos todos os artífices e praças necessários aos serviços administrativos da Fôrça».

Pelo decreto n.º 6.240, de 27-12-1933, foram criados os Serviços Gerais, englobando sob uma única administração atividades heterogêneas desempenhadas atualmente pelos Serviços de Fundos (S.F.), de Material Bélico (S.M.B.) e de Intendência (S.I.).

Em 1937, pelo decreto n.º 2.892, que dava nova organização à Corporação, extinguiram-se os Serviços Gerais, erigindo em Unidades autônomas aqueles Serviços.

Porém, em 1941, visando à diminuição do número de Unidades administrativas, novamente foram criados os Serviços Gerais, passando S.F., S.I. e S.M.B. a condição de Secções.

Não aprovou a organização acima, tanto assim que, logo no ano seguinte, já se propunha o desmembramento dos Serviços Gerais, visando a dar, através da descentralização administrativa, nova vida às diversas atividades das oficinas da Corporação.

Foi assim revigorada a organização de 1937, sendo o Serviço de Intendência restabelecido e instalado a 30 de março de 1943, sob a Chefia do Ten. Cel. Adm. Custódio Rodrigues de Moraes. Atualmente, conta com efetivo de 277 homens.

SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

O atual Serviço de Material Bélico teve sua verdadeira origem no então chamado Gabinete de Munições, célula-mater de sua organização contemporânea. Esse Gabinete, que desde março de 1917 funcionava em uma edificação especialmente mandada construir, junto à ala direita do quartel da então Guarda Cívica, na Várzea do Carmo, outrora utilizado como manicômio, tinha como finalidade o aproveitamento dos cartuchos «Mauser», após a sua utilização nos exercícios de tiro, na instrução da tropa. Eram os cartuchos recompostos e recarregados, sendo entregues à tropa como cartuchos de carga reduzida, além dos de festim e de manêjo. Cêrca de um ano depois, quando já estava provada a conveniência de sua existência, foi realizada a inauguração oficial do Gabinete de Munições, isto a 28 de fevereiro de 1918.

Fazia o Estado gastos elevados na aquisição de munição, de origem francesa, inclusive granadas de fuzil e de avião. Graças ao gênio construtor e inventivo do saudoso Major Natanael Prado, tais granadas passaram a ser fabricadas nas oficinas da Corporação, recebendo uma delas, algum tempo depois, o nome de seu inventor, com as iniciais N.P.

Com o aumento progressivo da maquinaria, sempre sob a orientação do Major Natanael Prado, os gastos foram de muito reduzidos e a produção do Gabinete era cada vez mais animadora. Por certo, maior teria sido a sua atividade, não fôra a catástrofe ocorrida a 27 de maio de 1926, no quartel do 1.º Batalhão, na qual perdeu a vida, entre outros, o próprio Major Natanael, figura inconfundível que muito honrou e dignificou a Corporação que êle tanto soube amar e por quem tudo deu.

A partir da sua inauguração, impôs-se a necessidade de que lhe fôsem dadas instalações próprias. Assim na rua Alfredo Maia, foi construída sua sede, inaugurada em meados de 1927.

Das oficinas especializadas de que era constituído, evoluindo sempre, passou o Gabinete a ter novas funções. Assim a 31 de dezembro de 1924, a Lei n.º 2.051, visando à unificação das diversas oficinas dispersas pelas unidades da Fôrça, organizou e constituiu a Repartição do Material.

Da repartição do Material, destacavam-se três oficinas: mecânica de cartuchos; mecânica de armas; e selaria e equipamento. A última passou, mais tarde, para o Serviço de Intendência, quando de sua organização.

Na oficina mecânica de cartuchos, a maquinaria existente, tôda de invenção do então Tenene Nataneal, era bastante interessante tanto que nela se via o máximo de habilidade.

A economia resultante dos trabalhos dessas oficinas era considerável, tendo em vista que o material aproveitado, até então vendido por quantias irrisórias às fundições, constituia a parte mais valiosa dos cartuchos de guerra que formavam as reservas de munição da Fôrça.

A oficina mecânica de armas tinha por missão principal reparar o armamento e fabricar pequenas peças para o fuzil «Mauser». Até 1924, funcionava em um dos porões do quartel do 1.º Batalhão subordinada àquela Unidade.

São relevantes e assinalados os serviços que esta oficina prestou à Corporação na reparação do armamento. Peças delicadas ali confeccionadas como as oriundas das grandes manufaturas estrangeiras. Era de lamentar fôsse produção assaz pequena, devido não só à impropriedade do local, como à deficiência da maquinaria, apenas constituída de tornos antiquados e de uma fresa.

Junto à oficina mecânica de armas, funcionavam outras: de marcenaria, para o fabrico de coronhas, especialmente; e de eletrogalvanoplastia, para os diversos serviços de niquelação e correlatos, necessários ao material da Fôrça.

Tais oficinas, assim funcionando no mesmo cômodo, em um porão impróprio, prejudicavam-se mutuamente; por outro lado eram prejudiciais aos que ali trabalhavam abnegadamente. Disto tudo veio a necessidade que mais e mais se fazia sentir — a de ser feita uma reunião das diversas oficinas, sob um mesmo teto, em edifício apropriado. Dêste modo, houve por bem o govêrno do Estado ao unificar as oficinas, dando-lhes a denominação de Repartição do Material. Com o decorrer dos anos, novos e sucessivos progressos experimentaram as oficinas, que alcançaram grande perfeição na execução dos serviços vários que lhes eram pertinentes, a ponto de prover as necessidades da Fôrça até de veículos hipomóveis, confeccionados em tôda a sua plenitude.

Como Repartição de Material vêm as oficinas funcionando, até que, em 1932, pelo Decreto n.º 5.705, de 17 de outubro ao tempo em que era interventor no Estado de São Paulo o general Valdomiro de Castilho Lima, foram elas transformadas em Serviço de Material Bélico. Essa medida visou a descentralizar o serviço relativo a material bélico, dando-lhe a competência para recolher e superintender os assuntos relativos ao armamento e à munição existente na Fôrça.

O Serviço de Material Bélico, porém, teve duração efêmera; nem sequer tendo sido organizado, foi logo tornada sem efeito sua criação, em 25 do mesmo mês e ano.

Assim, passaram as oficinas a funcionar novamente subordinadas à Repartição do Material.

Em 14 de agosto de 1935, o Boletim Geral publicava a organização do Serviço de Material Bélico, a título precário, como órgão independente, subordinado diretamente ao Comandante Geral, em face da inadiável necessidade de dar maior desenvolvimento técnico-administrativo aos serviços relativos ao material bélico, então dependente dos Serviços Gerais, de modo a tornar mais efetivo a eficiência e ação fiscalizadora do Comando Geral sobre todo o armamento, munição, viaturas e armamento de tração animal da Fôrça.

Em fevereiro de 1942, foi cassada a autonomia do S.M.B., perdendo o caráter de unidade administrativa, passando a funcionar como dependência dos Serviços Gerais, sendo alterada a sua denominação para Secção de Material Bélico.

Pela Lei de fixação de 1963, foi restabelecido o Serviço de Material Bélico, como unidade autônoma, instalado ainda na Rua Alfredo Maia.

SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIA

O Cel. Eleutério Brum Ferlich, quando no Comando Geral da Fôrça Pública, preocupou-se com a questão da Assistência Social, encarando em primeiro lugar, como problema principal, o da alimentação. O sistema arcaico de se atribuir a alimentação da tropa a uma firma fornecedora já não mais poderia satisfazer, não só sob o ponto de vista da nutrição do pessoal como também do interesse do serviço.

Assim pelo Bol. Ger. n.º 235-1947, foi criada a Comissão de Subsistência, com a finalidade de superintender e a administrar os assuntos relativos a alimentação da tropa. Em sua fase inicial de organização, a Comissão de Subsistência funcionava subordinada à Inspetoria Administrativa, instalando-se em uma ala do quartel do 1.º Batalhão, na Rua João Teodoro.

Com a criação do Contingente do Quartel General em 1948, o pessoal pertencente à Comissão de Subsistência, nêle foi enquadrada para efeito de instrução, alojamento, aprovisionamento, alterações pessoais e escalas de serviços.

A Comissão de Subsistencia em 1948, passou a denominar-se Serviço de Subsistência, funcionando desde então com autonomia e seu primeiro chefe foi o.....

SERVIÇO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO

A 22 de março de 1948, foi criado o Serviço de Transportes e Manutenção, em caráter provisório, utilizando meios, pessoal, material e aquartelamento do até então Serviço de Transportes do Quartel General, de administração autônoma.

O pessoal, que constituia o então Serviço de Transporte, foi classificado no S.T.M., recém-criado. Instalou-se na Rua Ribeiro de Lima, passando a fiscalizar e a manter tôdas as demais viaturas e motocicletas da Corporação, exceto as do Corpo de Bombeiros. Seu primeiro chefe foi o Ten. Cel. Octacílio Vieira.

O S.T.M. tem por finalidade o transporte, por intermédio de viaturas, de nossa tropa, para os serviços que lhe são afetos.

Cabe-lhe, ainda, a incumbência de providenciar consertos e reparos dos veículos pertencentes à Corporação.

SERVIÇO MÉDICO

A 21 de setembro de 1892, o Exmo. Sr. Dr. Bernardino de Campos, então Presidente do Estado de São Paulo, sancionou a Lei n.º 97-A, criando e regulamentando o Hospital Militar.

Na época de sua criação, o Hospital Militar contava com o efetivo de 18 homens, dos quais 4 eram médicos. A êles competia a manutenção do estado de saúde da tropa e de seus familiares. Este pequeno núcleo, porém, crescendo em razão do próprio aumento de efetivo da F.P., determinado pela expansão contínua do nosso Estado, bem como pelo progresso da ciência médica, veio exigir novas especialidades e, como decorrência, novos especialistas. Os verdadeiros iniciadores do serviço médico-hospitalar na Corporação foram o Dr. Luiz Felipe Jardim, primeiro Diretor do Hospital e encarregado da enfermaria de Medicina; Dr. Luiz Gonzaga do Amarante Cruz, encarregado da enfermaria de Cirurgia, auxiliando também nos demais serviços médicos do H.M.; Dr. Odilon Goulart, encarregado das visitas diárias nos quartéis dos 1.º e 3.º Batalhões e Corpo de Cavalaria, fazendo ainda visita nas residências dos oficiais; Dr. Alfredo Zuquim, encarregado de atender os componentes do 5.º B.C. e Corpo de Bombeiros, ao qual acompanhava nos casos de incêndios. Competia a êste último facultativo, a par disso, fazer visitas nas residências do pessoal.

Desde sua criação, até os dias atuais, a contribuição efetiva e o trabalho profícuo de seus servidores propiciaram ao S.M. atingir o atual estágio de desenvolvimento.

A 30 de abril de 1916, foi a sede instalada definitivamente no atual edifício, localizado à rua Jorge Miranda.

Em 19 de novembro de 1963, foi criada a Inspetoria de Saúde, com os seguintes órgãos anexos:- Serviços de Saúde, que passou a chamar-se Serviço Médico, Departamento Odontológico e Departamento Farmacêutico.

Montou-se novo Centro Cirúrgico, com 5 salas, «Coração» de todo o Hospital, para que atendesse com eficiência nossos homens, acompanhando assim a evolução natural do tempo, pois o antigo e acanhado Centro Cirúrgico, com apenas 2 salas, não poderia suportar a demanda de serviços.

Destina-se ao atendimento hospitalar de todos os componentes, da ativa e da reserva da Força Pública.

SERVIÇO ODONTOLÓGICO

O Serviço Odontológico foi criado pela Lei n.º 8.311, de 25 de setembro de 1964, estando em fase de organização, para funcionar como Unidade Administrativa Autônoma, sendo seu chefe o Ten. Cel. Dentista José Frageti Paulucci.

A assistência odontológica na F.P., parte da assistência salutar da tropa, tem seus primórdios na Lei de fixação, n.º 1.280, de 19 de dezembro de 1911, com a criação do Departamento Odontológico do Hospital Militar.

Coube sua direção, inicialmente, a um oficial dentista, com o posto de capitão, que desempenhou tal função sem outros auxiliares, em um consultório central, instalado no Hospital Militar.

Esse primitivo serviço de assistência odontológica na Força Pública permaneceu com essa deficiência de profissionais até 1915, quando, pela necessidade do serviço, foi contratado um cirurgião dentista civil e, em 1918, outros mais.

Permaneceu assim o serviço de assistência odontológica na Corporação até que, em 1924, foi estabelecida a hierarquia para os referidos profissionais, criando-se a Chefia do Serviço Odontológico, a cargo de um capitão dentista com dois auxiliares, um 1.º tenente e um 2.º tenente.

Quarenta anos após a sua criação o quadro de dentistas, tomou um impulso razoável, a fim de poder proporcionar aos componentes da Milícia um serviço mais eficiente.

Em 18 de dezembro de 1951 — foi inaugurada a Policlínica Odontológica, que até os dias atuais serve como sede central do Serviço.

SERVIÇO FARMACÊUTICO

O Serviço Farmacêutico foi criado pela Lei n.º 8.311-64 e a instalação da Unidade deu-se em 19-10-1964, nas dependências do Hospital Militar, onde já funcionava como órgão do Serviço de Saúde.

Como órgão provedor, é função do S. Farm.:- adquirir, fabricar, estocar e fornecer medicamentos e produtos afins à Força Pública e a seu pessoal. Os medicamentos e os produtos afins (produtos de higiene, cosméticos, inseticidas, detergentes etc.) adquiridos ou fabricados pelo S. Farm., chegam aos elementos da Força Pública ou a seus familiares através das Farmácias do H.M., F.S.R. e Farmácias Reembolsáveis instaladas nas Unidades do interior. Isto é, o S. Farm. ao mesmo tempo que cuida da aquisição e da fabricação dos produtos de que é órgão provedor, se encarrega de sua entrega a seus usuários.

Tem sua sede, em face de ampliação, em terrenos do Hospital Militar, à rua Jorge Miranda.

É seu primeiro chefe o Ten. Cel. Farm. Enjolras Lins Peixoto.

CORPO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO

1945 é o marco inicial, plantado por mãos hercúleas de alguns brasileiros ilustres, da primeira organização de caráter rodoviário oficial.

José Linhares, Maurício Jopert da Silva, A. de Sampaio Dória e J. Pires do Rio, respectivamente, Presidente da República e Ministros de Estado, atendendo às exigências do progresso da nação e atendendo a recomendações dos congressos nacionais de estradas de rodagem e do primeiro congresso geral de transportes, criaram, através de decreto, o embrião das corporações rodovárias.

Exercer a polícia de tráfego nas estradas federais era a atribuição do nascente Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Já em 1945, os paulistas saíram a campo com o propósito de dar incremento ao sistema rodoviário estadual e, após prolongados estudos, pesquisas e cálculos, o governo do Estado dá nova estrutura ao incipiente Departamento de Estradas de Rodagem.

Surge, assim pela primeira vez na história de São Paulo, a necessidade de um policiamento rodoviário, destinado a fiscalizar o tráfego e a manter a ordem nas pistas de concreto e de asfalto que o nosso Estado já estava construindo, num crescendo admirável.

Impunha-se uma providência de grande envergadura: organizar a sua Polícia Rodoviária.

Estava, então, o governo estadual decidido a criar uma milícia rodoviária, e fê-lo sem muita delonga, entregando o assunto, de certa urgência, aos Secretários de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e da Segurança Pública.

A 10 de janeiro de 1948, o governador do Estado, assinava o Decreto n.º 17.686, que criava a Polícia Rodoviária de São Paulo.

O D.E.R. foi então, preparado para enfrentar o complexo trabalho de manter a fiscalização nas estradas de rodagem e, para que a nova instituição pudesse desempenhar o seu mister, designado um oficial da Força Pública, que como Comandante da Polícia Rodoviária, começou a organizá-la e instruí-la.

Em 1949, através de decreto, reestruturou-se a Polícia Rodoviária, sendo confiados os cargos de comandante, subcomandante, instrutor e comandantes do Destacamentos Regionais a oficiais da Força Pública e possibilitando o acesso das praças da Corporação, mediante seleção, a funções comissionadas no D.E.R..

Daí para diante, com cerca de metade do seu efetivo constituída de civis e a outra de militares da Força Pública, viu-se crescer o prestígio da Polícia Rodoviária.

Em julho de 1.949, foi aprovado o regulamento da Polícia Rodoviária.

PRIMEIROS GUARDAS

Assinado o decreto de criação da milícia das rodovias, um grupo de dedicados servidores iniciou suas intensas atividades.

Alguns eram oriundos da Força Expedicionária Brasileira, que haviam retornado à pátria, após a guerra. Além dos pracinhas, outros jovens vieram completar o quadro de 60 homens da nascente organização.

De sorte que algo de criterioso se tornou necessário, a fim de que o candidato ao alistamento fôsse submetido a testes rigorosos para a seleção.

Dia a dia o grosso tapete de asfalto penetra as regiões distantes do nosso Estado, levando o conforto e o progresso aos nossos patrícios do interior, outrora insulados nos sertões agrestes. Por essas rodovias deslizam milhares de veículos, milhares de vidas, milhões e milhões de cruzeiros a exigir proteção e fiscalização, cada vez maiores do poder público.

Em 11 de outubro de 1.947, passou à disposição do D.E.R., o 1.º Tenente José de Pina Figueiredo, que passou a comandar a Polícia Rodoviária. Para reforçar-lhe as fileiras, destinou-se um grupo de praças da Força Pública, sob o comando do 1.º Tenente Oswaldo Talarico.

Valorosos soldados, afeitos ao serviço de policiamento, iniciaram os trabalhos em estreita colaboração com os rodoviários do D.E.R., com sede em São Bernardo do Campo.

No mesmo ano, inaugurou-se o Destacamento da Via Anhangüera — Setor Anhangüera — como se denominava. Para ali se deslocou um contingente de guardas, tendo em vista a conclusão das obras de pavimentação daquela rodovia.

Em seguida, instalou-se o Destacamento de Moji das Cruzes. Com a pavimentação de outra rodovia, inaugurou-se o Destacamento da Via Anhangüera, hoje Raposo Tavares.

Surgiram, pela necessidade do serviço, os destacamentos de Baurú, Araraquara, Campinas, Itapetininga, Jundiaí, Cubatão, S. B. do Campo, Cotia, Taubaté, Jundiapéba, Assis, Aracatuba, São José do Rio Preto, São João da Boa Vista e Ribeirão Preto.

Atualmente, a Polícia Rodoviária Estadual está inteiramente enquadrada nas fileiras da Corporação. Seus componentes desde o comandante até o soldado mais moderno, são militares da Força Pública, sujeitos a seus regulamentos e obedientes à mesma hierarquia.

Até o ano de 1.963, a sede do C.P.R. era na Rua Riachuelo, 115 9.º andar, tendo no mesmo ano mudado suas instalações para a Avenida do Estado, 777 — Ponte Pequena — São Paulo, junto à Secretaria da Viação.

Em Jundiaí, funciona o Núcleo de Formação de soldados rodoviários para preparo de seus componentes.

CORPO DE POLICIAMENTO FLORESTAL

Em 13 de maio de 1949, foi pôsto à disposição do Serviço Florestal do Estado, a pedido da Secretaria da Agricultura, o 1.º Tenente ODILON SPINOLA NETO, a fim de organizar e comandar a então Cia. de Policiamento Florestal do Estado, composta de 28 homens, e que fôra criada em 28 de dezembro do ano anterior.

Em 1956, passou a denominar-se Corpo de Policiamento Florestal.

A fiscalização e a administração das reservas florestais de propriedade estadual são de responsabilidade do Serviço Florestal do Estado, e a guarda das terras devolutas é atribuição da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Secretaria da Justiça.

É pois, da competência do Serviço Florestal a execução da fiscalização, impedindo a derrubada de matas nessas áreas, trabalho executado pelo Corpo de Policiamento Florestal da Fôrça Pública (tanto no que se refere às reservas florestais de propriedade do Estado como às terras devolutas).

Outros serviços estão, também, afetos ao C.P.F., como a fiscalização da caça e pesca em todo o Estado, policiamento de vigilância especial à área afetada pelo cancro-cítrico e policiamento no Parque do Estado (Jardim Botânico, Zoológico e Instituto Geofísico e Astronômico — capital).

Atendendo-se a reclamos de ordem pública, no que se refere à vigilância do patrimônio florestal do Estado e particular, procurou-se organizar, a parte jurídica do processo florestal.

Foi, assim, elaborado o respectivo formulário, que veio facilitar sobremodo a instauração dos inúmeros processos convencionais que são lavrados, comumente, pelos componentes do C.P.F..

A fim de melhorar o contrôlo de derrubadas de matas e o transporte de produtos e subprodutos florestais autorizados, criou-se um serviço de fiscalização nas estradas de ferro e de rodagem, bem como nas vias fluviais.

O C.P.F., tem sua sede no Horto Florestal, na capital, e sua atividade se espalha até os mais ínvios e agrestes matakais dos mais remotos pontos do Estado.

CORPO MUSICAL

Compreendendo a necessidade da música, o Comandante do Corpo Policial Permanente criou um conjunto, embora com poucas figuras, para animar os que viviam no Convento de Nossa Senhora do Carmo.

Entretanto, segundo registra um documento de 7 de abril de 1.857, foi essa efetivamente a data da criação da Banda de Música da Fôrça Pública, pois que nêle se fixava o número de figuras que a compunham: um primeiro sargento mestre e dezessete músicos. Mais tarde, quando foi anexada ao 1.º Batalhão, tinha cinquenta músicos, dirigidos por um inspetor.

No govêrno de Campos Salles, a título de economia, o então Corpo Musical dos Bombeiros, já tão conhecido e estimado, foi extinto, sendo restabelecido em 1.891, no 1.º Corpo Militar de Polícia, com o efetivo de 25 músicos.

No dia 6 de novembro de 1.892 com grande entusiasmo popular e a presença do Presidente do Estado, Bernardino de Campos, do Bispo D. Lino e de todo mundo oficial, inaugurava-se ao som da música da Banda do 1.º Corpo de Polícia, o Viaduto do Chá, que iria ligar o centro da cidade ao novo e próspero bairro do Morro do Chá, rua da Palha e Largo dos Curros.

Em 1.894, na época da revolução federalista do Paraná, o maestro Joaquim Antão Fernandes, que pertencia ao 5.º Batalhão, conseguiu interessar Silva Teles no seu plano de reunir em um só conjunto os músicos esparsos aos grupos pelos batalhões. Silva Teles pôs à sua disposição tôdas as bandas, e com elas Antão organizou um conjunto de 208 músicos e deu início aos ensaios no antigo quartel de Linha, como era chamado o da Companhia Fixa do Exército. No dia 15 de novembro daquêlê mesmo ano, levou a têrmo o primeiro concêrto, no Pátio do Colégio.

Em princípios de 1.899, o Dr. Eugênio Egas, grande admirador da Banda, lembrava ao Presidente do Estado a conveniência de mandar o maestro Antão à Itália, para ver e ouvir as bandas de música de Roma, Milão, Veneza e outras. Antão aprendeu tudo que precisava e, no seu regresso, foi incumbido de organizar a Banda da Fôrça Pública nos moldes daquelas. Escolheu então os melhores músicos de cada Unidade e constituiu duas Secções de 30 músicos cada uma. Em

1.899, foi a estrutura da Banda restabelecida em 60 figuras, divididas em duas Secções, a cargo de 2 mestres. Entre 1.901 e 1.905 o efetivo foi elevado para noventa músicos e o maestro Antão deu ao povo da capital uma série de concêrtos com musicas de Wagner, Webber, Mendelsohn, Rossini, Donizetti, Verdi, e musicas brasileiras de nossos mestres consagrados.

A êsse tempo, só dispunhamos de concêrtos em recintos fechados, assim mesmo de piano e instrumentos de corda. Quanto à óperas, só nas temporadas líricas, das companhias estrangeiras. O gramofone fazia a sua entrada tímida, com discos ainda imperfeitos, de trechos reduzidos. Coube à Banda da então Brigada Policial do Estado iniciar a difusão da chamada musica fina no seio do povo.

Em 1.904, participou do concurso anual de bandas de música no Rio de Janeiro, recebendo os mais calorosos elogios. Daí para cá tem participado quase ininterruptamente dos concursos e desfiles promovidos não só no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo e alhures, colocando-se sempre em lugar de destaque. A 19 de novembro de 1.906 foi especialmente convidada a participar do imponente desfile de bandas promovido no Rio de Janeiro, em comemoração ao «Dia da Bandeira», tendo sobrepujado as inúmeras concorrentes, inclusive algumas estrangeiras de fama internacional, o que lhe valeu a conquista de mais um expressivo troféu.

Em 1.908, na Exposição Nacional comemorativa do primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil às nações estrangeiras, o govêrno de São Paulo empenhou-se pela participação da Banda. O êxito foi completo. Pela voz dos mais autorizados críticos, foi classificada «prima inter pares» no concurso realizado.

Em 1.911, inaugurou-se em São Paulo o Teatro Municipal. A cidade tôda se engalanou e, como sempre, foi a Banda da Fôrça Pública que abrilhantou tôdas as solenidades, que marcaram o memorável acontecimento.

A 7 de setembro de 1.922, comemorando o primeiro centenário da nossa independência, Antão reuniu à Banda da Fôrça Pública quatro bandas de música do interior, a banda de clarins da Cavalaria, as bandas de corneteiros e tamborileiros das diversas Unidades e, com 4.000 escolares e 500 soldados em còro, executou, junto ao monumento histórico do Ipiranga, o Hino Nacional Brasileiro e o bellissimo poema «O Centenário», escrito a propósito pelo maestro Savino de Benedictis.

Entretanto, não só ao inesquecível Major Antão Fernandes, seu legítimo criador e organizador, deve a Banda de Música da Fôrça Pública seu passado de glórias, alto conceito e tradição. Outros nomes merecem ser citados, sucessores dedicados, que se empenharam com carinho pela continuação de sua obra: os saudosos capitães Benedito de Assis Lorena, Salvador Chiarelle, Nasciso Juliano e José Machado e os contemporâneos maestros Antônio Romeu e Antônio Bento da Cunha.

Foi sob a direção dos últimos maestros que a Banda da Fôrça Pública participou das pomposas festividades do quarto centenário da fundação de São Paulo, sobrepujando uma centena de outras bandas e surpreendendo o próprio povo pela apresentação garbosa e impecável. Hoje, com a denominação de Corpo Musical, a Banda de Música da Fôrça Pública constitui-se da Banda de Música da Capital, com o efetivo superior a 200 homens; de sete bandas regimentais, com o efetivo de 30 músicos cada uma, distribuídas pelos principais batalhões do interior do Estado — Campinas, Taubaté, Sorocaba, Ribeirão Preto, Santos, Baurú e Araraquara, e mais três em fase de organização em Santo André, Osasco e São José do Rio Preto.

As bandas de Música Regimentais são pequenas bandas isoladas, que atendem aos serviços da região de sua Unidade e promovem retretas públicas e audições em emissôras de rádio.

As secções da Banda de Música da capital têm por mestres 2.ºs Tenentes, secundados por subtenentes; as Bandas de Música Regimentais têm por mestres subtenentes, secundados por 1.ºs sargentos. A êsses mestres incumbe a direção de sua respectiva banda, a preparação, a organização e execução de programas para as retretas e audições públicas, gravações etc.

Do efetivo da própria banda é destacado o número de músicos que constitui o «Jazz-Band» ou orquestra.

Manifesta tem sido a projeção do Corpo Musical da Fôrça Pública, não só nos imponentes desfiles, mas também como banda sinfônica, única no gênero do país, executando magníficos concêrtos em praças públicas e teatros, nas emissôras de rádio e de televisão e nos clubes esportivos. E, como há cem anos, está sempre presente a tôdas as solenidades de caráter cívico ou comemorativo, acompanhando «pari-passu» a evolução de nosso Estado.

Por iniciativa do governo do Estado, tanto as seções da Banda de Música da capital como as Bandas de Música Regimentais realizam, todos os sábados, domingos e feriados, retretas públicas com programas escolhidos nas principais praças da cidade e dos bairros, com o objetivo de recreação e difusão da música clássica.

No plano de gravações, sucessos anteriores animaram o lançamento de outros «long-plays», penetrando já no âmbito das partituras sinfônicas e execução conjuntas, do gênero recentemente lançado, com o conjunto de harmônicas da professora Dna. Wanda Meireles, intitulado «Colegas de Arte».

Ainda no plano de gravações pode-se destacar o prêmio conseguido, recentemente, isto é, o grande prêmio «Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro», pelo lançamento de uma grande série de «long-plays».

Pode-se destacar o recente e esplendido êxito alcançado no I Festival de Bandas Brasileiras, em agosto de 1.964, em que, dentre as inúmeras concorrentes, colocou-se galhardamente em 1.º lugar.

Nos recentes festejos comemorativos do 133.º aniversário da Fôrça Pública, o Corpo Musical teve destacada atuação, merecendo menção especial os concêrtos realizados na Praça da Sé e no Teatro Municipal, bem como no desfile do dia 15-12-1.964, no Vale do Anhangabaú. Nessa ocasião, deu-se o lançamento oficial da Canção da Fôrça Pública «Cento e Trinta de Trinta e Um», de autoria do consagrado poeta Guilherme de Almeida, com música do Major Maestro Alcides Jácomo De Gobbi e orquestração do 2.º Ten. Mestre Nelson dos Santos. A Canção da Fôrça Pública foi aprovada pelo Decreto n.º 44.439, de 21-1-1.965.

Em dezembro de 1.964, o Corpo Musical passou a continuar-se em Unidade autônoma da F.P., pois anteriormente era subordinada ao B.G.

CAIXA BENEFICENTE DA FÔRÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Como idealizadores e patronos da criação da C.B., destacam-se figuras magnânimas, que merecem a gratidão e o respeito das gerações que passam, entre elas o Capitão do Exército JOSÉ FELICIANO LOBO VIANA que, comissionado no posto

de Tenente Coronel da Fôrça Pública, comandava o Corpo de Bombeiros e, em ofício datado de 1.º de setembro de 1894, dirigido ao Comandante Geral, sugeriu-lhe a criação de uma Caixa de Socorros para os Bombeiros. Com sublime evocação de suas palavras, dizia êsse oficial ao fim do seu longo argumentado ofício: «Eu terei a suprema felicidade de ver coroados os meus esforços, vendo o vosso nome ligado eternamente a essa obra puramente social e humanitária. E quando as chamas do incêndio absorverem tôda a atividade ao pobre bombeiro, e quando lá de cima, numa crueldade medonha, a vigota carcomida pelo fogo cair sôbre a sua cabeça, prostrando-o sem vida, ou lançando-o na invalidez, aí está a Caixa de Socorros suavizando a dor do desgraçado ou derramando, na viuvez inconsolável ou na orfandade dilacerante, o óbolo de sua generosidade, as flôres benditas de sua verdadeira caridade. «A semente foi lançada e o tempo passou.

Em 1902, o Tenente Coronel Francisco Alves do Nascimento Pinto, em seu relatório de comandante do 3.º Batalhão, sugere a fundação da Caixa Beneficente, para socorrer pecuniariamente as viúvas e filhos dos oficiais e praças da Fôrça, que viviam em situação de penúria.

O Coronel Argemiro da Costa Sampaio, comandando a Fôrça Pública, dirigiu, em 1905, ao governo do Estado bem fundamentada exposição encarecendo a necessidade da criação da Caixa Beneficente. O Secretário do Interior e Justiça, Dr. José Cardoso de Almeida, reforçando a argumentação, encaminhou a idéia ao então Presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá, e êste dirigiu ao Congresso Estadual a mensagem que, transformada em Lei (n.º 958, de 28 de setembro de 1905), criou a Caixa Beneficente.

Regulamentada pelo Decreto n.º 1407, de 3 de outubro de 1906, sua finalidade consistia em amparar, por meio de pensão, as viúvas e órfãos dos militares falecidos. A pensão foi estabelecida em quantias fixas, de acôrdo com a situação hierárquica do contribuinte.

Em 1917, pela Lei n.º 1591, ficou igual a 20 vezes a contribuição e a anualmente corresponde a 18 vezes, equivalendo a 3/5 dos vencimentos do contribuinte.

A Caixa Beneficente não adotava o princípio de reajustamento da pensão por efeito de aumento de vencimentos na Fôrça Pública. Entretanto, o Estado veio a sanar essa dificuldade concedendo majoração das pensões. Em 1961, no inspiado desejo de amparar com justiça os herdeiros dos falecidos militares da Fôrça Pública, o governo do Estado promul-

gou as leis 6043 e 6057, pelas quais passou a vigorar o princípio do reajustamento automático da pensão diante do aumento dos vencimentos.

Ampliando sua assistência, proporciona a Caixa Beneficente ao contribuinte o financiamento para aquisição de casa própria, mediante compromisso ou hipoteca, na medida dos recursos disponíveis. Concede, também, empréstimos simples e sob garantia para amortização no prazo máximo de quatro anos.

Sua antiga sede fôra construída há mais de 30 anos e, como não mais satisfizesse as necessidades de seu funcionamento, construiu-se novo prédio. A obra custou o preço total de Cr\$ 23.000.000, sendo inaugurada em 28 de setembro de 1961, na rua Alfredo Maia.

CRUZ AZUL

Pelos idos do ano de 1912, um aviso da Secretaria da Justiça e Segurança Pública determinava que o Hospital Militar por seus médicos, atendessem as pessoas das famílias dos oficiais e praças da Força Pública, verificando-se então que, até aquele ano, as famílias dos militares da F.P. não eram socorridas por nenhuma organização propriamente sua. Também pelo mesmo aviso eram fornecidos, ou melhor, deveriam ser fornecidos pela Farmácia daquela nosocômio, os medicamentos que se tornassem necessário.

Este socorro aos componentes das famílias dos militares foi desenvolvido até o ano de 1924. Nesse ano, o deslocamento de várias Unidades da Força Pública para diferentes pontos do país em repressão ao movimento revolucionário iniciado a 5 de julho, trouxe, como consequência, o desamparo das famílias de muitos militares pela ausência de uns e pela morte de outros de seus chefes.

Alguns oficiais, então, tiveram a iniciativa da fundação de uma sociedade, a fim de dar assistência a seus associados.

Ganhou vulto a idéia e, no dia 20 de julho de 1925, no Quartel General da Força Pública, foram reunidos, a convite do Coronel Pedro Dias de Campos, então Comandante Geral, as senhoras Carolina B. do Valle, Josefina de Toledo Barros, senhoritas Maria da Glória Evangelista, Odila Pombo Cintra, Capitão Natanael Prado e o Dr. Aquino Monteiro de Barros, que combinaram fundar uma instituição de beneficência nesta capital, com a denominação de «ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DA CRUZ AZUL». Seu objetivo era: assistência permanente

às famílias dos militares da Força Pública e dos legionários paulistas, organizar Escolas Maternais e Jardins de Infância, para os filhos dos servidores: prestar socorros e proteção aos feridos, enfermos e necessitados, e em caso de guerra, nos campos de batalha ou fora dêle, assim como, em caso de calamidade pública, e também a proteção imediata aos animais, principalmente dos que empregados como auxiliares das tropas, na paz e na guerra.

Por um dos presentes foi lembrada a conveniência de ser adotado simplesmente o título de CRUZ AZUL DE SÃO PAULO, a fim de que pudessem fazer parte da diretoria respectiva, cavalheiros que para isso fôssem eleitos. A proposta foi aceita. Também propôs-se uma nova reunião para o dia 28 do mesmo mês.

Em 28-VII-1925 (data do 1.º aniversário da entrada das tropas legalistas nesta Capital), em nova reunião, foi fundada a sociedade e aclamada a Primeira Diretoria que foi a seguinte:-

Presidente — Dr. Tomaz de Aquino Monteiro de Barros

Vice-Presidente — D. Carolina Bandeira do Valle

1.º Secretário — D. Josefina de Toledo Barros

2.º Secretário — Tenente Pedro Duzetti

1.º Tesoureiro — Capitão Euclides Marques Machado

2.º Tesoureiro — D. Maria da Glória Evangelista.

Em 1926, por solicitação do governo federal, o governo do Estado pôs à disposição daquele, várias Unidades da F.P. para operações em diversos Estados do país, contra os rebeldes remanescentes da revolução de 1.924. A Cruz Azul resolveu então tomar o encargo de proteção e prestar assistência às famílias de nossos valorosos camaradas.

Como o quadro de médicos da Força Pública ficasse reduzido devido ao movimento sedicioso, a Cruz Azul contratou o Dr. Augusto L. Airoso Galvão. Muitos e excelentes serviços prestou esse facultativo à entidade.

Como prefeito da capital, o Dr. Pires do Rio, pôs a disposição da entidade lugares vagos nos Asilos Orfanológicos, para órfãos de militares dando sempre preferência aos menores enviados pela Cruz Azul. Vários colégios também foram postos à disposição dos órfãos.

Funcionavam já nesse ano duas escolas infantis. Também foram iniciados os trabalhos no sentido de que a instituição fôsse oficializada pelo governo.

A sede da entidade, desde a sua fundação, estava localizada à Rua Onze de Agosto n.º 41-A. Em 1.926, foi transferida para a Rua do Carmo n.º 26 Sobrado.

O quadro social em 1.926 era de somente 178 sócios contribuintes e seus fundos sociais importavam em 205,871\$232 (duzentos e cinco contos, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e dois réis), contando ainda com 10:000\$000 (dez contos de réis) doados pela Câmara Municipal, com ordem de pagamento. Além disso, contava a sociedade com um terreno no Jardim América, com uma área de 3.000 m², no valor de 150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis), por doação de Dna. Maria Angélica Ferreira da Rosa.

Donativos foram recebidos na época, alguns valiosíssimos, como um terreno no valor de 15:000\$000 (quinze contos de réis) à Avenida Rebouças, 3 alqueires de terra situados no quilômetro 32 da Estrada de Sorocaba e mais um terreno doado pela Prefeitura da capital situado à Rua Jorge Miranda, com área de 3.130 m². Houve por bem ainda ser criado o Ambulatório Médico, onde com solicitude eram atendidos todos que o procurassem. Sua sede situava-se à Av. Tiradentes n.º 99.

O Ten. Cel. Manoel Marinho Sobrinho, em 1.927 propôs a construção do Hospital, tendo então a Diretoria, por se tratar de obra que exigiria grandes recursos financeiros, nomeado uma comissão para examinar o assunto.

Em julho de 1.928 a sede do Ambulatório foi transferida para o n.º 15 da Avenida Tiradentes, onde os trabalhos de administração, Ambulatório e Escolas tiveram melhores instalações, também para ali foi transferida a sede da sociedade, no mesmo ano.

Organizou-se a Farmácia do Ambulatório para melhor atendimento dos associados. Logo após esse empreendimento, a Diretoria resolveu enfrentar o problema da construção do Hospital, contratando para tal fim, um competente engenheiro paulista.

No ano de 1929 a Cruz Azul entra em ação, escrevendo uma das mais belas páginas de sua história. Secundando providências oficiais, quando o Rio Tietê inundava vários bairros, causando muitas vítimas, a fim de minorar a situação angustiosa de muitas famílias, recolheu-as (cerca de 40) num total de mais de 150 pessoas, por espaço de um mês, alimentando e medicando-as.

A hospitalização das famílias dos sócios continuavam sendo em hospitais particulares, especialmente no Hospital Alemão, porém, continuavam em franco andamento as obras da construção do Hospital do Cambuci. Em novembro, tendo em vista a grande soma já despendida com a obra e havendo na época alguns compromissos pesados para solver, suspenderam-se provisoriamente as obras do Hospital.

Mesmo não sendo de caráter obrigatório, naquela época (1931), a inclusão dos sócios, o seu número aumentou, alcançando a casa do sete mil, sendo então reiniciadas as obras do Hospital.

Foram conferidos, na época, vários títulos de sócios beneméritos e, dentre eles devemos citar o Dr. Godofredo Wilken, por ter feito a doação de um terreno no Cambuci no valor de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis).

Pela Secretaria da Educação, no dia 22 de abril de 1932, foi criado o Grupo Escolar Cruz Azul, constituído das classes do 1.º Grupo Maternal e da Escola Urbana do Barro Branco.

As obras mais uma vez foram paralisadas, em consequência da Revolução Constitucionalista.

Em 1933 foi feita uma operação de crédito com a Força Pública e ao mesmo tempo rescindido o contrato com a firma que havia tomado a si a construção do Hospital. Foram então as obras confiadas ao Serviço de Engenharia da Força Pública que, com dinamismo e eficiência, as levou a cabo.

Em decorrência ainda da crise do ano anterior, as dificuldades financeiras cresceram nesse ano, com a diminuição de mais de 2.000 sócios, resultante das baixas das praças com menos de seis meses de serviço, após o levante de 9 de Julho.

A 25-5-1935, finalmente, com o Dec. n.º 7.158, foi oficializada a Cruz Azul. A 28 de julho, é inaugurado o Hospital do Cambuci, em sessão solene presidida pelo então Comandante Geral, General Milton de Freitas de Almeida, passando o nosocômio a denominar-se Hospital e Maternidade Santa Maria da Cruz Azul.

Na mesma data aparece a Revista da Cruz Azul, órgão de informação e divulgação científica da Entidade e que mais tarde passou a denominar-se Boletim da Cruz Azul.

O Ambulatório continuava funcionando na Avenida Tiradentes n.º 1 e 15-A com instalações bem deficientes, por

isso incumbiu-se o Serviço de Engenharia da F.P. da construção do novo Ambulatório, no terreno da rua Jorge Miranda. Em 1.º de maio de 1936, procedeu-se à mudança para as dependências do novo Ambulatório, onde passou a funcionar o Ambulatório-Médico propriamente dito, bem como a Administração, um Serviço Odontológico e uma sala de Radioterapia.

Ainda nesse ano foram construídos mais 12 quartos no Hospital.

No dia 15-12-1938, com o Decreto-Lei n.º 9.827, dava-se regulamentação definitiva à entidade. Foi êsse o complemento de sua oficialização e da sua estrutura jurídica, bem como de sua autonomia.

Nessa época, foram criados serviços médicos em todos os Batalhões do interior.

Em novembro de 1941, iniciou-se a construção do Dispensário para Tuberculosos, que já em 27 de agosto de 1942 se via inaugurado.

Assim, vem a Cruz Azul de São Paulo evoluir, procurando sempre acompanhar o ritmo de progresso e crescimento da Força Pública, de forma a melhor atender aos propósitos que a justificam.

Atualmente, está a Cruz Azul de São Paulo, assim constituída:

HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA, localizado à Avenida Lins de Vasconcelos n.º 356, dispondo de 203 leitos, com excelente e competente corpo médico.

Dispõe o Hospital e Maternidade Santa Maria das seguintes Clínicas:

Pediátrica — Cirúrgica — Radiológica — Obstétrica — Oftalmológica — Ortopédica — Ginecológica — Neuro-Psiquiátrica — Urológica — Oto-Rino-Laringológica — Geral — Laboratório de Análises e Banco de Sangue.

PRESÍDIO MILITAR «ROMÃO GOMES»

O P.M.R.G. foi oficialmente inaugurado em 21-4-1949. Representa o fato a realização de velha aspiração da Corporação, pois não poucas vezes seus homens, no afã de garantir a ordem e impor a Lei, se viam a braços com pro-

blemas processuais que os levavam às barras dos tribunais, valendo dizer que, de hábito, permaneciam em cadeias públicas, em promiscuidade com presos comuns, à disposição da Justiça.

Instalado provisoriamente na Invernada do Barro Branco, estava nesse tempo, subordinada ao Contingente do Q.G., e teve como seu primeiro comandante o 1.º Ten. Yolando Prado.

De início, teve de lutar com a precariedade das instalações, pois a tropa (presos e pessoal), bem como a administração, passaram a funcionar em dois barracões destinados a depósito de alfafa do destacamento montado do então C.I.M.. Posteriormente, os serviços de sua administração foram transferidos para a casa situada num dos flancos do C.F.A. e que se destinava, até então, a moradia do comandante da citada Unidade.

Para os presos considerados perigosos, instalou-se desde a criação do Presídio uma Subseção Correccional, em xadrezes adaptados do Reg. de Cavalaria «9 de Julho».

Ainda na gestão de seu primeiro comandante, o Presídio foi elevado à categoria de unidade administrativa autônoma, com funcionamento semelhante ao das Cias. Independentes.

Em 15-12-1959, foi inaugurado, ainda em terreno da Invernada do Barro Branco, a Subseção Correccional, em prédio especialmente construído.

A regulamentação do Presídio Militar Romão Gomes data de 11-6-1957. Seu funcionamento é disciplinado pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado, órgão ao qual está funcionalmente adistrito.

Mercê da atuação de sua administração é possível dizer-se que, hoje em dia, os presos à disposição do Presídio contam com integral assistência médico-hospitalar, religiosa e educativa, sempre tendo papel de destaque o amparo à família dos internados.

MONUMENTO AO BRIGADEIRO TOBIAS

O monumento, que é de autoria do muitas vezes laureado escultor patricio prof. Luiz Morrone, tem as seguintes características: arquitetura em forma de exedra todo construído em granito rosa apicoado, com altura total de 5,20 m, sendo a parte de granito de 3 m.; a figura do Brigadeiro Tobias,

em pé, de bronze, medindo 2,20 m.; largura total de 5,50 m.. Na linha arquitetônica, na base da estátua, consta a seguinte inscrição, lavrada e polida no granito: RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR — Presidente da Província — 1831-1835 e 1840-1841. Logo abaixo, o Brasão de Armas de São Paulo, em bronze. A seguir, a transcrição do texto do Ato de 15 de dezembro de 1831, criando o Corpo Municipal Permanente de São Paulo. Na base da coluna em bronze, o Brazão da Fôrça Pública, criado pelo Decreto n.º 34.244, de 17 de dezembro de 1958. Na parte lateral direita da coluna, um pequeno baixo relêvo, com uma alegoria alusiva à Campanha de Canudos de 1897 e, na esquerda, o mapa do Brasil, assinalando os pontos e datas das várias campanhas de que a Fôrça Pública participou. No lado direito da exedra, um grande baixo relêvo com uma alegoria da Retirada da Laguna em 1866; no lado esquerdo, outro grande baixo relêvo, reprodução do mapa do Estado de São Paulo de autoria de Whast Rodrigues, descrevendo as posições das tropas do Exército Constitucionalista em 1932. Na parte posterior da exedra, uma placa contendo os nomes dos membros da Comissão Executiva. No embasamento (degrau), estão fixadas 16 granadas de artilharia, calibre 105 mm., em bronze, com pequenas placas, também em bronze, correspondentes às campanhas de que a Fôrça Pública participou desde sua criação, a saber:- 15-12-1831, Criação do Corpo Municipal Permanente de São Paulo. 1842 — Revolução Liberal em Sorocaba. 1866 — A Retirada da Laguna. 1867 — Guerra do Paraguai. 1893 — Revolução Federalista, Paraná. 1896 — Lutas dos Protocolos, São Paulo. 1897 — Campanha de Canudos, Bahia. 1904 — Revolta contra a Vacina Obrigatória, Rio de Janeiro. 1910 — Revolta da Armada, Santos. 1917 — Movimento Federalista na Capital, São Paulo. 1922 — Revolta, Mato Grosso, 1924 Revolução de São Paulo (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. 1926 — Campanha do Norte (Ceará, Paraíba, Bahia e Pernambuco). 1926 — Campanha de Goiás. 1930 — Revolução Liberal de outubro, São Paulo. 1932 — Revolução Constitucionalista de São Paulo.

O monumento foi inaugurado em 15 de dezembro de 1965.

I

Sentido! Frente, ordinário, marcha!
Feijó conclama, Tobias manda.
E, na distância, desfila a marcha,
— Nova Cruzada, nova Demanda,
Um só por todos, todos por um —
Dos cento e trinta de trinta e um!

Refrão

Legião de idealistas,
Feijó e Tobias
Legaram-na aos seus,
Tornando-os vigias
Da Lei e Paulistas
«Por mercê de Deus»!

II

Ei-los que partem! Na paz, na guerra
— Brasil Império, Brasil República —,
Seus passos deixam, fundo, na terra
Rastro e raízes: é a Fôrça Pública
Mutiplicando por mil e um
Os cento e trinta de trinta e um!

Refrão

Legião de idealistasetc.

III

Missão cumprida em Campos das Palmas;
Laguna, heroísmo na «retirada»;
Glória em Canudos; e, de armas e almas,
Ao nosso Julho da clarinada
Sob as Arcadas vêm, um a um,
Os cento e trinta de trinta e um!

Refrão

Legião de idealistasetc.

Letra de
Guilherme de Almeida
Música do Maj.
Alcides Jácomo Degobbi

130 de 31

Canção da Fôrça Pública
do
Estado de São Paulo

ÍNDICE

	Pág.
Esbôço Histórico	4
Ações de Guerra	29
De 1932 a nossos dias	47
Gabinete do Comandante Geral	49
Ajudância Geral	50
Diretoria de Planejamento	50
Inspetoria Geral de Formação	51
Inspetoria Administrativa	52
Inspetoria de Bombeiros	52
Inspetoria de Assistência Social - Capelania Militar ..	53
Inspetoria de Saúde	54
Centro de Formação e Aperfeiçoamento	54
Escola de Educação Física	60
Missão Francesa	62
Comandantes Gerais	77
Asas Paulistas	81
Quartel General	89
Departamento de Polícia Militar	89
1.º B.P. «Tobias de Aguiar»	91
2.º B.P.	98
3.º B.P.	102
4.º B.P.	103
5.º B.P.	108
6.º B.P.	108
7.º B.P.	114
8.º B.P.	115
9.º B.P.	118
10.º B.P.	119
11.º B.P.	119
12.º B.P.	121
13.º B.P.	121
14.º B.P.	122
15.º B.P.	123
16.º B.P.	124
17.º B.P.	125

II

18.º B.P.	126
19.º B.P.	126
2.º G.P.I.	126
Batalhão de Guardas	126
Companhia de Guarda	128
1.a Cia. Ind.	130
2.a Cia. Ind.	130
3.a Cia. Ind.	131
Grup. Pol. Ferroviário	132
R. Cav. «9 de Julho»	135
Corpo de Bombeiros	141
1.º Grup. Bombeiros	142
2.º Grup. Bombeiros	144
1.a Cia. Ind. Bombeiros	144
1.º G.P.I.	145
Serviço de Comunicações	145
Serviço de Engenharia	149
Serviço de Fundos	152
Serviço de Intendência	152
Serviço de Material Bélico	154
Serviço de Subsistência	156
Serviço de Transporte e Manutenção	157
Serviço Médico	157
Serviço Odontológico	158
Serviço Farmacêutico	159
Polícia Rodoviária	159
Polícia Florestal	162
Corpo Musical	163
Caixa Beneficente	166
Cruz Azul	168
Presídio Militar	172
Monumento ao Brigadeiro Tobias	173
Canção da Fôrça Pública	175

ERRATA

Pág.	Onde se lê	Leia-se
15	Corente	Corrente
21	Destcamentos	Destacamentos
24	Raças	Praças
25	Pregredia	Progredia
29	Es	Se
51	Inspetoria Geral de Instrução	Inspetoria Geral de Formação
54	Monsenho	Monsenhor
93	Campartia	Compartia
94	Ofereceu	Oferece
109	Suzileiros	Fuzileiros
115	Subnidades	Subunidades
156	FQIO	Ten. Cel. Laércio Gonçalves de Oliveira